

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	14
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	26
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	27
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	38
Proposta de Orçamento de Capital	161
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	163

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	164
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	165
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	166
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	167

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	205.043
Preferenciais	203.931
Total	408.974
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	28/03/2012	Ordinária		0,15839
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	28/03/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,15839
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	28/03/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,15839
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2012	Dividendo	25/05/2012	Ordinária		0,16286
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2012	Dividendo	25/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,17915
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2012	Dividendo	25/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16286
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2012	Ordinária		0,16055
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,16055
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	29/06/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16055
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2012	Ordinária		0,14870
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14870
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,14870
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2012	Ordinária		0,15184
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,16244
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,15184
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2012	Dividendo	28/12/2012	Ordinária		0,09772
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2012	Dividendo	28/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,10749
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2012	Dividendo	28/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,09772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	46.840.127	37.830.643	32.349.719
1.01	Ativo Circulante	25.908.901	19.149.804	17.791.207
1.01.01	Disponibilidades	809.036	624.206	403.281
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.591.635	2.667.197	2.340.989
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	4.538.758	2.553.755	2.224.333
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.877	113.442	116.656
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.770.335	2.515.466	4.018.642
1.01.03.01	Carteira Própria	3.308.884	1.781.155	2.636.520
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.697.223	734.311	1.379.873
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	20.224	0	0
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	459.083	0	0
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	284.921	0	2.249
1.01.04	Relações Interfinanceiras	2.920.614	2.918.234	2.470.329
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.814	3.616	3.446
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	2.875.308	2.877.891	2.437.243
1.01.04.03	Convênios	1.243	3.001	0
1.01.04.04	Correspondentes	41.249	33.726	29.640
1.01.05	Relações Interdependências	85.352	45.759	80.994
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.263	2.115	1.030
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	81.089	43.644	79.964
1.01.06	Operações de Crédito	9.818.746	8.930.536	7.334.317
1.01.06.01	Setor Público	23.835	26.979	33.860
1.01.06.02	Setor Privado	10.258.343	9.376.278	7.707.539
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	10.549	0	0
1.01.06.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-473.981	-472.721	-407.082
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	35.975	36.074	37.065
1.01.07.01	Setor Público	1.612	966	707
1.01.07.02	Setor Privado	36.912	38.128	39.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.01.07.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-2.549	-3.020	-3.609
1.01.08	Outros Créditos	1.809.552	1.390.488	1.084.641
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	621.089	630.688	390.141
1.01.08.02	Rendas a Receber	61.326	44.176	42.248
1.01.08.04	Diversos	1.177.551	742.060	678.502
1.01.08.05	Provisão para Outros Créditos	-50.414	-26.436	-26.250
1.01.09	Outros Valores e Bens	67.656	21.844	20.949
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	3.054	1.893	1.746
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	64.602	19.951	19.203
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.288.184	18.053.092	13.897.475
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	6.574.810	7.192.006	4.491.788
1.02.02.01	Carteira Própria	5.907.550	5.849.841	3.831.970
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	666.479	0
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	222.098	0	0
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	259.692	662.491	593.424
1.02.02.05	Vinculados à Prestação de Garantias	185.470	13.195	66.394
1.02.03	Relações Interfinanceiras	679.815	625.417	604.552
1.02.03.01	Sistema Financeiro da Habitação	679.815	625.417	604.552
1.02.05	Operações de Crédito	11.860.486	9.547.147	8.144.575
1.02.05.01	Setor Público	86.703	91.554	89.423
1.02.05.02	Setor Privado	12.700.228	10.256.731	8.706.793
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	98.002	0	0
1.02.05.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-1.024.447	-801.138	-651.641
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	38.157	37.733	37.646
1.02.06.01	Setor Público	4.046	2.739	2.091
1.02.06.02	Setor Privado	39.526	42.373	40.860
1.02.06.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-5.415	-7.379	-5.305
1.02.07	Outros Créditos	1.122.775	641.194	610.294

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	35.044	7.646	8.084
1.02.07.02	Diversos	1.168.009	662.789	649.337
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-80.278	-29.241	-47.127
1.02.08	Outros Valores e Bens	12.141	9.595	8.620
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	21.951	21.464	17.889
1.02.08.02	Provisão para Desvalorização	-9.963	-12.305	-10.072
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	153	436	803
1.03	Ativo Permanente	643.042	627.747	661.037
1.03.01	Investimentos	441.247	364.902	328.978
1.03.01.02	Participações em Controladas	434.577	358.096	322.172
1.03.01.04	Outros Investimentos	11.455	11.599	11.599
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-4.785	-4.793	-4.793
1.03.02	Imobilizado de Uso	156.353	156.342	161.815
1.03.02.01	Imóveis de Uso	119.005	120.238	120.361
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	517.595	479.701	469.105
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-480.247	-443.597	-427.651
1.03.04	Intangível	45.442	106.503	170.244
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	367.250	365.576	361.221
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-321.808	-259.073	-190.977

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	46.840.127	37.830.643	32.349.719
2.01	Passivo Circulante	27.317.599	24.133.833	23.732.482
2.01.01	Depósitos	16.322.475	14.928.975	15.837.402
2.01.01.01	Depósitos à Vista	3.401.968	3.199.122	3.783.239
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	5.836.236	5.136.227	5.579.974
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	269.540	10.201	12.310
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	6.814.731	6.583.425	6.461.408
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	0	471
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.697.357	1.401.282	1.380.046
2.01.02.01	Carteira Própria	1.697.357	1.401.282	1.380.046
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	27.947	26.755	0
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	27.947	26.755	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	5.305	5.823	9.798
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5.305	5.822	9.783
2.01.04.02	Correspondentes	0	1	15
2.01.05	Relações Interdependências	248.485	211.069	169.862
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	248.429	210.979	169.796
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	56	90	66
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	966.266	908.123	537.171
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	966.266	908.123	537.171
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	438.994	318.759	309.842
2.01.07.01	Tesouro Nacional	85.752	79.721	60.145
2.01.07.02	BNDES	199.538	111.363	134.930
2.01.07.03	CEF	6.631	9.240	5.652
2.01.07.04	FINAME	147.073	118.435	109.115
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	25.762	8.674	19.410
2.01.09	Outras Obrigações	7.585.008	6.324.373	5.468.951
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.953	34.539	23.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	25.628	30.083	18.784
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	47.860	73.684	27.779
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	271.974	318.304	231.468
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942.333	5.098.561	4.444.611
2.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	22.933	0	0
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	80.284	0	0
2.01.09.09	Diversas	1.149.043	769.202	722.708
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.628.317	9.297.299	4.761.998
2.02.01	Depósitos	10.732.255	7.715.309	3.452.379
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	150.171	22.005	0
2.02.01.02	Depósitos à Prazo	10.582.084	7.693.304	3.452.379
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	287.418	0	0
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	287.418	0	0
2.02.04	Relações Interfinanceiras	8.782	11.832	0
2.02.04.01	Repasse Interfinanceiros	8.782	11.832	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	619.667	3.893	2.532
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	619.667	3.893	2.532
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.204.538	894.015	747.661
2.02.07.01	Tesouro Nacional	6.248	8.375	10.140
2.02.07.02	BNDES	788.165	558.119	485.696
2.02.07.03	CEF	56.171	46.585	34.309
2.02.07.04	FINAME	353.954	280.936	217.516
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	21.778	5.823
2.02.09	Outras Obrigações	1.775.657	650.472	553.603
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	429.060	413.557	393.470
2.02.09.02	Dívidas Subordinadas	1.078.051	0	0
2.02.09.03	Diversas	268.546	236.915	160.133
2.05	Patrimônio Líquido	4.894.211	4.399.511	3.855.239

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.05.01	Capital Social Realizado	3.500.000	3.200.000	2.900.000
2.05.02	Reservas de Capital	4.511	4.512	4.511
2.05.04	Reservas de Lucro	1.394.344	1.202.219	956.177
2.05.04.01	Legal	278.578	237.649	192.431
2.05.04.02	Estatutária	869.218	689.833	538.080
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	246.548	274.737	225.666
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.644	-7.220	-5.449
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-4.644	-7.220	-5.449

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.343.001	5.928.533	4.826.391
3.01.01	Operações de Crédito	4.611.383	4.277.061	3.497.519
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	13.043	15.988	15.407
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.077.212	1.231.877	1.066.519
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	207.479	0	0
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	106.742	140.306	54.544
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	298.119	263.301	192.402
3.01.07	Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	29.023	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.496.660	-3.229.612	-2.462.719
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.014.975	-1.817.023	-1.420.131
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-629.696	-783.452	-523.158
3.02.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	-1.321
3.02.04	Provisão para Operações de Crédito	-851.989	-629.137	-518.109
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.846.341	2.698.921	2.363.672
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.663.509	-1.349.546	-1.235.462
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	720.624	642.592	591.110
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.225.559	-1.095.678	-956.651
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-838.202	-726.512	-731.590
3.04.04	Despesas Tributárias	-247.619	-223.944	-196.657
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	256.569	245.531	206.201
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-370.158	-232.517	-184.213
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	40.836	40.982	36.338
3.05	Resultado Operacional	1.182.832	1.349.375	1.128.210
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.182.832	1.349.375	1.128.210
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-456.918	-464.470	-356.878
3.09	IR Diferido	168.258	81.573	19.182
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-75.582	-62.129	-49.272
3.10.01	Participações	-75.582	-62.129	-49.272

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	818.590	904.349	741.242
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,00157	2,21126	1,81244

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	818.590	904.349	741.242
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.576	-1.771	398
4.03	Resultado Abrangente do Período	821.166	902.578	741.640

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.381.476	885.723	-2.628.662
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.314.928	2.189.950	1.431.685
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.182.832	1.349.375	741.242
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	108.707	111.293	109.004
6.01.01.03	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-40.835	-40.982	-36.338
6.01.01.04	Dividendos Recebidos de Controladas	5.085	5.597	4.398
6.01.01.05	Provisão para Operações de Crédito	851.989	629.137	518.109
6.01.01.06	Provisão para Perdas de Securitização	-4.097	2.763	-2.522
6.01.01.07	Provisão para Contingência	211.247	132.767	114.456
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	0	0	-16.664
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-933.452	-1.304.227	-4.060.347
6.01.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.576	-1.771	398
6.01.02.02	Aumento (Redução) em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	49.575	4.793	9.389
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	-2.395.351	-1.197.042	-1.260.144
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	-219.389	0	1.339
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-62.523	-384.471	-1.177.208
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-3.988.571	-3.607.358	-4.113.084
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-1.313	-3.575	11.727
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Créditos	-797.038	-269.292	-58.660
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	-48.358	-1.870	16.051
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Depósitos	4.410.446	3.354.503	2.731.362
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	296.075	21.236	-689.847
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	288.610	26.755	0
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.099.985	532.803	140.759
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	888.742	685.532	327.571
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-456.918	-464.470	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.581	-42.155	-95.656
6.02.01	Atualização de Ativos em Controladas	-1	1	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.02	Alienação de Investimentos	520	2	151
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	391	506	172
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-40.443	-79	-198
6.02.05	Aquisição de Imobilizado de Uso	-46.162	-35.234	-34.883
6.02.06	Aplicação no Intangível	-1.886	-7.351	-60.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	864.948	-291.642	-269.858
6.03.01	Dívidas Subordinadas	1.158.335	0	0
6.03.02	Dividendos Pagos	-40.000	-60.000	-65.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-253.387	-231.642	-204.858
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.158.843	551.926	-2.994.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.190.995	2.639.069	5.633.245
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.349.838	3.190.995	2.639.069

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.200.000	4.512	0	1.202.219	0	-7.220	4.399.511
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.200.000	4.512	0	1.202.219	0	-7.220	4.399.511
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	818.590	0	818.590
5.05	Destinações	0	0	0	492.125	-818.590	0	-326.465
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-73.078	0	-73.078
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-253.387	0	-253.387
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	492.125	-492.125	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.576	2.576
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	300.000	0	0	-300.000	0	0	0
5.12	Outros	0	-1	0	0	0	0	-1
5.12.01	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	0	-1	0	0	0	0	-1
5.13	Saldo Final	3.500.000	4.511	0	1.394.344	0	-4.644	4.894.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.900.000	4.511	0	956.177	0	-5.449	3.855.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.900.000	4.511	0	956.177	0	-5.449	3.855.239
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	904.349	0	904.349
5.05	Destinações	0	0	0	546.042	-904.349	0	-358.307
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-126.665	0	-126.665
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-231.642	0	-231.642
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	546.042	-546.042	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.771	-1.771
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.771	-1.771
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	300.000	0	0	-300.000	0	0	0
5.12	Outros	0	1	0	0	0	0	1
5.12.01	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	0	1	0	0	0	0	1
5.13	Saldo Final	3.200.000	4.512	0	1.202.219	0	-7.220	4.399.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.600.000	6.171	0	808.138	0	-5.847	3.408.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.600.000	6.171	0	808.138	0	-5.847	3.408.462
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	741.242	0	741.242
5.05	Destinações	0	0	0	448.039	-741.242	0	-293.203
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-88.345	0	-88.345
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-204.858	0	-204.858
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	448.039	-448.039	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	398	398
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	398	398
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	300.000	0	0	-300.000	0	0	0
5.12	Outros	0	-1.660	0	0	0	0	-1.660
5.12.01	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	0	-1.660	0	0	0	0	-1.660
5.13	Saldo Final	2.900.000	4.511	0	956.177	0	-5.449	3.855.239

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	6.468.081	6.194.378	5.105.615
7.01.01	Intermediação Financeira	6.342.877	5.928.275	4.826.413
7.01.02	Prestação de Serviços	720.624	642.592	591.110
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-851.989	-629.137	-518.109
7.01.04	Outras	256.569	252.648	206.201
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.644.671	-2.600.478	-1.944.610
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.042.505	-801.762	-758.025
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-850.771	-661.087	-635.484
7.03.02	Serviços de Terceiros	-191.858	-140.933	-122.519
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	124	258	-22
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.780.905	2.792.138	2.402.980
7.05	Retenções	-108.707	-111.293	-109.004
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-108.707	-111.293	-109.004
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.672.198	2.680.845	2.293.976
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.836	40.982	36.338
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.836	40.982	36.338
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.713.034	2.721.827	2.330.314
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.713.034	2.721.827	2.330.314
7.09.01	Pessoal	1.116.549	994.332	855.727
7.09.01.01	Remuneração Direta	849.848	760.151	660.090
7.09.01.02	Benefícios	206.524	176.786	148.031
7.09.01.03	F.G.T.S.	60.177	57.395	47.606
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	720.871	770.316	684.549
7.09.02.01	Federais	681.506	734.156	650.881
7.09.02.02	Estaduais	432	507	441
7.09.02.03	Municipais	38.933	35.653	33.227
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.024	52.830	48.796
7.09.03.01	Aluguéis	57.024	52.830	48.796

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	818.590	904.349	741.242
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	253.387	231.642	204.858
7.09.04.02	Dividendos	73.078	126.665	88.345
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	492.125	546.042	448.039

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	47.392.680	38.316.707	32.688.391
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.240.910	6.074.695	4.790.260
1.02	Aplicações Financeiras	12.414.070	9.839.065	8.642.402
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.017.074	3.413.423	3.785.266
1.02.01.01	Títulos para Negociação	2.293.093	2.116.540	2.072.460
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.481.659	1.296.883	1.712.806
1.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	242.322	0	0
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.396.996	6.425.642	4.857.136
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.396.996	6.425.642	4.857.136
1.03	Empréstimos e Recebíveis	25.075.126	21.059.674	17.850.019
1.03.02	Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	1.496.706	2.201.005	2.197.091
1.03.03	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	21.703.892	17.143.360	13.963.359
1.03.04	Outros Ativos Financeiros	1.874.528	1.715.309	1.689.569
1.04	Tributos Diferidos	735.029	584.147	528.847
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	735.029	584.147	528.847
1.05	Outros Ativos	593.638	434.023	500.783
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	15.185	11.188	9.707
1.05.03	Outros	578.453	422.835	491.076
1.06	Investimentos	48.421	7.514	7.660
1.07	Imobilizado	236.602	208.036	196.214
1.07.01	Imobilizado de Uso	236.602	208.036	196.214
1.08	Intangível	48.884	109.553	172.206
1.08.01	Intangíveis	48.884	109.553	172.206

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	47.392.680	38.316.707	32.688.391
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.181.268	0	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	38.999.288	31.815.148	27.011.655
2.03.01	Captações com Clientes e Bancos	26.746.389	22.372.970	0
2.03.02	Captações no Mercado Aberto	1.627.794	1.331.544	0
2.03.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	315.365	26.755	0
2.03.04	Obrigações por Repasses	1.669.294	1.243.226	0
2.03.05	Obrigações por Empréstimos	1.585.933	912.016	0
2.03.06	Outros Passivos Financeiros	7.054.513	5.928.637	0
2.04	Provisões	812.763	728.579	673.911
2.04.01	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outros	800.343	712.790	661.728
2.04.02	Provisões para Outros Passivos	12.420	15.789	12.183
2.05	Passivos Fiscais	277.318	327.599	239.877
2.05.01	Correntes	263.405	313.246	228.241
2.05.02	Diferidos	13.913	14.353	11.636
2.06	Outros Passivos	1.020.699	861.745	767.383
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	5.101.344	4.583.636	3.995.565
2.08.01	Capital Social Realizado	3.500.000	3.200.000	2.900.000
2.08.02	Reservas de Capital	4.511	6.171	6.171
2.08.04	Reservas de Lucros	1.578.877	1.373.839	1.098.125
2.08.04.01	Reserva Legal	278.578	237.648	192.431
2.08.04.02	Reserva Estatutária	869.218	689.833	538.080
2.08.04.10	Outras Reservas de Lucro	431.081	446.358	367.614
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	16.260	2.012	-10.410
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.696	1.614	1.679

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	5.973.979	5.711.197	4.596.645
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	5.973.979	5.711.197	4.596.645
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.507.586	-2.578.685	-1.925.824
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-2.507.586	-2.578.685	-1.925.824
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.466.393	3.132.512	2.670.821
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.308.289	-1.763.485	-1.543.188
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	828.116	725.327	668.334
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.309.300	-1.163.062	-1.016.062
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-832.027	-723.072	-726.238
3.04.04	Despesas Tributárias	-258.189	-232.322	-203.998
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	306.579	329.703	258.857
3.04.05.01	Receita de Dividendos	2.552	2.312	2.700
3.04.05.02	Ganhos Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	98.573	-541	55.657
3.04.05.03	Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior	-29.902	86.340	23.661
3.04.05.04	Outras Receitas Operacionais	235.356	241.592	176.839
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.044.675	-700.059	-524.081
3.04.06.01	Perdas com Ativos Financeiros	-676.285	-463.468	-344.426
3.04.06.02	Outras Despesas Operacionais	-368.390	-236.591	-179.655
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.207	0	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.158.104	1.369.027	1.127.633
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-324.395	-434.856	-367.380
3.06.01	Corrente	-475.716	-487.440	-372.518
3.06.02	Diferido	151.321	52.584	5.138
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	833.709	934.171	760.253
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	833.709	934.171	760.253
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	833.587	934.021	760.031
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	122	150	222
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00204	0,00228	0,00186
3.99.01.02	PNA	0,00219	0,00247	0,002
3.99.01.03	PNB	0,00204	0,00228	0,00186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	833.709	934.171	760.253
4.02	Outros Resultados Abrangentes	14.248	12.422	-4.563
4.02.01	Variação Líquida do Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.293	-2.948	724
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	11.672	14.193	-4.961
4.02.03	Imposto de Renda Relacionado aos Componentes do Resultado Abrangente	-1.717	1.177	-326
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	847.957	946.593	755.690
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	847.835	946.443	755.468
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	122	150	222

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.404.509	888.404	-2.632.260
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.298.730	2.208.572	1.435.088
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.158.104	1.369.027	760.253
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	89.278	96.715	95.858
6.01.01.03	Resultado de Participações em Coligadas	-1.207	0	0
6.01.01.04	Provisão Benefício Empregados	0	0	266
6.01.01.05	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	11.672	14.193	-4.961
6.01.01.06	Perdas por Impairment de Ativos Financeiros	833.890	589.852	479.865
6.01.01.07	Provisão para Perdas de Securitização	-4.097	2.763	-2.522
6.01.01.08	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	211.090	136.022	111.467
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	0	0	-5.138
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-894.221	-1.320.168	-4.067.348
6.01.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.576	-1.771	398
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Títulos de Investimentos	-2.575.005	-1.196.663	-1.263.946
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Empréstimos e Recebíveis com Instituições de Crédito	704.299	-3.914	-848.445
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Empréstimos e Recebíveis com Clientes	-5.394.422	-3.769.853	-3.252.912
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Ativos Financeiros	-159.219	-25.740	-929.995
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-156.593	-666.865	-259.544
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Passivos Financeiros ao Valor Justo	22.933	0	0
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	7.184.140	4.803.493	2.128.682
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-47.213	28.585	358.414
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-475.717	-487.440	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.619	-45.738	-99.637
6.02.01	Alienação de Investimentos	743	146	296
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	4.520	910	172
6.02.03	Alienação de Intangível	293	0	0
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-6.494	0	-198
6.02.05	Aquisições de Imobilizado de Uso e Intangível	-65.732	-46.794	-99.907

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.06	Aquisição de Ágio	-33.949	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	864.908	-291.857	-270.056
6.03.01	Dívidas Subordinadas	1.158.335	0	0
6.03.02	Dividendos Pagos	-40.000	-60.000	-65.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-253.387	-231.642	-204.858
6.03.04	Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-40	-215	-198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.168.798	550.809	-3.001.953
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.196.804	2.645.995	5.647.948
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.365.602	3.196.804	2.645.995

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.200.000	6.171	1.373.839	0	2.012	4.582.022	1.614	4.583.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.200.000	6.171	1.373.839	0	2.012	4.582.022	1.614	4.583.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-326.465	0	-326.465	-40	-326.505
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.078	0	-73.078	0	-73.078
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-253.387	0	-253.387	0	-253.387
5.04.08	Aquisição de Participação de Acionistas não Controladore	0	0	0	0	0	0	-40	-40
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-1.660	0	831.503	14.248	844.091	122	844.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	833.587	0	833.587	122	833.709
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.660	0	-2.084	14.248	10.504	0	10.504
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	505.038	-505.038	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	505.038	-505.038	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.500.000	4.511	1.578.877	0	16.260	5.099.648	1.696	5.101.344

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.900.000	6.171	1.098.125	0	-10.410	3.993.886	1.679	3.995.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.900.000	6.171	1.098.125	0	-10.410	3.993.886	1.679	3.995.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-358.307	0	-358.307	-215	-358.522
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-126.665	0	-126.665	0	-126.665
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-231.642	0	-231.642	0	-231.642
5.04.08	Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-215	-215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	934.021	12.422	946.443	150	946.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	934.021	0	934.021	150	934.171
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.422	12.422	0	12.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	575.714	-575.714	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	575.714	-575.714	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.200.000	6.171	1.373.839	0	2.012	4.582.022	1.614	4.583.636

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.600.000	6.171	808.138	123.159	-5.847	3.531.621	1.655	3.533.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.600.000	6.171	808.138	123.159	-5.847	3.531.621	1.655	3.533.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-293.203	0	-293.203	-198	-293.401
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-88.345	0	-88.345	0	-88.345
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-204.858	0	-204.858	0	-204.858
5.04.08	Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-198	-198
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	760.031	-4.563	755.468	222	755.690
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	760.031	0	760.031	222	760.253
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.563	-4.563	0	-4.563
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	448.039	-448.039	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	448.039	-448.039	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.900.000	6.171	956.177	141.948	-10.410	3.993.886	1.679	3.995.565

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	6.542.794	6.269.792	5.172.612
7.01.01	Intermediação Financeira	6.347.092	5.947.273	4.840.370
7.01.02	Prestação de Serviços	798.567	701.975	641.661
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-852.445	-629.510	-518.322
7.01.04	Outras	249.580	250.054	208.903
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.615.793	-2.578.688	-1.927.163
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.067.301	-822.052	-770.168
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-870.711	-677.184	-646.299
7.03.02	Serviços de Terceiros	-195.891	-144.326	-125.326
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-699	-542	1.457
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.859.700	2.869.052	2.475.281
7.05	Retenções	-109.449	-111.862	-109.728
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-109.449	-111.862	-109.728
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.750.251	2.757.190	2.365.553
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.207	0	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.207	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.751.458	2.757.190	2.365.553
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.751.458	2.757.190	2.365.553
7.09.01	Pessoal	1.124.433	999.331	865.270
7.09.01.01	Remuneração Direta	855.946	763.920	668.462
7.09.01.02	Benefícios	207.538	177.486	148.720
7.09.01.03	F.G.T.S.	60.949	57.925	48.088
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	752.128	801.666	711.580
7.09.02.01	Federais	709.419	762.810	675.519
7.09.02.02	Estaduais	455	525	449
7.09.02.03	Municipais	42.254	38.331	35.612
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.185	51.694	47.239
7.09.03.01	Aluguéis	56.185	51.694	47.239

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	818.712	904.499	741.464
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	253.387	231.642	204.858
7.09.04.02	Dividendos	73.078	126.665	88.345
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	492.125	546.042	448.039
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	122	150	222

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO IFRS 2012

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. relativas ao exercício de 2012, em atendimento às exigências estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10, que disciplinam a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC).

Informações sobre o modelo de negócios do Banco, gestão de riscos e governança corporativa estão disponíveis no *site* <http://www.banrisul.com.br>, nas rotas: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Formulário de Referência; Relações com Investidores/Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos, atualizadas, conforme última publicação na rota: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Divulgação de Resultados/4T12.

CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais em 2012, agravada pela debilidade econômica, política e financeira de países da Zona do Euro e pela perda de dinamismo das economias americana e chinesa, refletiu em dificuldades de retomada do nível de atividade no Brasil, apesar dos esforços do Governo Federal, por meio de estímulos fiscais e monetário, em atenuar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia doméstica. No contexto regional, foco de atuação do Banrisul, os efeitos de uma estiagem prolongada e da retração da demanda externa foram particularmente frustrantes, face à relevância dos segmentos agropecuário e voltado à exportação na estrutura econômica do Estado do Rio Grande do Sul.

O arrefecimento do nível de atividade, no Brasil, propiciou a implementação de mecanismos que resultaram numa mudança estrutural - a redução dos juros, com efeitos relevantes sobre a atividade bancária. Assim, a evolução do desempenho das instituições financeiras, em 2012, foi afetado pela trajetória dos juros básicos, pela desaceleração do crescimento do crédito, pela elevação da inadimplência, pela redução dos preços do crédito e diminuição de *spreads*, além de mudanças no marco regulatório, envolvendo alterações nos recolhimentos compulsórios e nos regramentos de remuneração dos depósitos de poupança, além do debate em torno do cronograma de adesão às regras de requerimento de capital em consonância à terceira versão do acordo internacional de Basileia, a serem implementadas no País a partir de 2013.

Os elementos de conjuntura afetaram particularmente a dinâmica competitiva do setor financeiro. Instituições financeiras públicas foram pioneiras na implementação de políticas agressivas de redução dos juros, estratégia posteriormente seguida pelos demais bancos; o advento da portabilidade de crédito e de folhas de pagamento, que entrou em vigência em 2012, tornou-se importante fator de gestão da retenção de clientes, refletindo em revisão das políticas comerciais e de serviços oferecidos aos segmentos de clientes preferenciais; o mercado de crédito consignado, importante nicho de bancos médios, experimentou um período de reacomodação, pela atuação reguladora do Banco Central do Brasil e também pelo movimento de fusão entre *players* de grande presença no ambiente nacional.

A liquidez no mercado interbancário manteve-se elevada em 2012, favorecida pelo fluxo positivo de recursos externos. Apesar das incertezas associadas aos mercados financeiros globais, as captações externas realizadas por companhias brasileiras seguiram aquecidas em boa parte do ano, face às condições de liquidez internacional e a maior propensão dos investidores ao risco. As captações externas das instituições financeiras, por meio de instrumentos de dívida subordinada e instrumentos híbridos de capital e dívida, foram utilizadas enquanto estratégia de fortalecimento do capital pelos bancos brasileiros, sinalizando preparação para a agenda de Basileia III.

Dessa forma, o desempenho do setor financeiro brasileiro em 2012 reflete a queda nas receitas de intermediação financeira, especialmente do crédito, face à desaceleração do crescimento das carteiras e à redução das taxas de contratação, bem como a redução das receitas de tesouraria, incluídas as operações de câmbio, devido ao efeito cambial e o recuo da Taxa Selic, movimento em parte compensado pela queda dos custos de captação, motivada pelos mesmos fatores. De uma forma geral, as despesas de provisões de crédito foram mais altas, face à elevação da inadimplência, enquanto as receitas de serviços foram menores, devido à concorrência e à vigência do advento da portabilidade bancária. Contudo, as despesas de pessoal e administrativas mantiveram-se elevadas, devido ao movimento de abertura de novas agências realizado pelas principais instituições que atuam no ambiente nacional, impactando em rentabilidades menores que as registradas em anos anteriores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

O projeto estratégico em execução no Banrisul está referenciado em quatro pilares: (i) qualificação do atendimento aos clientes, abrangendo a modernização e padronização da rede de agências e a capacitação contínua dos empregados; (ii) excelência na gestão de custos administrativos; (iii) manutenção de investimentos em tecnologia e inovação e (iv) expansão da escala de negócios, através do incremento da carteira de crédito, da oferta de produtos financeiros e da ampliação dos pontos de atendimento.

A estratégia financeira traçada para o ano previa o fortalecimento do capital, face à necessidade de adesão ao regramento previsto no âmbito do Acordo de Basileia III. Em 2012, o Banrisul fez sua primeira emissão de dívida no mercado internacional, colocando em duas *tranches* o valor total de US\$775 milhões em notas subordinadas, papéis com prazo de 10 anos, vencimento em 2022 e cupom de juros de 7,375% aa., para compor o capital de nível II. A primeira *tranche* no valor de US\$500 milhões ocorreu no final de janeiro, com rendimento para o investidor de 7,50% aa. A segunda *tranche*, no valor de US\$275 milhões e rendimento de 5,95% aa., foi realizada no final de novembro e reconhecida, como capital de nível II, conforme autorização do Banco Central do Brasil, em janeiro de 2013.

A estratégia de crescimento de negócios e de sustentação da capacidade de atendimento incluía os objetivos: (i) alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar a carteira de crédito e promover a desconcentração do foco de atuação regionalizada; (ii) ampliar o portfólio de serviços, mediante a expansão de rede de adquirência Banricompras e o fortalecimento da carteira de cartões de crédito, seguros, previdência e capitalização; além de (iii) expandir a rede de atendimento e o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros na Região Sul do País.

A execução da estratégia de crescimento desdobrou-se, em 2012, nas seguintes ações: (i) aquisição, em março de 2012, de 49,9% do capital da rede de distribuição Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A, empresa especializada na originação de créditos consignados, por meio de 73 lojas, distribuídas nas cinco regiões do País; (ii) estruturação e lançamento do Fundo de Investimento Imobiliário, voltado para a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio da aquisição e eventual edificação e/ou adaptação de ativos imobiliários para locação ao Grupo Banrisul; (iii) expansão do mercado de adquirência, mediante a captura e processamento de transações das bandeiras Mastercard e VerdeCard, desde 2011, e adesão da bandeira VISA, a partir de agosto de 2012, por meio da Rede Banricompras, que passa a incorporar o *status* de multibandeira; (iv) disponibilização de 27 novas agências e contratação de 1.620 colaboradores para sustentar o atendimento e cobrir a saída de empregados aposentados, ações responsáveis por boa parte dos recursos direcionados para investimentos, que somaram R\$291,8 milhões. Os demais impactos financeiros dos desdobramentos da estratégia de negócios estão demonstrados na sequência.

DESEMPENHO FINANCEIRO

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido acumulado, em 2012, atingiu R\$833,7 milhões, R\$100,5 milhões ou 10,8% abaixo do valor registrado no ano de 2011. A receita líquida de juros e similares apresentou elevação de R\$333,9 milhões ou 10,7%, impulsionada pela ampliação dos ativos de crédito, em R\$4.111,0 milhões, e pelo crescimento da receita de prestação de serviços, em R\$102,8 milhões ou 14,2%, face à ampliação do volume de transações. O resultado foi impactado também pela elevação das despesas administrativas, em R\$255,2 milhões ou 13,5%, influenciado pelo aumento do número de empregados e pelo reajuste de salários concedido no âmbito do acordo coletivo de trabalho, bem como pelo avanço das despesas de provisão para *impairment*, em R\$244,0 milhões ou 41,4%, face à evolução do volume da carteira de empréstimos e adiantamento a clientes e do aumento de despesas com perdas incorridas.

A receita líquida de juros e similares foi influenciada, diretamente, pela expansão das receitas com juros e similares, em R\$262,8 milhões, afetada pela redução das rendas das aplicações financeiras, em R\$146,0 milhões, e pelo aumento das rendas de empréstimos e adiantamento, em R\$324,5 milhões. As despesas de juros e similares reduziram em R\$71,1 milhões, face à diminuição das despesas de captação com clientes, em R\$108,1 milhões, das despesas com recursos de bancos em R\$148,1 milhões, e despesas de captação no mercado aberto em R\$46,7 milhões, efeito minimizado pelas despesas de avaliação do passivo financeiro a valor justo em R\$ 231,8 milhões.

A reconciliação entre o resultado apurado pelas práticas contábeis brasileiras (BRGAAP) e o padrão contábil internacional (IFRS) abrange as seguintes contas:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ ...R\$11,7 milhões no resultado de variação cambial em transações no exterior, motivado por exigências da IAS 21, que determina a criação de uma reserva específica no patrimônio líquido, “Resultado Abrangente Acumulado”, que registre os ganhos ou perdas acumulados gerados na conversão de dependências no exterior, diferentemente das práticas adotada no Brasil, onde são registradas diretamente no resultado;
- ✓ ...R\$18,6 milhões na provisão para *impairment*, resultante da diferença de conceito no modelo de mensuração de provisão para operações de crédito, onde passa de “perda esperada”, baseada na análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, na visão de BRGAAP, para “perda incorrida”, que requer a identificação objetiva de redução de valor como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de acordo com IFRS;
- ✓ ...R\$23,4 milhões das outras despesas administrativas, em função das despesas de depreciação e amortização, modificadas pela revisão de vida útil dos bens do imobilizado, e das despesas de operações de *leasing*, devido reconhecimento de *leasing* financeiro, conforme normas do IFRS;
- ✓ ...R\$15,3 milhões nas despesas com imposto de renda e contribuição social, referentes ao reconhecimento dos tributos diferidos incidentes sobre os ajustes de reconciliação do IFRS.

Tabela 1: Demonstrativo de Resultado Pro Forma

R\$ milhões					
	2012 BR GAAP	Reconciliação	2012 IFRS	2011 IFRS	Δ%
Receita Líquida com Juros	3.466,4		3.466,4	3.132,5	10,7%
Receita de Dividendos	2,6		2,6	2,3	10,4%
Ganhos Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	98,6		98,6	(0,5)	18320,5%
Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior	(18,2)	(11,7)	(29,9)	86,3	-134,6%
Receita de Prestação de Serviços	828,1		828,1	725,3	14,2%
Perdas com Ativos Financeiros	(694,8)	18,6	(676,3)	(463,5)	45,9%
Provisão para <i>Impairment</i>	(852,4)	18,6	(833,9)	(589,9)	41,4%
Recuperação de Crédito Baixado para prejuízo	157,6		157,6	126,4	24,7%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(2.554,8)	23,4	(2.531,3)	(2.113,5)	19,8%
Despesas de Pessoal	(1.309,3)		(1.309,3)	(1.163,1)	12,6%
Outras Despesas Administrativas	(855,5)	23,4	(832,0)	(723,1)	15,1%
Despesas Tributárias	(258,2)		(258,2)	(232,3)	11,1%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1,2		1,2	-	-
Outras Receitas Operacionais	235,4		235,4	241,6	-2,6%
Outras Despesas Operacionais	(368,4)		(368,4)	(236,6)	55,7%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.127,8		1.158,1	1.369,0	-15,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(309,1)	(15,3)	(324,4)	(434,9)	-25,4%
Lucro Líquido do Exercício	819,7	15,0	833,7	934,2	-10,8%

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul, descrita no estatuto social da empresa e aprovada desde março de 2009, especifica um percentual mínimo de 25% a ser pago aos acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios e um percentual adicional de 15% como dividendos complementares, totalizando a distribuição de 40% do lucro líquido ajustado para os exercícios seguintes, que pode ser pago na forma de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de impostos e contribuições.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio é limitado à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e seu pagamento é realizado trimestralmente, segundo determinação do Conselho de Administração.

A remuneração dos acionistas foi e continuará sendo calculada e paga com base nos lucros apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 2012, a distribuição dos resultados alcançou R\$311,1 milhões, composta por R\$238,0 milhões na forma de juros sobre o capital próprio, descontado do imposto de renda retido na fonte, e R\$73,1 milhões como dividendos complementares.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 2 - Distribuição do Resultado

	R\$ milhões		
	2012	2011	Δ%
Lucro Líquido do Exercício BR GAAP	818,6	904,3	-9,5%
Reversa Legal	(40,9)	(45,2)	-9,5%
Base de Cálculo dos Dividendos	777,7	859,1	-9,5%
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	(194,4)	(214,8)	-9,5%
Dividendo Adicional (15%)	(116,6)	(128,9)	-9,5%
Dividendos Totais	(311,1)	(343,7)	-9,5%
Juro Sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	238,0	217,0	9,7%
Dividendos Pagos e Provisionados	73,1	126,7	-42,3%

⁽¹⁾ Valor líquido do Imposto de Renda.**DESEMPENHO PATRIMONIAL****ATIVO**

O ativo total atingiu R\$47.392,7 milhões em dezembro de 2012, evolução de R\$9.076,0 milhões ou 23,7% acima do montante de 2011.

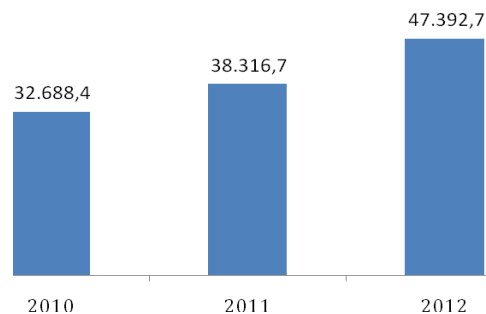
Na composição dos ativos, destaca-se, principalmente, a participação dos empréstimos e recebíveis, em 52,9%, dos títulos de investimentos, em 26,2%, e das disponibilidades e reservas do Banco Central do Brasil em 17,4%.

Em relação às fontes de recursos que alavancaram o aumento do ativo, elencam-se os passivos financeiros a custo amortizado que alcançaram R\$38.999,3 milhões, compostos, especialmente, pelas captações com clientes, em R\$26.306,3 milhões, com expansão de R\$3.992,8 milhões ou 17,9%, e obrigações por empréstimos e repasses em R\$3.255,2 milhões, com crescimento de R\$1.100,0 milhões ou 51,0%.

O montante proveniente da captação de recursos no exterior, R\$1.158,3 milhões, classificada como passivo financeiro ao valor justo, também contribuiu para a geração de *funding* para ativos. A emissão de dívida subordinada tem vencimento em 10 anos e foi efetivada em fevereiro de 2012. O cupom de juros pactuados foi de 7,375% aa., pagáveis semestralmente, e custo efetivo de 7,50% aa. Em maio de 2012, foi estruturado o *hedge accounting* da captação externa, procedimento através do qual a dívida subordinada e o instrumento de *hedge* foram marcados a mercado. Em dezembro de 2012, foi reaberta a emissão da nota subordinada, com cupom de juros de 7,375% aa., taxa efetiva de 5,95% aa. e vencimento em 2022, totalizando R\$618,2 milhões, contabilizada como passivo financeiro ao custo amortizado, visto que a autorização do Banco Central do Brasil para utilização da operação como capital de nível II ocorreu em janeiro de 2013.

Gráfico 1: Evolução do Ativo Total

R\$ milhões



Relatório de Administração/Comentário do Desempenho

Os títulos de investimento alcançaram o saldo de R\$12.414,1 milhões em dezembro de 2012, com incremento de R\$2.575,0 milhões ou 26,2% em doze meses.

Em relação à composição dos títulos, salienta-se a participação de 67,6% dos títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$8.397,0 milhões, de 18,5% dos títulos mantidos para negociação, que totalizaram R\$2.293,1 milhões, de 11,9% de ativos financeiros disponíveis para venda, que atingiram R\$1.481,7 milhões e de 2,0% em instrumentos financeiros derivativos, que somaram R\$242,3 milhões.

Quanto aos tipos de papéis gerenciados, os títulos estão concentrados, especialmente, em letras financeiras do tesouro (LFT), em R\$11.426,9 milhões, seguida pela Cessão Fiduciária - LFT, em R\$273,3 milhões e, ainda os Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$242,3 milhões.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Tabela 3: Títulos de Investimento

	R\$ milhões		
	2012	2011	Δ%
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo	2.293,1	2.116,5	8,3%
Títulos Mantidos para Negociação	2.293,1	2.116,5	8,3%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.019,8	2.113,5	-4,4%
Ações de Companhias Abertas	-	3,0	-100,0%
Cessão Fiduciária – LFT	273,3	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.481,7	1.296,9	14,2%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.448,4	885,4	63,6%
Ações de Companhias Abertas	15,4	9,8	57,6%
Cotas de Fundo de Renda Fixa	15,9	19,7	-19,1%
Cotas de Fundo Imobiliário	1,9	-	0,00%
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	382,0	-100,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	242,3	-	0,00%
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.397,0	6.425,6	30,7%
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.397,0	6.425,6	30,7%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.958,7	6.130,3	29,8%
Fundo de Compensações das Variações Salariais (CVS)	147,9	156,8	-5,7%
Letras Hipotecárias (LH)	16,0	22,7	-29,4%
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	3,6	2,4	47,5%
Nota Promissória Comercial – NPC	25,8	-	-
Debêntures	20,8	-	-
Letras Financeiras	171,3	-	-
Outros	52,9	113,4	-53,4%
Títulos de Investimento	12.414,1	9.839,1	26,2%

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Os empréstimos e adiantamentos a clientes alcançaram o montante de R\$24.504,2 milhões, com crescimento de R\$4.111,0 milhões ou 20,2% em relação a dezembro de 2011.

Em dezembro de 2012, o crédito comercial apresentou participação de 74,7% do total dos empréstimos e adiantamentos, seguidos de 8,7% do crédito imobiliário, de 7,4% do crédito rural, de 5,8% da carteira de financiamento a longo prazo e de 2,6% da carteira de câmbio.

Em relação aos vencimentos dos empréstimos e adiantamentos a clientes, em dezembro de 2012, pode-se observar que R\$552,2 milhões ou 2,2% do total da carteira estavam concentrados em parcelas vencidas há mais de quinze dias, R\$11.485,0 milhões ou 46,9% do montante, formavam as parcelas a vencer em até 12 meses, e, R\$12.466,9 ou 50,9%, constituíam as parcelas com vencimentos acima de 12 meses, situação apresentada na avaliação da exposição dos riscos de descasamentos temporais entre ativos e passivos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 4: Composição dos Empréstimos e Adiantamento a Clientes

	R\$ milhões		
	2012	2011	Δ%
Comercial	18.294,0	15.270,6	19,8%
Pessoa Física	8.333,8	5.878,4	41,8%
Empréstimos e Títulos Descontados	7.992,3	5.557,2	43,8%
Financiamentos Direto ao Consumidor	277,8	268,1	3,6%
Cartão de Crédito	63,6	53,1	19,9%
Pessoa Jurídica	9.960,2	9.392,2	6,0%
Empréstimos e Títulos Descontados – Instituições de Crédito	1.514,6	2.201,0	-31,2%
Empréstimos e Títulos Descontados - Outros	8.157,1	6.988,4	16,7%
Financiamentos Direto ao Consumidor	263,9	200,8	31,4%
Cartão de Crédito	24,6	2,0	-
Imobiliário	2.137,3	1.741,0	22,8%
Créditos Vinculados a Cessão	108,6	-	-
Rural	1.811,9	1.705,1	6,3%
Financiamentos a Longo Prazo	1.422,4	1.035,1	37,4%
Câmbio	647,9	557,2	16,3%
Arrendamento Mercantil	82,1	84,2	-2,5%
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	24.504,2	20.393,2	20,2%

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Os passivos financeiros atingiram saldo de R\$38.999,3 milhões, com expansão de R\$7.184,1 milhões ou 22,6% em relação ao ano anterior. A captação de clientes alcançou R\$26.306,3 milhões, representando 67,5% do total, seguido pelos fundos financeiros e de desenvolvimento, que totalizou R\$5.942,3 milhões, compondo 15,2% e, ainda repasses e empréstimos, que atingiu R\$3.255,2 milhões, participando em 8,3% dos passivos financeiros.

A estrutura de captação de passivos financeiros do Banrisul é, principalmente, influenciada pela pulverização de depósitos, centrada em certificados de depósitos bancários (CDB) e depósitos de poupança, e pelos fundos financeiros e de desenvolvimento, recursos regulamentados pelas Leis 12.069/04 e 12.585/06 do Governo do Rio Grande do Sul, que disciplinam a disponibilização ao Estado de até 85% do saldo dos depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banco. O saldo remanescente é mantido depositado para constituição de fundo de liquidez chamado “Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais - FRDJ”, constituindo-se em *funding* para operações ativas.

Tabela 5: Composição dos Passivos Financeiros

	R\$ milhões		
	2012	2011	Δ%
Captações com Clientes	26.306,3	22.340,2	17,9%
Depósito à Vista	3.379,9	3.179,8	6,3%
Depósito de Poupança	5.836,2	5.136,2	13,6%
Depósito a Prazo	17.090,1	13.997,4	22,1%
Captações com Bancos	440,1	59,5	639,2%
Captação no Mercado Aberto	1.627,8	1.331,5	22,2%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	315,4	26,8	1078,7%
Repasses e Empréstimos no País	1.643,5	1.212,8	35,5%
Repasses e Empréstimos no Exterior	1.611,7	942,5	71,0%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942,3	5.098,6	16,5%
Outros Passivos Financeiros	1.112,3	830,1	34,0%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	38.999,3	31.815,1	22,6%

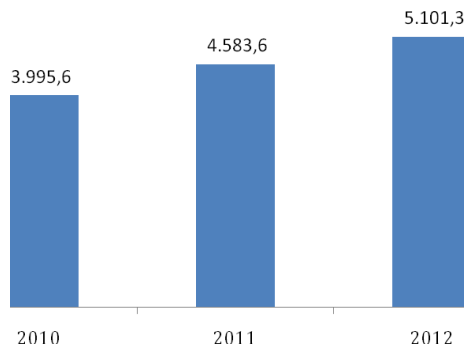
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio atingiu R\$5.101,3 milhões em dezembro de 2012, com evolução de R\$517,7 milhões ou 11,3%, sobre o montante de dezembro de 2011. O aumento do patrimônio líquido reflete o lucro líquido gerado no exercício e a distribuição do resultado. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio, em 2012, atingiu 17,2%, 4,6 pp. abaixo do indicador alcançando em 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido

R\$ milhões

**MODELO DE NEGÓCIOS**

A administração do Banrisul efetua a gestão das atividades operacionais segregada sob a ótica de segmento de negócios. O desempenho da Instituição é avaliado através de três segmentos: Varejo, Corporativo e Tesouraria.

Os resultados dos segmentos operacionais estão em conformidade com as políticas contábeis aplicadas nas demonstrações consolidadas em IFRS. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados por segmento.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas à base de clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Segmento Varejo é composto: (i) pelos clientes pessoas físicas; (ii) pelas empresas cadastradas, somente em agências do Estado do Rio Grande do Sul, com faturamento anual de até R\$30 milhões; e (iii) pelas empresas, excluídas as cadastradas no Rio Grande do Sul, que apresentem faturamento anual abaixo de R\$50 milhões.

O segmento *Corporate* é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comerciais, de longo prazo, rural, habitacional e câmbio focado no atendimento a órgãos e instituições governamentais e empresas de médio e grande porte. A classificação dos clientes em *Corporate* segue premissas, revisadas semestralmente, entre as quais: (i) órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais; (ii) empresas com faturamento anual superior a R\$30 milhões, quando cadastradas no Estado do Rio Grande do Sul; e (iii) demais corporações que apresentarem faturamento anual acima de R\$50 milhões.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa e administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul.

Em relação ao resultado de 2012, segregado por segmento de negócios, as receitas com juros e similares deduzidas das despesas com juros e similares do segmento Varejo representaram 64,7% da receita líquida, contribuição seguida pelo *Corporate*, responsável pela geração de 18,6% e pela Tesouraria, com 14,6%.

Quanto à estrutura patrimonial, os ativos de Tesouraria compuseram 45,7% do total das aplicações, acompanhada pelo Varejo, em 31,7%, e pelo *Corporate*, em 18,9%. A estrutura dos passivos atingiu a participação de 51,7% no Varejo, 21,7% na Tesouraria, complementada por 15,7% no *Corporate*.

Tabela 6: Segmento de Negócios

R\$ milhões

	Varejo	%	Corporate	%	Tesouraria	%	Outros	%	Total
Receitas com Juros e Similares	3.522,8	59,0%	976,6	16,3%	1.379,4	23,1%	95,2	1,6%	5.974,0
Despesas com Juros e similares	(1.281,6)	51,1%	(332,6)	13,3%	(871,6)	34,8%	(21,8)	0,9%	(2.507,6)
RECEITA LÍQUIDA DE JUROS	2.241,1	64,7%	644,0	18,6%	507,8	14,6%	73,5	2,1%	3.466,4
ATIVO	15.012,6	31,7%	8.978,0	18,9%	21.636,0	45,7%	1.766,1	3,7%	47.392,7
PASSIVO	21.881,4	51,7%	6.642,4	15,7%	9.191,5	21,7%	4.576,0	10,8%	42.291,3

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado) e distribuídos da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS
6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS
7. TRANSIÇÃO PARA O IFRS
8. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL
9. ATIVOS FINANCEIROS
10. OUTROS ATIVOS
11. INVESTIMENTOS
12. IMOBILIZADO
13. INTANGÍVEL
14. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO
15. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO
16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
17. TRIBUTOS DIFERIDOS
18. OUTROS PASSIVOS
19. ATIVOS EM GARANTIA
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES
22. GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS
- 23 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
24. DESPESA DE PESSOAL
25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
29. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA
30. COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul", "Instituição" e/ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e conjuntamente com suas controladas e coligada ("Grupo") opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

Estes serviços são oferecidos no Brasil aos clientes por intermédio da rede de agências do Banrisul, e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em *Miami* e *Grand Cayman*.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 26 de março de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banrisul foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas estão descritas a seguir:

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banrisul referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado, estão demonstradas na Nota 7.2.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Notas Explicativas

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Nota 8 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. O fluxo de caixa das atividades operacionais foi determinado pelo método indireto, portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por *impairment* de empréstimos e adiantamentos. Os juros recebidos e pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades operacionais.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação das estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, plano de pensão de benefício definido, perdas por *impairment* dos ativos, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e por todas as empresas do Grupo.

2.2. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e coligadas.

i) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são governadas pelo Banrisul, acionista controlador do Grupo Banrisul, e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Instituição controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Principais informações sobre os investimentos em controladas:

Controladas	Participação %	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	99,498	29.068	3.272
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	98,957	75.926	1.595
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	99,683	152.617	13.758
Banrisul Serviços Ltda.	99,785	137.477	21.126

Banrisul Armazéns Gerais S.A.: Localizada em Canoas (RS), atua como permissionária da Secretaria da Receita Federal para administrar o Porto Seco da região metropolitana, atuando nos regimes de importação e exportação e de armazém geral.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios: Explora serviço de administração de grupos de consórcios para pessoas físicas e jurídicas, para aquisição de imóveis, automóveis e motocicletas, veículos automotores para uso agrícola e outros bens móveis, inclusive para pessoas que não sejam nossos correntistas.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio: Explora serviços de corretagem na intermediação em operações envolvendo títulos e valores mobiliários negociados na Bovespa. A Banrisul

Notas Explicativas

Concretiza a administração, ainda, clubes de investimentos e distribui certificados de investimento audiovisual.

Banrisul Serviços Ltda.: Administra cartão refeição e alimentação, combustível, presente, benefício, salário e serviços de sistema de manutenção de frota.

ii) Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Instituição detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Instituição poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Instituição pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

Em 13 de março de 2012, o Banrisul adquiriu 49,9% (quarenta e nove por cento e nove décimos) das ações de emissão da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. (anteriormente denominada Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), representando 673.500 ações ordinárias. O ágio de R\$33.949 reconhecido na aquisição representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição.

iii) Transações e Participações de não Controladores

O Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial Consolidado. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

iv) Saldos e Transações Eliminadas na Consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3. Conversão em Moeda Estrangeira

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul. Exceto quando indicado, as demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo.

As agências no exterior representam uma extensão dos negócios do Banco e na data-base das demonstrações financeiras, seus ativos e passivos são convertidos para a moeda de apresentação adotada pelo Banco, pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço e as demonstrações de resultado

Notas Explicativas

são convertidas pelo dólar de transação ajustado pelo câmbio de fechamento a cada mês, representando desta forma a média ponderada das taxas de câmbio do período. Diferenças cambiais devido à conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do Patrimônio Líquido, compondo o Resultado Abrangente.

(b) Transações e Itens do Balanço Patrimonial

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado. As variações cambiais de investimentos no exterior são registradas na Demonstração do Resultado Abrangente.

As alterações no valor justo dos títulos e valores mobiliários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil dos títulos e valores mobiliários são reconhecidas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro não há títulos e valores mobiliários no exterior classificados como disponível para venda.

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto, reserva bancária junto ao Banco Central sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

2.5. Aplicação e Captação no Mercado Aberto

Os títulos e valores mobiliários vendidos com o acordo de recompra (*repos*) são categorizados nas demonstrações financeiras como ativos (bens) em garantia. O valor do passivo desta captação está na rubrica "Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - Captações no Mercado Aberto". Os títulos e valores mobiliários comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) são categorizados nas demonstrações financeiras como aplicações no mercado aberto como equivalentes de caixa. A diferença entre o preço de venda e recompra (compra e revenda) é tratada como juros que são reconhecidos ao longo do período da vigência do acordo usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6. Ativos e Passivos Financeiros

O Banrisul classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Através do Resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo através do resultado.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. As receitas e despesas de juros são reconhecidas em "Receitas com Juros e Similares". Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos

Notas Explicativas

(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Receitas com Juros e Similares". A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada como componentes do resultado abrangente, na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por *impairment*.

(c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são inicialmente reconhecidos ao valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita com Juros e Similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida na demonstração do resultado.

(d) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banrisul compreendem operações de crédito, repasses interfinanceiros, aplicações interfinanceiras e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. As receitas e despesas de juros são reconhecidas em "Receitas com Juros e Similares".

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa certos derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 14) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme. O Banrisul não possui instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e investimento líquido no exterior.

Notas Explicativas

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 9. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como Ativo ou Passivo não Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como Ativo ou Passivo Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Valor Justo - São classificados nesta categoria certos instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em USD com nocional de US\$775 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descritas nas Notas 14 e 15.

Na data de 31 de dezembro de 2012, os derivativos em aberto referem-se: *swaps* e termo de moeda emitidos para proteção da dívida subordinada.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros".

De acordo com o IAS 39, para qualificarem-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- i) no início do *hedge*, existem designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- ii) é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- iii) a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos; e
- iv) o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o qual o *hedge* foi designado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil e o ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Notas Explicativas**(f) Instrumentos Financeiros Derivativos que não se qualificam como contabilização de *hedge***

As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros Ganhos (Perdas), Líquidos".

(g) Reconhecimento, Mensuração e Desreconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação (data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos).

O critério em uso pelo Banrisul define que para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que recebem e paguem juros as quais não são classificados na categoria de "Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado", os juros são reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia conforme a Nota 2.19.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles forem extintos, ou seja, quando forem pagos, cancelados ou expirados.

Os ganhos ou perdas acumulados na conta específica do patrimônio líquido de ativos financeiros disponíveis para venda são transferidos para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários categorizados como disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os dividendos de título patrimonial registrado como disponível para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra (*bid price*). Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banrisul estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

(h) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e longo prazo que são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na demonstração consolidada de resultado em "Despesas de Juros e Similares".

Os passivos financeiros a custo amortizado são compostos de: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Repasses no País e no Exterior, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Empréstimos no Exterior e Outros Passivos Financeiros conforme a Nota 15.

Notas Explicativas

2.7. Impairment de Ativos Financeiros

(a) Ativos Financeiros Contabilizados pelo Custo Amortizado

O Banrisul avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam *impaired*. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está *impaired* e são incorridas perdas por *impairment* se, e apenas se, existir evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banrisul utiliza para determinar que há evidência objetiva de perda por *impairment* de acordo com o IAS 39 inclui:

- Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência; e
- Deterioração da posição competitiva do devedor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada. Geralmente, os períodos utilizados são entre 1 e 12 meses.

O Banrisul avalia se a evidência objetiva de *impairment* existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de *impairment* para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos financeiros que são avaliados individualmente e para os quais uma perda de *impairment* é ou continua a ser reconhecida não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduutora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. Se um empréstimo é recebível ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensuração de qualquer perda por *impairment* é a taxa de juros efetiva corrente estabelecida pelo contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativos financeiros para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execução da mesma seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros para os grupos de tais ativos financeiros pelo fato de poder ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condições contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de *impairment* são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos no Banrisul e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pelo Banrisul para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência

Notas Explicativas

Quando um empréstimo e recebível é incobrável ele é baixado contra provisão para *impairment*. Tais empréstimos e recebíveis são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

(b) Ativos Financeiros Categorizados como Disponíveis para Venda

O Banrisul avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam *impaired*. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão *impaired*. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por *impairment* resultante desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado) é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas no resultado para um investimento em título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas por meio do resultado. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após o reconhecimento por perda por *impairment*, é reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido em “Resultados Abrangentes”. Se, num período subsequente, o valor justo de um título de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda de *impairment* no resultado, esta perda é revertida por meio do resultado.

2.8. Apresentação de Instrumentos Financeiros pela Posição Líquida entre Ativos e Passivos

Um ativo financeiro é compensado com um passivo financeiro, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se o Banrisul possui direito ou obrigação legal de compensar os montantes reconhecidos no mesmo e pretende liquidar em uma base líquida ou realizar um ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Ativos não Circulantes Disponível para a Venda

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Outras Despesas Operacionais”. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda a perda reconhecida pode ser revertida.

2.10. Investimentos

Avaliação dos investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

Ágio - O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Impairment de Ativos não Financeiros - Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados

Notas Explicativas

para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11. Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir.

Estimativa da Vida Útil	Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações	26
Móveis e Equipamentos em Uso	18
Outros	8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" na demonstração do resultado.

2.12. Arrendamento Mercantil

O Banrisul possui arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos em que o Banrisul assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política

Notas Explicativas

contábil aplicável ao ativo.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos contingentes são contabilizados, por meio de revisão dos pagamentos mínimos de arrendamento sobre o prazo remanescente da operação quando o ajuste do arrendamento for confirmado.

(a) Operações de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

O Banrisul classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento pelo prazo de vigência do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do término do período de contrato qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que o encerramento ocorre.

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e os aluguéis de imóveis nos quais o Banrisul fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedades são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

(b) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, onde o Banrisul atua como arrendador, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um recebível na rubrica de “Empréstimos e Recebíveis Avaliados ao Custo Amortizado” conforme a Nota 9 (e).

Os custos diretos iniciais, quando incorridos pelo Banrisul, são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banrisul e é reconhecida na rubrica “Receita com Juros e Similares”.

2.13. Ativo Intangível

São compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos inicialmente pelo custo. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *softwares* com vida útil definida amortizado pelo método linear.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado, revisados anualmente.

(a) Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de empréstimos consignados para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor

Notas Explicativas

recuperável destes ativos.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.14. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 37, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Contingências Ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências Passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo:

Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Notas Explicativas

Provisões para Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - Provisões de contingências fiscais e previdenciárias referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e bem como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

iii) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - As obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto à probabilidade de perda.

2.15. Garantias Financeiras

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira, possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “*Provisions, contingent liabilities and contingent assets*”.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros Passivos (Nota 18)”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Receitas de Prestação de Serviços”.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do imposto for realizado ou liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas essas diferenças temporárias.

O imposto de renda e contribuição social diferido relacionado com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda é creditado ou debitado ao resultado abrangente, e subsequentemente é reconhecido no resultado quando da venda junto com os ganhos e as perdas diferidos.

2.17. Benefícios a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria

O Banrisul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs – Caixa de

Notas Explicativas

Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - O Banrisul é patrocinador de planos do tipo “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida a medida que estabelecem um valor de benefício de aposentadoria a que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul-Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão.

(iii) Prêmio Aposentadoria - Para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

A política adotada pela Instituição para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos do tipo “benefício definido” segue o método corredor, conforme parágrafo 92, do IAS 19, que estabelece o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais como despesa ou receita, se no final do exercício exceder o maior valor entre:

- (i)** 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
- (ii)** 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes baseados na experiência e na mudança das premissas atuariais de cada plano de benefício definido é o excesso determinado conforme supracitado, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos funcionários participantes de cada plano de benefício definido e desta maneira reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Este ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (i)** a Instituição controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (ii)** esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (iii)** estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

Até 31 de dezembro de 2012 o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o “método do corredor” conforme parágrafo 92 do IAS 19. A partir de 2013 será aplicada a norma revisada da IAS 19 onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 29.

Notas Explicativas

Com relação aos planos de "contribuição definida", o Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de Pessoal" na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.19. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos dentro de "Receitas com Juros e Similares" e "Despesas com Juros e Similares" da demonstração do resultado usando o método da taxa de juros efetiva.

Método da taxa de juros efetiva é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (opções de pagamentos antecipados, por exemplo), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

2.20. Receita de Prestação de Serviços

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

2.21. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.22. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. A cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária é definido os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social e dos dividendos adicionais e são contabilizados como passivo no final de cada exercício.

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na

Notas Explicativas

demonstração do resultado consolidado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e não com base nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

2.23. Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do Lucro por Ação Diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. Como instrumentos financeiros potencialmente dilutivos temos as ações preferenciais conversíveis, as debêntures conversíveis e os bônus de subscrição, que podem ser convertidos em ações ordinárias, caracterizando, assim, o próprio potencial dilutivo desses instrumentos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o Capital Social da entidade ao final do período.

No caso do Banrisul, as ações preferenciais classe A recebem um dividendo igual ao pago às demais ações, com o acréscimo de 10% (dez por cento), além de terem a característica de conversibilidade em ações ordinárias ou preferenciais classe B, a critério do titular da ação, a qualquer tempo, mediante notificação à sociedade. No entanto, as ações conversíveis, quando da ocorrência, são convertidas na razão de 1/1, não havendo alteração no capital acionário do Banco. Sendo assim, o cálculo da distribuição de resultados considera apenas a ponderação do percentual de acréscimo pago às ações preferenciais classe A, e o lucro por ação é dado pela divisão do lucro líquido pela quantidade de ações, por lote de mil. O lucro líquido por lote de mil ações ordinárias do capital social em dezembro de 2012 foi de R\$2,04 (2011 – R\$2,28) conforme Nota 20 (b).

O Banrisul não possui instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, e desta forma, o lucro por ação básico e diluídos são iguais.

2.24. Segmentos Operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Diretoria Executiva (Nota 6).

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, ainda não foi adotada no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **IAS 1** - Apresentação das Demonstrações Financeiras – A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- **IAS 19** - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras do Banco estão descritos a seguir: Adoção do conceito de "*risk sharing*", através do qual, deve ser observado o limite de contribuições efetuadas pela patrocinadora e a divisão de responsabilidades com os participantes do plano; o valor líquido do passivo/ (ativo) de benefício definido deve ser reconhecido em outros resultados abrangentes e o déficit ou superávit do plano deve ser reconhecido no balanço patrimonial, observando os limites definidos pela norma no caso de ocorrer superávit e reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. A política adotada pelo Banco para

Notas Explicativas

reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor” até 31 de dezembro de 2012, conforme descrito na Nota 29.

O impacto da adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2013 será um acréscimo nas provisões passivas no montante de R\$432.605 e uma redução do patrimônio líquido do Banco no mesmo montante ajustado pelos efeitos tributários, além de incremento na divulgação desses assuntos no relatório das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- **IAS 28** - Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **IAS 32** - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32 - Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- **IFRS 1** - Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1 - Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre o Grupo.
- **IFRS 7** - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7 - Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Administração está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- **IFRS 10** - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o

Notas Explicativas

conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração avaliou que sua adoção não trará impacto às suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- **IFRS 11** - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 12** - "Divulgação de Participação em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- **IFRS 13** - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banrisul.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

(a) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Cotados em Mercado Ativo

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado através de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos. Em termos práticos, os modelos usam apenas dados observáveis; no entanto, áreas com volatilidade e correlações de risco de crédito (próprias e da contraparte) requerem estimativas por parte da Administração. Alterações nas premissas construídas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo reportado de instrumentos financeiros.

(b) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita)

Notas Explicativas

liquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

(c) Perdas por *Impairment* em Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

O Banrisul examina periodicamente os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, com o objetivo de avaliar a existência de qualquer evidência objetiva de redução ao valor recuperável. O Banrisul usa estimativas baseadas na experiência histórica de perda em ativos com características de risco de crédito semelhantes e com evidência objetiva de redução ao valor recuperável. A metodologia e premissas utilizadas para estimar a perda são revisadas regularmente para reduzir as diferenças entre as perdas estimadas e as efetivas. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 2.7.

(d) Perda por *Impairment* dos Ativos

Anualmente, o Banrisul testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Em 2012 o Banco não identificou *impairment* de ágio.

(e) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 2.14.

5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para qualquer instituição financeira. Os riscos intrínsecos a uma empresa desse ramo abrangem desde aqueles facilmente identificáveis na área financeira, como os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância.

O Banrisul procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrado aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

5.1. Risco de Crédito

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo o binômio risco x retorno.

Notas Explicativas

A política interna adotada pelo Banrisul ao mensurar risco de crédito considera como componente básico em relação ao cliente a probabilidade de inadimplência, por parte do tomador ou contraparte, com respeito às suas obrigações contratuais. Essa mensuração de risco de crédito, que reflete as expectativas de perdas é incorporada à gestão operacional do Banco, conforme determina o Órgão Regulador.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles sob as informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção de sistemas de *Credit Score* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

A gestão eficaz da exposição ao risco de crédito do Banrisul permite à continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança, dada a potencialidade dos instrumentos utilizados para mensuração dos riscos inerentes a cada cliente.

5.1.1. Mensuração do Risco de Crédito

(a) Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros

Empréstimos e Adiantamento a Clientes

No processo de identificação e avaliação do risco de crédito o Banrisul adota os modelos de escoragem de crédito (*Credit Score* e *Behaviour Score*), avaliando a probabilidade de o cliente inadimplir, de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos.

Na concessão de crédito por políticas de alçada, os Comitês de Crédito das Agências podem deferir/indeferir operações de crédito até os limites de sua alçada, estabelecidos de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Os Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral deferem operações e Limites de Risco para clientes em alçadas superiores a dos Comitês de Crédito das Agências. A Diretoria Executiva aprova operações específicas e Limites de Risco de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avalia as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

As operações de crédito, contempladas ou não nos modelos de escoragem, são classificadas em ordem crescente de risco, contemplando aspectos em relação ao devedor e seus garantidores e em relação à operação. As mensurações operacionais podem ser comparadas às provisões para perda por *impairment* exigidas pelo IAS 39, as quais são baseadas em perdas que tenham sido incorridas à data do balanço patrimonial ("modelo de perdas incorridas") e não nas perdas esperadas (Nota 5.1.3).

Em relação ao devedor e seus garantidores são avaliados: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito.

Em relação às operações de crédito devem ser considerados: o valor, a natureza e finalidade da transação, além das características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez. As operações de crédito são acompanhadas pela Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco para identificação do *rating* mínimo em função do maior atraso. Todas as operações dos clientes possuem

Notas Explicativas

limites calculados, que adicionados ao mínimo, resultam na maior classificação de risco para o cliente. Os níveis adotados estão descritos na sequência.

Operações com Instituições de Crédito

O Banrisul, com o objetivo de manter o acompanhamento e a devida gestão da Carteira Adquirida, considera que o limitador por instituição cedente seja o equivalente a 15% do patrimônio de referência do Banrisul, não podendo exceder a 50% do patrimônio líquido do banco cedente. Efetua-se para tal processo a correspondente análise da capacidade econômico-financeira da instituição cedente. A maior parte da aquisição de carteiras de crédito é realizada com coobrigação do cedente, uma vez que a referida liquidez desses créditos junto ao Banrisul é de sua competência.

(b) Títulos Públicos e Outros Títulos de Dívida

Para os Títulos Públicos e outros títulos de dívida são elaborados relatórios contendo pareceres de análise para a concessão de Limites Operacionais de risco de crédito, destinados às instituições financeiras e às aquisições de títulos e valores mobiliários (emissões públicas ou em caráter privado) emitidos por empresas que operam no Mercado de Capitais.

O Limite Operacional constitui o valor máximo ao qual o Banco aceita estar exposto quando da aquisição de títulos privados, emitidos por instituições financeiras ou não financeiras, e da participação em Operações Compromissadas. Esse Limite é destinado tanto a operações envolvendo a Tesouraria do Banrisul, por intermédio da Unidade Financeira, quanto a operações no âmbito da alocação de recursos de terceiros, por meio da participação dos fundos de investimento do Banrisul administrados pela Unidade de Administração de Recursos de Terceiros.

A extensão da análise técnica compreende o aspecto econômico-financeiro da contraparte; o ambiente econômico; o perfil da empresa e de seus controladores; o estudo sobre o conglomerado; e o *rating* externo da Instituição. Dentre as informações que subsidiam os estudos técnicos, estão presentes prospectos de emissão, análises prospectivas de cenários (inclusive disponibilizadas pelos coordenadores das emissões), além de sistemáticas consultas aos organismos reguladores como Bacen e CVM, e demonstrações financeiras das instituições.

5.1.2. Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos.

A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho da Administração, se for o caso.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e dos seus limites, quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas a seguir:

Garantias

O Banco implementa orientações e políticas já consolidadas sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação de risco, firmadas nos contratos de empréstimos ou financiamentos, como, por

Notas Explicativas

Exemplo, o direito de vender ou reapresentar a garantia na ausência de cumprimento por parte do devedor de suas obrigações, sendo as mesmas avaliadas e analisadas no momento da concessão do crédito. Para as garantias de recebíveis, observa-se a seletividade, a concentração e a validação dos sacados e demais parâmetros da política de crédito para o produto e a respectiva garantia.

A exposição máxima de risco de crédito corresponde ao montante total do compromisso firmado entre as partes. Ainda, cabe salientar que o Banrisul efetua o controle de todas as garantias contratadas, com destaque nas operações que possuem o mitigador de garantias de títulos de crédito, efetuando a gestão durante todo o andamento da operação, recompondo a garantia quando assim se fizer necessário durante a vigência da operação/contrato, e baixando o excedente quando de seu encerramento.

O Banrisul emprega a tomada de garantias sobre a liberação de recursos como uma das medidas de mitigação de risco de crédito, prática tradicional e costumeira no mercado financeiro. Usualmente, para tal controle, o Banco tem admitido o recebimento de garantias de natureza real e fidejussória, obedecendo às peculiaridades inerentes ao tipo de contrato e linha de crédito.

Para os casos de execução das garantias atreladas a um contrato insolvente, o Banco realiza a devida retomada dos bens garantidos pela contraparte, realizando, posteriormente, a venda dos mesmos por meio de leilões, obedecendo aos prazos determinados pelo Banco Central.

Excepcionalmente, a garantia pode ser considerada de difícil conversão em valores monetários. Essa contextualização leva em conta a ocorrência de contingências que impossibilitem a realização dessa garantia, como, por exemplo, a ocorrência de fenômenos naturais, a obsolescência e/ou deterioração desses bens, tornando inviável a sua liquidez no mercado.

Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos Relacionados a Crédito representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

5.1.3. Políticas de *Impairment* e Provisionamento

Os sistemas de classificação internos descritos na Nota 5.1.1 dão mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda por *impairment* são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data do balanço patrimonial com base em evidência objetiva de *impairment* (Nota 2.7).

A política operacional exige a revisão dos ativos financeiros individuais no mínimo uma vez por ano, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Esse tratamento é aplicável às operações de crédito individualmente relevantes para a entidade, diferentemente da avaliação coletiva, destinada a grupos de ativos financeiros associados de acordo com características de risco de crédito semelhantes. Cabe comentar que os pronunciamentos internacionais (IAS 39) não oferecem orientação específica para uma definição de “individualmente relevante”.

No Banrisul as provisões para perdas por *impairment* sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas incorridas na data do balanço patrimonial, aplicada a todas as contas individualmente significativas, sendo, o critério interno de significância estabelecido, o limite de alçada do Comitê de Crédito da Direção-Geral.

Notas Explicativas

Provisões para perdas por *impairment* coletivamente avaliadas são estabelecidas para: carteiras de ativos homogêneos que individualmente não são significativos; e perdas que foram incorridas, mas não identificadas ainda, através do uso da experiência histórica, julgamento embasado e técnicas de estatísticas.

5.1.4. Exposição Máxima ao Risco de Crédito Antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Exposição Máxima	
	2012	2011
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo no Resultado	2.293.093	2.116.540
Títulos Mantidos para Negociação	2.293.093	2.116.540
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.481.659	1.296.883
Instrumentos Financeiros Derivativos	242.322	-
Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	8.396.996	6.425.642
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.396.996	6.425.642
Empréstimos e Recebíveis	26.426.945	22.132.683
Empréstimos e Recebíveis Avaliados ao Custo Amortizado	24.504.164	20.393.174
Outros Ativos Financeiros	1.922.781	1.739.509
Total	38.841.015	31.971.748

A exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	2012	2011
Garantias Financeiras Prestadas a Terceiros	774.737	598.698
Compromissos de Empréstimo e Outras		
Obrigações Relativas a Crédito	11.487.466	9.973.958
Total	12.262.203	10.572.656

A tabela anterior representa um cenário de pior caso de exposição ao risco de crédito para o Banrisul em 31 de dezembro de 2012 e 2011, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportados no balanço patrimonial.

5.1.5. Empréstimos e Recebíveis

As operações de crédito e outros ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	31 de dezembro de 2012		
	Operações de Crédito	Outros Ativos Financeiros	Total
Não vencidos nem sujeitos à <i>Impairment</i>	1.333.770	1.683.657	3.017.427
Sujeitos à <i>Impairment</i>	23.170.394	239.124	23.409.518
Valor bruto	24.504.164	1.922.781	26.426.945
(-) Provisão para <i>Impairment</i>	(1.303.566)	(48.253)	(1.351.819)
Valor Líquido	23.200.598	1.874.528	25.075.126

	31 de dezembro de 2011		
	Operações de Crédito	Outros Ativos Financeiros	Total
Não vencidos nem sujeitos à <i>Impairment</i>	2.201.005	1.611.801	3.812.806
Sujeitos à <i>Impairment</i>	18.192.169	127.708	18.319.877
Valor bruto	20.393.174	1.739.509	22.132.683
(-) Provisão para <i>Impairment</i>	(1.048.809)	(24.200)	(1.073.009)
Valor Líquido	19.344.365	1.715.309	21.059.674

Notas Explicativas

As Operações de Crédito e Outros Ativos Financeiros não Vencidas e nem Sujeitos à *Impairment*

A qualidade de crédito da carteira de operações de crédito e outros ativos financeiros que não estavam vencidos nem sujeitos à *impairment* é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banrisul em linha com a política definida pelo Banco para cálculo de *impairment* de ativos financeiros.

(a) Operações de Crédito e Outros Ativos Financeiros Vencidos, mas não Sujeitos Individualmente a *Impairment*

Nossa metodologia de determinação das provisões relativas a perdas incorridas ainda não especificamente identificadas visa verificar a quantia das perdas incorridas na data do balanço de empréstimos ainda não avaliados como não recuperáveis, mas que estimamos, com base em nossa experiência passada, levando em consideração informações acerca da recuperação de créditos inadimplidos, garantias associadas à transação, as receitas e despesas associadas ao processo de recuperação, e também o tempo de recuperação e os custos indiretos resultantes do processo. Entretanto, o índice de operações inadimplidas desta categoria historicamente não é relevante, fruto da contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação de risco dos clientes, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação, que intensificam e fortalecem as avaliações.

Operações de crédito e outros ativos financeiros vencidos, até 60 dias para créditos classificados como significativos e até 120 para créditos classificados como não significativos (em 2011 o Banrisul adotou o critério de 60 dias para toda a carteira) e que não possuem evidências de *impairment* ainda não são consideradas, a menos que outras informações disponíveis indiquem o contrário. O valor bruto de operações de crédito e outros ativos financeiros que estão vencidos, mas não sujeitos individualmente à *impairment*, estão descritos a seguir, por classe:

Em 31 de Dezembro de 2012			
	Operações de Crédito	Outros Ativos Financeiros	Total
Vencidos em até 30 dias	901.943	16	901.959
Vencidos 31 - 60 dias	218.889	27	218.916
Vencidos 61 - 120 dias	297.059	273	297.332
Total	1.417.891	316	1.418.207

Em 31 de Dezembro de 2011			
	Operações de Crédito	Outros Ativos Financeiros	Total
Vencidos em até 30 dias	410.963	134	411.097
Vencidos 31 - 60 dias	139.907	143	140.050
Total	550.870	277	551.147

(b) Operações de Crédito Individualmente *Impaired*

O valor de operações de crédito individualmente *impaired*, antes de considerar os fluxos de caixa dos colaterais dados em garantia, é, respectivamente, de:

	Operações de Crédito	
	2012	2011
Empréstimos Individualmente <i>Impaired</i>		
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	872.040	121.781
Total	872.040	121.781

A administração do Banco aprimorou a análise dos clientes significativos em 2012, identificando um maior valor de saldos individualmente *impaired*.

Os ativos financeiros que estão vencidos sem evento de perda ou individualmente vencidos com evento de perda estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Nas operações de crédito com instituições de crédito e pessoas jurídicas, grande parte das operações é

Notas Explicativas

destada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade de crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa, normalmente, são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente, recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos frequente, mas também pode ocorrer; nesses casos, dentre os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

(c) Operações de Crédito Renegociadas

Atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

Após a renegociação, uma operação de crédito, mesmo que ainda não estivesse vencida, possui seu prazo alterado e é retornada à condição de normalidade, sendo que sua administração é efetuada juntamente com outras contas similares, renegociadas ou não.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indique que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser feitos.

O total dos créditos renegociados durante o ano de 2012 foi de R\$593.678 (2011 – R\$331.020).

5.1.6. Títulos e Valores Mobiliários

A política de aplicações do Banrisul é caracterizada por uma atuação conservadora, direcionada majoritariamente para Títulos Públicos Federais, classificados como risco soberano.

5.1.7. Retomada de Garantias

Os ativos retomados são classificados e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos, quando da execução dos contratos de empréstimos, inclusive imóveis são registrados inicialmente pelo menor valor entre: **(i)** o valor justo do bem menos os custos estimados para a sua venda, ou **(ii)** o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade do Banrisul pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido órgão regulador.

Os valores apresentados a seguir representam os bens retomados nos exercícios de:

Natureza do Ativo	2012	2011
Imóveis	10.063	5.219
Veículos e Afins	-	33
Máquinas e Equipamentos	17	-
Total	10.080	5.252

Notas Explicativas

5.2. Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Instituição estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banco, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação. A classificação é realizada da seguinte forma:

(a) Carteira *Trading* (*Trading Book*): Compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

(b) Carteira *Banking* (*Banking Book*): Compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

5.2.1. Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

O Banrisul monitora o risco de mercado das suas operações por meio da utilização de metodologias como o Valor em Risco (VaR) e pela realização de análise de sensibilidade das carteiras. As metodologias de mensuração das exposições sujeitas a risco de mercado contemplam as seguintes métricas:

(a) Marcação a Mercado: Para realizar o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos do Consolidado, são utilizados os preços capturados diariamente na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima e na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* natural (ano em 252 dias úteis) para obter a taxa de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

(b) *Value at Risk*: O Banco utiliza a metodologia do VaR para a mensuração do risco das operações classificadas na carteira *banking* e nas operações da carteira *trading* com fator de risco em taxa pré-fixada conforme modelo padronizado definido pelo Bacen na Circular nº 3.361/07. O *Value at Risk* ou VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor "máximo" que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas através de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas, índice de preços e taxa de juros, o modelo utilizado é o *maturity ladder*, conforme definido pelo Bacen nas Circulares nºs 3.362, 3.363 e 3.364 de 2007.

(c) Análise de Sensibilidade: A análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3), nas curvas de juros prefixado, moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado BM&FBovespa e Anbima e a cotação do dia do dólar Ptax/Bacen. A seguir apresentamos tabela com o resultado da análise de sensibilidade referente à 31/12/2012.

Notas Explicativas

Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros	191	4.727	9.368
Moeda Estrangeira	913	22.818	45.637
Ações	156	3.904	7.807
Total	1.260	31.449	62.812

(d) Testes de Estresse: Os testes de estresse para as exposições da carteira de não negociação, de acordo com as definições do Bacen, são realizados por meio da estimação do percentual de variação do valor de mercado da carteira *banking*, com a utilização de choque compatível com o 1º e 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando *holding period* de 1 ano e o período de observação de 5 anos, conforme requerido na Circular nº 3.365/07. Também é estimada a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxa de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado da carteira de não negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

5.2.2. Resumo de VaR Global em 2012

As tabelas a seguir demonstram o resultado do VaR Global Consolidado, abrangendo as carteiras *trading* e carteira *banking*, e o VaR individual das carteiras *trading* e *banking*, na posição em 31 de dezembro de 2012.

(a) Metodologia - Value at Risk (VaR)

Exposições a Risco de Mercado - Carteira Trading e Banking	31/12/2012
Taxa de Juros Pré-fixada	178.980
Cupom Cambial	42.251
Cupom de Índice de Preços	673
Cupom de Taxa de Juros - TR	43.150
TOTAL	265.054

Exposições a Risco de Mercado - Carteira Banking	31/12/2012
Taxa de Juros Pré-fixada	175.389
Cupom Cambial	42.251
Cupom de Índice de Preços	673
Cupom de Taxa de Juros - TR	43.150
TOTAL	261.463

Exposições a Risco de Mercado - Carteira Trading	31/12/2012
Taxa de Juros Pré-fixada	3.591
TOTAL	3.591

5.2.3. Exposições sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política do Banrisul é administrar a exposição em limites inferiores a 2,5% do seu patrimônio de referência. A exposição apresentada em 31 de dezembro de 2012 é de R\$139.405 (2011 – R\$187.574).

5.2.4. Exposições sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de

Notas Explicativas

Juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros. Ela inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2012	Circulante			Não Circulante		Total
	Não remunerados	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Ativo						
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	809.093	7.431.817	-	-	-	8.240.910
Ativos Financeiros Designados						
ao Valor Justo no Resultado	-	-	737.626	956.012	599.455	2.293.093
Títulos Mantidos para Negociação	-	-	737.626	956.012	599.455	2.293.093
Aplicações Financeiras Disponíveis para Venda	-	51.283	840.399	92.157	497.820	1.481.659
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	13.075	7.149	51.823	170.275	242.322
Ativos Financeiros Avaliados						
ao Custo Amortizado	-	78.680	2.549.470	1.824.288	3.944.558	8.396.996
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	78.680	2.549.470	1.824.288	3.944.558	8.396.996
Empréstimos e Recebíveis	-	5.123.244	7.417.042	10.727.146	3.159.513	26.426.945
Operações de Crédito	-	4.540.645	6.944.396	10.555.510	2.463.613	24.504.164
Outros Ativos Financeiros	-	582.599	472.646	171.636	695.900	1.922.781
Total de Ativos Financeiros	809.093	12.698.099	11.551.686	13.651.426	8.371.621	47.081.925
Passivo						
Passivos Financeiros Designados ao						
Valor Justo no Resultado	-	43.214	60.003	268.792	809.259	1.181.268
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	22.933	-	-	22.933
Dívida Subordinada ao Valor Justo	-	43.214	37.070	268.792	809.259	1.158.335
Passivos Financeiros ao						
Custo Amortizado	3.400.331	16.535.389	6.085.247	8.149.796	4.828.525	38.999.288
Captações com Bancos	20.403	26.902	242.638	119.284	30.887	440.114
Captações com Clientes	3.379.928	7.573.949	4.770.314	6.622.022	3.960.062	26.306.275
Captações com Mercado Aberto	-	1.627.794	-	-	-	1.627.794
Recursos de Aceites e						
Emissão de Títulos	-	3.068	24.879	287.418	-	315.365
Obrigações por Repasses	-	128.769	335.987	878.799	325.739	1.669.294
Obrigações por Empréstimos	-	809.552	197.765	149.263	429.353	1.585.933
Outros Passivos Financeiros	-	6.365.355	513.664	93.010	82.484	7.054.513
Total de Passivos Financeiros	3.400.331	16.578.603	6.145.250	8.418.588	5.637.784	40.180.556
Total de Defasagem na						
Repactuação dos Juros	(2.591.238)	(3.880.504)	5.406.436	5.232.838	2.733.837	6.901.369
Em 31 de Dezembro de 2011						
Total de Ativos Financeiros	624.255	10.707.857	6.201.826	14.200.741	6.311.764	38.046.443
Total de Passivos Financeiros	-	17.306.138	5.844.682	5.861.281	2.803.047	31.815.148
Total de Defasagem na						
Repactuação dos Juros	624.255	(6.598.281)	357.144	8.339.460	3.508.717	6.231.295

5.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, em função dos descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações. O Banrisul monitora o risco de liquidez e o risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

Com relação ao ativo, consideramos cenários de restrição da realização financeira de ativos a partir da estimação de venda com perda financeira para liquidação dos instrumentos financeiros e em condições adversas para um horizonte de 90 dias. Por outro lado, no passivo, as premissas adotadas contemplam a possibilidade de ocorrência de redução dos recursos captados com a ocorrência de resgates antecipados e de acesso a novos recursos com base em cenários de perdas decorrentes de risco de imagem do

Notas Explicativas

Banrisul e risco de liquidez, baseados no perfil da carteira de clientes para o horizonte de 90 dias. Periodicamente são elaborados cenários projetados para monitoramento da evolução da liquidez.

Planos de contingência para situações de crise são avaliados periodicamente, bem como o custo de captação e fontes alternativas de recursos, sendo considerado o tipo do investidor, maturidade, entre outros fatores.

5.3.1. Fluxos de Caixa para não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Em 31 de Dezembro de 2012	Circulante		Não Circulante		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivo					
Instrumentos Financeiros	-	22.933	-	-	22.933
Dívida Subordinada	43.323	37.677	301.417	1.352.704	1.735.121
Captações com Bancos	47.519	244.562	120.229	31.132	443.442
Captações com Clientes	10.957.396	4.826.368	6.624.978	3.960.062	26.368.804
Captações com Mercado Aberto	1.627.794	-	-	-	1.627.794
Recursos de Aceites e					
Emissão de Títulos	3.068	24.879	287.418	-	315.365
Obrigações por Repasses	134.581	350.142	918.772	340.555	1.744.050
Obrigações por Empréstimos	809.612	198.098	167.206	748.464	1.923.380
Outros Passivos Financeiros	6.365.448	513.936	94.466	83.704	7.057.554
Total de Passivo (Datas de Vencimentos Contratuais)	19.988.741	6.218.595	8.514.486	6.516.621	41.238.443
Total de Ativos (Vencimentos Esperados)	12.686.148	12.674.796	17.589.952	8.628.878	51.579.774
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.240.910	-	-	-	8.240.910
Títulos de Investimentos	143.038	4.134.644	2.924.280	5.212.108	12.414.070
Operações de Crédito	4.302.200	8.540.152	14.665.672	3.416.770	30.924.794
Em 31 de Dezembro de 2011					
Total de Passivo (Datas de Vencimentos Contratuais)	17.314.551	5.943.395	5.882.241	2.812.095	31.952.282
Total de Ativos (Vencimentos Esperados)	10.214.878	7.465.666	18.133.051	6.504.616	42.318.211

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem caixa, títulos de investimentos e operações de crédito.

5.3.2. Itens não Registrados no Balanço Patrimonial

(a) Os depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul devem ser disponibilizados ao Estado do Rio Grande do Sul até o limite de 85%. Em 31 de dezembro de 2012, R\$2.043.000 (2011 – R\$2.043.000) haviam sido transferidos para o Estado. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado deve cobrir imediatamente às necessidades de caixa.

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$774.737 (2011 – R\$598.698), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$69.589 (2011 – R\$56.840).

5.4. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

(a) Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

Notas Explicativas

- (i) **Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
(ii) **Nível 2** - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
(iii) **Nível 3** - técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Mensuração ao valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012		2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos Mensurados ao Valor Justo				
Títulos Mantidos para Negociação	2.293.093	-	2.116.540	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.019.764	-	2.113.511	-
Cessão Fiduciária - LFT	273.329	-	-	-
Ações de Cias. Abertas	-	-	3.029	-
Aplicações Financeiras Disponíveis para Venda	1.465.728	15.931	895.226	401.657
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.448.397	-	885.445	-
Ações de Cias. Abertas	15.406	-	9.775	-
Certificados de Privatização	7	-	6	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	15.931	-	19.694
Cotas de Fundo Imobiliário	1.918	-	-	-
Cotas de FIDC	-	-	-	381.963
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	242.322	-	-
Swap	-	242.322	-	-
Total Ativos Mensurados ao Valor justo	3.758.821	258.253	3.011.766	401.657
Passivos Mensurados ao Valor Justo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	22.933	-	-
Dívida Subordinada	-	1.158.335	-	-
Total Ativos Mensurados ao Valor justo	-	1.181.268	-	-

O Banrisul não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo

A tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos Financeiros				
Empréstimos e Recebíveis (i)	26.426.945	22.132.683	26.718.636	22.024.455
Títulos de Investimento (Mantidos até o Vencimento) (ii)	8.396.996	6.425.642	8.371.473	6.389.369
Total	34.823.941	28.558.325	35.090.109	28.413.824
Passivos Financeiros				
Captações com Bancos (iii)	440.114	59.543	440.114	59.543
Captações com Clientes (iii)	26.306.275	22.340.182	26.311.906	22.345.515
Captações no Mercado Aberto (iii)	1.627.794	1.331.544	1.627.794	1.331.544
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	315.365	-	315.365	-
Obrigações por Repasses (iii)	1.669.294	1.243.226	1.669.294	1.243.226
Obrigações por Empréstimos (iii)	1.585.933	912.016	1.606.149	912.016
Outros Passivos Financeiros (iii)	7.054.513	5.928.637	7.054.513	5.928.637
Total	38.999.288	31.815.148	39.025.135	31.820.481

(i) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são mensurados líquidos das provisões para *impairment*. O valor justo estimado dos empréstimos e recebíveis representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

Notas Explicativas

(ii) Títulos de Investimento

Títulos de investimento incluem apenas ativos remunerados mantidos até o vencimento. O valor justo calculado para ativos mantidos até o vencimento é baseado em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.

(iii) Captações com Bancos, Fundos e Outros Financiamentos

O valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista.

O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares. Para os depósitos a taxas variáveis (pós-fixadas), a Administração do Banco avaliou o perfil da carteira e o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

5.5. Gestão de Capital

O Banrisul está sujeito aos normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil que implementaram as diretrizes definidas pelo Acordo de Capitais de Basileia para o cálculo e adequação de capital mínimo.

A gestão de capital visa à manutenção do capital mínimo exigido, bem como manter a melhor relação entre a alocação de capital e capacidade operacional, permitindo retorno aos acionistas.

O Banco Central do Brasil determina que a relação mínima entre o capital regulatório, chamado de Patrimônio de Referência - PR, e as exposições ao risco sejam de 11%, enquanto que no Acordo de Basileia, internacionalmente aplicável, o índice é de 8%. O Patrimônio de Referência é definido em dois níveis, com as deduções previstas, conforme dispõe a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.444/07, detalhado a seguir:

Nível I: soma dos valores correspondentes ao patrimônio líquido, do saldo das contas de resultado credoras, de depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital, e excluído o saldo das contas de resultado devedoras, as reservas de reavaliação, as reservas para contingências e as reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, créditos tributários, ativo permanente diferido, deduzidos os ágios pagos na aquisição de investimentos, saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa.

Nível II: soma dos valores correspondentes às reservas de reavaliação, às reservas para contingências e às reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, acrescida dos valores correspondentes a instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e do saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa.

Deduções: instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, como ações; instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada; demais instrumentos financeiros autorizados pelo Bacen a integrar o Nível I e o Nível II do PR; aquisição ou participação indireta de conglomerado financeiro, por meio de instituição não financeira integrante do respectivo consolidado econômico-financeiro; parcela do valor aplicado em cotas de fundo de investimento, proporcionalmente

Notas Explicativas

a participação, na carteira do fundo, dos instrumentos de captação mencionados anteriormente; valor correspondente à dependência ou a participação em instituição financeira no exterior em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos suficientes para fins da supervisão global consolidada; eventual excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente em relação aos percentuais estabelecidos em normativos.

A Resolução do CMN nº 3.490/07 determina que o Patrimônio de Referência deva ser no mínimo igual ao capital definido para a cobertura dos riscos - Patrimônio de Referência Exigido, apurado pela soma das parcelas a seguir. O normativo também determina que a instituição possua patrimônio suficiente para cobrir o risco de taxa de juros das operações mantidas até o vencimento, Carteira *Banking*, na forma da Resolução do CMN nº 3.464/07.

$$PRE = P_{EPR} + P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS} + P_{OPR}$$

P_{EPR} - Exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído. Circular nº 3.360/07 do Banco Central do Brasil.

P_{CAM} - Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial. Circular nº 3.389/08 e Circular nº 3.388/08 do Bacen.

P_{JUR} - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros e classificação na carteira de negociação - Pjur1+Pjur2+Pjur3+Pjur4 - definidas pelas circulares nºs 3.361, 3.362, 3.363, 3.364, ambas de 12/09/2007, emitidas pelo Bacen.

P_{COM} - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*). Circular nº 3.368/07 do Bacen.

P_{ACS} - Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação. Circular nº 3.366/07 do Bacen.

P_{OPR} - Parcela referente ao risco operacional. Circular nº 3.383/08, Carta-Circular nº 3.315/08 e Carta-Circular nº 3.316/08, ambas emitidas pelo Bacen.

A gestão do capital tem por objetivo manter o capital mínimo e a relação com o capital regulatório dentro dos limites definidos pelo Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, Patrimônio de Referência Exigido e do Índice de Basileia do Consolidado Econômico-Financeiro em BRGAAP.

Consolidado Econômico-Financeiro	2012	2011
Patrimônio de Referência - PR = Nível I + Nível II - Deduções	6.045.896	4.393.164
Patrimônio de Referência Nível I	4.877.196	4.400.384
Patrimônio Líquido	4.655.482	4.122.057
Contas de Resultado Credoras	4.026.872	3.803.778
Contas de Resultado Devedoras	(3.750.761)	(3.455.127)
Ativo Permanente Diferido	10.124	10.124
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos		
Financeiros Derivativos	10.365	(7.220)
Dividendos e Bonificações a Distribuir	33.908	67.420
Patrimônio de Referência Nível II	1.168.700	(7.220)
Instrumento de Dívida Subordinada	1.158.335	-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos		
Financeiros Derivativos	10.365	(7.220)
Deduções do PR	-	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	3.562.539	2.803.813
Risco de Crédito	3.021.494	2.380.332
Risco de Mercado	65.399	3.273
Risco Operacional	475.646	420.208
Rban - Carteira Banking	261.462	141.987
Margem = PR - PRE - Rban	2.221.895	1.447.364
Índice de Basileia = PR / (PRE/0,11)	18,67%	17,24%

Notas Explicativas

O Índice de Basileia (IB) representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência seja igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional.

Em dezembro de 2012, o Índice de Basileia do Consolidado Econômico-Financeiro foi de 18,67% (2011 – 17,24%), superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro.

O incremento apresentado em relação a dezembro de 2011 foi causado pela emissão de Títulos de Dívida Subordinada, que integrou o Nível II do Patrimônio de Referência.

Parcela de Risco de Crédito variou em decorrência do aumento das operações de crédito e da alocação de capital (Circular Bacen nº 3.563/11) e a parcela de Risco Operacional, pelo aumento das receitas no período.

A margem de capital permite um incremento de R\$20.197.026 (2011 – R\$13.156.536) em novos negócios.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração definiu os segmentos operacionais do Banrisul, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio, segmentando-o principalmente sob o segmento Varejo, o segmento *Corporate* e o segmento Tesouraria.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas à base de clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Para este segmento, o Banrisul possui métricas detalhadas por agência atribuindo pontos para alocação e captação de recursos que direcionam à sua tomada de decisões.

O segmento *Corporate* é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e as operações de crédito comerciais, de longo prazo, rural, habitacional e câmbio focado no atendimento a órgãos e instituições públicas de governos e empresas de grande porte. A atuação do Banrisul no segmento *Corporate* está focada no aproveitamento de oportunidades de mercado por meio de operações com as próprias entidades, tais como, folha de pagamento, cobrança e outros serviços, bem como no aprofundamento do relacionamento comercial com os funcionários em operações de varejo, sendo o retorno dessas, alocado ao segmento de Varejo.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa do Banrisul e administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no sumário de políticas contábeis significativas. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados por segmentos.

As receitas e despesas com juros e similares por segmento de negócios estão descritas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012					
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	Varejo	Corporate	Tesouraria	Não Alocado	Total
Receitas com Juros e Similares	3.522.769	976.557	1.379.422	95.231	5.973.979
Despesas com Juros e Similares	(1.281.639)	(332.570)	(871.613)	(21.764)	(2.507.586)
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	15.012.624	8.977.979	21.636.000	1.766.077	47.392.680
Passivo	21.881.411	6.642.388	9.191.509	4.576.028	42.291.336

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011					
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	Varejo	Corporate	Tesouraria	Não Alocado	Total
Receitas com Juros e Similares	3.323.093	836.957	1.513.918	37.229	5.711.197
Despesas com Juros e Similares	(1.344.003)	(406.445)	(773.591)	(54.646)	(2.578.685)
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	12.229.330	7.630.689	16.827.228	1.629.460	38.316.707
Passivo	18.907.692	4.884.776	6.489.649	3.450.954	33.733.071

O formato de apresentação das informações por segmentos acima já inclui a reconciliação dos valores de itens dos segmentos divulgáveis com os valores respectivos totais divulgados nas demonstrações financeiras e é apresentado na coluna "não alocado".

O Banrisul não possui cliente que represente 10% ou mais da receita do exercício com juros e similares.

7. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

7.1. Base da Transição para o IFRS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banrisul foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela "International Accounting Standards Committee Foundation" (IASC).

Na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Banrisul utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem referências ao IFRS, aos pronunciamentos emitidos pelo IASB e às interpretações emitidas pelo IFRIC.

Na sequência desta nota apresentamos a reconciliação do Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e do Balanço Patrimonial Consolidado com os ajustes realizados na conversão das demonstrações financeiras entre BRGAAP e IFRS.

7.2. Conciliação entre BRGAAP e IFRS

7.2.1. Reconciliação do Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	2012	2011
Patrimônio Líquido atribuído à Controladora em BRGAAP		4.894.211	4.399.511
Ajustes de IFRS:			
Reversão de <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(b)	287.424	268.870
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(c)	(136.958)	(121.635)
Ativo Imobilizado	(d) (e)	69.246	44.205
Ativo Intangível	(d)	2.253	1.893
Reconhecimento de <i>Leasing</i> Financeiro	(e)	(16.528)	(10.822)
Patrimônio Líquido atribuível à Controladora em IFRS		5.099.648	4.582.022
Participações Não Controladoras em IFRS		1.696	1.614
Patrimônio Líquido (incluindo participações Não Controladoras) em IFRS		5.101.344	4.583.636

Notas Explicativas

7.2.2. Reconciliação do Lucro Líquido

	Nota Explicativa	2012	2011
Lucro Líquido atribuído			
à Controladora em BRGAAP		818.590	904.349
Ajustes de IFRS:			
Reversão de <i>Impairment</i> de Operações de Crédito (PDD)	(b)	18.554	39.658
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(c)	(15.323)	(29.243)
Estorno de Depreciação e Amortização	(d)	24.009	18.474
Operações de <i>Leasing</i> Financeiro		(571)	(184)
Ajuste de Benefícios a Empregados		-	15.159
Reclassificação de Variações Cambiais de Investimento no Exterior	(f)	(11.672)	(14.193)
Outros		-	1
Lucro Líquido atribuído à Controladora em IFRS		833.587	934.021
Participações Não Controladoras em IFRS		122	150
Lucro Líquido (incluindo participações			
Não Controladoras) em IFRS		833.709	934.171

7.2.3 Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado

		Saldo Final BRGAAP	Efeito da Transição	Saldo Final
Reconciliação em 31 de Dezembro de 2012	Nota	Reclassificado (*)	IFRS	IFRS
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		8.240.910	-	8.240.910
Ativos Financeiros		37.201.772	287.424	37.489.196
Títulos de Investimentos		12.414.070	-	12.414.070
Empréstimos e Recebíveis	(b)	24.787.702	287.424	25.075.126
Tributos Diferidos	(c)	871.987	(136.958)	735.029
Outros Ativos		593.638	-	593.638
Investimentos		48.421	-	48.421
Imobilizado	(d)	167.356	69.246	236.602
Intangível	(d)	46.631	2.253	48.884
TOTAL DO ATIVO		47.170.715	221.965	47.392.680
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo		1.181.268	-	1.181.268
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(e)	38.982.760	16.528	38.999.288
Provisões		812.763	-	812.763
Passivos Fiscais		277.318	-	277.318
Correntes		263.405	-	263.405
Diferidos		13.913	-	13.913
Outros Passivos		1.020.699	-	1.020.699
TOTAL DO PASSIVO		42.274.808	16.528	42.291.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO		4.895.907	205.437	5.101.344
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.170.715	221.965	47.392.680

Notas Explicativas

Reconciliação em 31 de Dezembro de 2011	Nota	Saldo Final BRGAAP Reclassificado (*)	Efeito da Transição IFRS	Saldo Final IFRS
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		6.074.695		6.074.695
Ativos Financeiros		30.629.869	268.870	30.898.739
Títulos de Investimentos		9.839.065		9.839.065
Empréstimos e Recebíveis	(b)	20.790.804	268.870	21.059.674
Tributos Diferidos	(c)	705.782	(121.635)	584.147
Outros Ativos		434.023		434.023
Investimentos		7.514		7.514
Imobilizado	(d)	163.831	44.205	208.036
Intangível	(d)	107.660	1.893	109.553
TOTAL DO ATIVO		38.123.374	193.333	38.316.707
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(e)	31.804.326	10.822	31.815.148
Provisões		728.579		728.579
Passivos Fiscais		327.599		327.599
Correntes		313.246		313.246
Diferidos		14.353		14.353
Outros Passivos		861.745		861.745
TOTAL DO PASSIVO		33.722.249	10.822	33.733.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO		4.401.125	182.511	4.583.636
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.123.374	193.333	38.316.707

(*) Para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS o Banrisul realizou a reclassificação de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio no montante de R\$599.940 (2011 – R\$537.799) que nas Demonstrações Financeiras em BRGAAP foram apresentadas separadamente no Ativo e Passivo.

7.2.4 Explicações sobre os Ajustes Relevantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado

(a) Taxa Efetiva de Empréstimos e Recebíveis

De acordo com os IFRSs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem dos empréstimos e recebíveis que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação usando o método da taxa de juros efetiva, e amortizadas contra o resultado durante o período de duração da operação, desconsiderando as renegociações efetuadas no decorrer do período. A aplicação desta prática não gerou ajustes, pois as tarifas e comissões cobradas pelo Banrisul não são representativos, não foram identificados custos incrementais em sua carteira, o Banrisul não possui diferenças significativas entre o prazo contratual de suas operações e sua duração e não há renegociações expressivas em sua carteira.

(b) Impairment de Ativos Financeiros

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, a constituição de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que se baseia no conceito de "perda esperada". As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência, não podendo ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida. O Banrisul tem consistentemente registrada provisão complementar desde a edição da referida norma, para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

De acordo com os IFRSs, o modelo de mensuração de provisão para empréstimos e recebíveis se baseia nos conceitos de "perda incorrida", que requer a identificação de evidência objetiva de redução de valor (*impairment*) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro. As diferenças entre normas do Banco Central e os IFRSs resultaram em valores diferentes de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em consequência, as provisões para risco de crédito foram reduzidas pelo valor de R\$287.424 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$268.870).

Notas Explicativas

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos somente são reconhecidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil se houver um estudo que comprove sua expectativa de realização em até dez anos. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos ativos cuja realização seja provável.

Adicionalmente o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos foi complementado em decorrência dos ajustes para a transição para o IFRS e totalizavam R\$136.958 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$121.635) e R\$15.323 (2011 – R\$29.243) no resultado do exercício.

(d) Ativo Imobilizado e Intangível

O efeito de ajuste de conversão no montante de R\$69.246 é composto da seguinte forma: R\$16.528 refere-se ao acréscimo do ativo imobilizado em virtude dos contratos de alugueis classificados como *leasing* financeiros descritos no item “e” a seguir; e o restante refere-se aos impactos de revisão de vida útil do ativo imobilizado e intangível.

O Banrisul procedeu à revisão das vidas úteis dos bens do imobilizado e ativos intangíveis de vida útil definida, de acordo com o IFRS. As revisões das vidas úteis são mudanças de estimativas e, dessa forma são registradas de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul apurou o ajuste de R\$71.499 (2011 – R\$46.098) nos saldos patrimoniais do ativo imobilizado e intangível e a redução das despesas de depreciação e amortização no montante de R\$24.009 (2011 – R\$18.474) no resultado do exercício. Em 2012 o Banco não identificou alteração na vida útil definida quando da adoção do IFRS.

(e) Operações de *Leasing* Financeiro

O Banrisul considerou contratos de alugueis como *leasing* financeiro baseado em fatos e circunstâncias na data da transição para o IFRS. O *leasing* financeiro é uma transação de arrendamento onde existe a transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo. Consequentemente, o ativo imobilizado e o passivo financeiro registraram um incremento de R\$16.528 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$10.822) referentes a estes contratos. A titularidade eventualmente pode não ser transferida.

(f) Variações Cambiais de Investimento no Exterior

O processo adotado pelo Banrisul em BRGAAP para a conversão de dependências no exterior é similar aos requerimentos do IAS 21, exceto pelo fato de que as diferenças geradas no processo de conversão são registradas na demonstração do resultado. Consequentemente, em BRGAAP, não existe uma reserva específica no patrimônio líquido onde ganhos ou perdas acumulados gerados na conversão de dependências no exterior são reconhecidos.

Em IFRS, as diferenças apuradas na conversão de dependências no exterior são reportadas no Resultado Abrangente Acumulado.

8. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	2012	2011
Caixa e Equivalentes de Caixa (i)	5.365.602	3.196.804
Disponibilidades	809.093	624.255
Aplicações no Mercado Aberto	4.556.509	2.572.549
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil (ii)	2.875.308	2.877.891
Total (*)	8.240.910	6.074.695

(*) A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.2.4.

(i) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos com vencimento inferior a três meses a partir da data de aquisição, incluindo dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado

Notas Explicativas

aberto e outros investimentos altamente líquidos de curtíssimo prazo e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

- (ii) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

9. ATIVOS FINANCEIROS

	2012	2011
Títulos para Investimento	12.414.070	9.839.065
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo no Resultado (a)	2.293.093	2.116.540
Títulos Mantidos para Negociação	2.293.093	2.116.540
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (b)	1.481.659	1.296.883
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	242.322	-
Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado (d)	8.396.996	6.425.642
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.396.996	6.425.642
Empréstimos e Recebíveis	25.075.126	21.059.674
Empréstimos e Recebíveis Avaliados ao Custo Amortizado (e)	25.075.126	21.059.674
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	1.496.706	2.201.005
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	21.703.892	17.143.360
Outros Ativos Financeiros	1.874.528	1.715.309
Total (*)	37.489.196	30.898.739

(*) A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.2.4.

(a) Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo no Resultado

	2012	2011
Títulos Mantidos para Negociação		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.019.764	2.113.511
Cessão Fiduciária - LFT	273.329	-
Ações de Cias. Abertas	-	3.029
Total	2.293.093	2.116.540

(b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	2012	2011
Público		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.448.397	885.445
Privado		
Ações Cias. Abertas	15.406	9.775
Certificados de Privatização	7	6
Cotas de Fundo de Renda Fixa	15.931	19.694
Cotas de Fundo Imobiliário	1.918	
Cotas de FIDC (*)	-	381.963
Total	1.481.659	1.296.883

(*) Referem-se a 100% das cotas sênior do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., cuja carteira de créditos era custodiada no Deutsche Bank S.A.

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$7.740 (2011 – R\$12.033), foram levados à conta específica do resultado abrangente, desconsiderando os efeitos tributários de R\$3.096 (2011 – R\$4.813).

(c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e termo de moeda, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

Notas Explicativas

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citadas nas Notas 14 e 15, que resultam na conversão destas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, enquanto as operações de termo de moeda são de curto prazo, vencendo à medida em que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP e possuem como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a estrutura do *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	2012		
		Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "Swap" (i)	873.025	142.747	236.344	93.597
Moeda Estrangeira – Dólar	873.025	142.747	236.344	93.597
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (ii) (Nota 14)	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)
Moeda Estrangeira – Dólar	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)

(i) O valor justo dos derivativos encontra-se contabilizado nas rubricas de Instrumentos Financeiros Derivativos (no montante de R\$242.322) relativo ao saldo principal atualizado até esta data e na rubrica de Passivos financeiros ao Valor Justo (no montante de R\$5.978) relativo aos juros incidentes sobre a operação que serão liquidados nos próximos seis meses.

(ii) O valor justo da dívida subordinada encontra-se contabilizado nas rubricas de Passivos Financeiros ao Valor Justo (no montante de R\$1.160.828) relativo ao saldo principal atualizado até a data e sobre este montante são apurados o deságio da operação (no montante de R\$ 8.139) e os impostos incidentes sobre a captação (no montante de R\$5.646).

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/ a Pagar (*)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado (*)	Valor de Mercado (*)
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	179.913	93.209	273.122
Passivo				
% do CDI	(873.025)	(37.166)	388	(36.778)
Ajuste Líquido Swaps		142.747	93.597	236.344
Non Deliverable Forward - NDFs				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(34.188)	(3.237)	(37.425)
Passivo				
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	18.124	2.346	20.470
Ajuste Líquido Non Deliverable Forward - NDFs		(16.064)	(891)	(16.955)
Ajuste Líquido Total		126.683	92.706	219.389

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes.

Notas Explicativas

	Valor de Referência em 2012	Valor de Mercado em 2012 (*)	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	De 5 a 15 Anos
Swaps							
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	273.122	8.928	8.828	33.639	30.131	191.596
Passivo							
% do CDI	(873.025)	(36.778)	(1.831)	(1.679)	(6.331)	(5.616)	(21.321)
Ajustes Líquido de Swaps		236.344	7.097	7.149	27.308	24.515	170.275
Non Deliverable Forward - NDFs							
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(37.425)	-	(37.425)	-	-	-
Passivo							
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	20.470	-	20.470	-	-	-
Ajustes Líquido de Non Deliverable Forward - NDFs		(16.955)	-	(16.955)	-	-	-
Ajustes Líquido Total		219.389	7.097	(9.806)	27.308	24.515	170.275

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O Banrisul ou as Contrapartes estão sujeitas à prestação e eventuais suplementações de garantias reais reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$273.995.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil e pelas normas contábeis internacionais, conforme política contábil adotada pelo Banco descrita na Nota 2.6 (e).

(d) Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado**Títulos Mantidos até o Vencimento**

	2012	2011
Público		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.958.700	6.130.271
Fundo de Compensações das Variações Salariais (CVS)	147.923	156.791
Privado		
Letras Hipotecárias (LH)	16.033	22.704
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	3.581	2.428
Nota Promissória Comercial - NPC	25.797	-
Debêntures	20.786	-
Letras Financeiras	171.293	-
Outros	52.883	113.448
Total	8.396.996	6.425.642

A Administração declara que possui capacidade financeira de manter estes títulos até o vencimento e não reclassificou nenhum ativo financeiro contabilizado pelo custo amortizado.

Notas Explicativas**(e) Empréstimos e Recebíveis Avaliados ao Custo Amortizado****Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito e Empréstimos e Adiantamentos a Clientes**

	2012	2011
SETOR PRIVADO	22.873.364	18.069.932
Câmbio	647.909	557.235
Comercial	16.779.402	13.069.583
Pessoa Física	8.333.786	5.878.380
Cartão de Crédito	63.639	53.069
Empréstimos e Títulos Descontados	7.992.312	5.557.205
Financiamentos Direto ao Consumidor	277.835	268.106
Pessoa Jurídica	8.445.616	7.191.203
Cartão de Crédito	24.599	1.977
Empréstimos e Títulos Descontados	8.157.095	6.988.420
Financiamentos Direto ao Consumidor	263.922	200.806
Financiamento a Longo Prazo	1.311.813	916.532
Imobiliário	2.137.303	1.740.989
Créditos Vinculados a Cessão (*)	108.551	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	76.438	80.502
Rural	1.811.948	1.705.091
SETOR PÚBLICO	116.196	122.237
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (**)	1.514.604	2.201.005
Empréstimos e Títulos Descontados	1.514.604	2.201.005
Total Operações de Crédito, Bruto de Provisão		
para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.504.164	20.393.174
(-) Provisão para <i>Impairment</i>	(1.303.566)	(1.048.809)
Total Operações de Crédito, Líquido de Provisão		
para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.200.598	19.344.365

(*) Créditos Vinculados a Cessão – Referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu a CIBRASEC operações de créditos imobiliários (Nota 15).

(**) Deste montante, R\$357.969 são referentes a créditos consignados adquiridos junto a devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012. O Banco Cruzeiro do Sul – em liquidação extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012, o Banrisul recebeu R\$19.203 do Banco Cruzeiro do Sul - em liquidação extrajudicial por conta destes contratos.

Por dificuldades operacionais e, especialmente nas situações de compartilhamento de operações com outros bancos, o repasse dos créditos, na sua totalidade, depende da finalização do processo de identificação/conciliação por parte do liquidante, que envolve cruzamento de diversos contratos, instituições financeiras e repasses de convênios. Tão logo seja concluído, as carteiras e os valores a receber de propriedade do Banrisul serão repassados.

As operações que se encontram nesta condição no Banco, estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos. A Administração do Banrisul em sua análise apurou a provisão de 5% para a carteira adquirida do Banco Cruzeiro do Sul apurando o *impairment* de R\$17.898.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária – RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

Notas Explicativas**(i) Provisão para Impairment:**

Segue a composição da provisão para *Impairment* por tipo de avaliação da evidência de perda:

Ano 2012	Impaired		Não Impaired		Total	
	Carteira	Impairment	Carteira	Impairment	Carteira	Impairment
Análise Individual						
Clientes Significativos	115.648	99.665	756.393	54.738	872.041	154.403
Análise Coletiva						
Pessoa Física	282.340	256.543	11.050.235	395.593	11.332.575	652.136
Credito Pessoal	272.837	250.126	9.154.078	371.560	9.426.915	621.686
Cartão de Crédito	4.330	2.641	59.309	7.962	63.639	10.603
Imobiliário	5.173	3.776	1.836.848	16.071	1.842.021	19.847
Pessoa Jurídica	226.666	170.122	8.024.855	254.335	8.251.521	424.457
Conta Garantida	28.310	23.158	566.574	31.171	594.884	54.329
Empréstimos e Financiamentos	198.356	146.964	7.054.448	210.659	7.252.804	357.623
Imobiliário	-	-	403.833	12.505	403.833	12.505
Crédito Especializado	2.343	1.711	2.470.152	52.961	2.472.495	54.672
Instituições Financeiras	-	-	1.514.604	17.898	1.514.604	17.898
Dependências no Exterior	-	-	60.928	-	60.928	-
Total	626.997	528.041	23.877.167	775.525	24.504.164	1.303.566

Ano 2011	Impaired		Não Impaired		Total	
	Carteira	Impairment	Carteira	Impairment	Carteira	Impairment
Análise Individual						
Clientes Significativos	37.354	33.905	84.428	17.146	121.782	51.051
Análise Coletiva						
Pessoa Física	326.919	326.919	8.009.001	272.239	8.335.920	599.158
Credito Pessoal	306.223	306.223	6.605.339	267.356	6.911.562	573.579
Cartão de Crédito	10.069	10.069	43.000	1.913	53.069	11.982
Imobiliário	10.627	10.627	1.360.662	2.970	1.371.289	13.597
Pessoa Jurídica	210.382	210.382	7.273.353	103.655	7.483.735	314.037
Conta Garantida	28.282	28.282	505.623	8.152	533.905	36.434
Empréstimos e Financiamentos	182.100	182.100	6.401.676	95.503	6.583.776	277.603
Imobiliário	-	-	366.054	-	366.054	-
Crédito Especializado	1.842	1.842	2.179.030	82.721	2.180.872	84.563
Instituições Financeiras	-	-	2.201.005	-	2.201.005	-
Dependências no Exterior	-	-	69.860	-	69.860	-
Total	576.497	573.048	19.816.677	475.761	20.393.174	1.048.809

(ii) Composição de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por Vencimento e Concentração:

Prazo por Vencimento	2012	2011
Vencidas a partir de 15 dias	552.247	309.377
A vencer até 3 meses	4.540.645	4.185.330
A vencer de 3 a 12 meses	6.944.396	5.888.376
A vencer acima de 1 ano	12.466.876	10.010.091
Total Operações de Crédito, Bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	24.504.164	20.393.174

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vincendas.

Por Concentração	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	596.023	2,43	493.539	2,42
10 Maiores Devedores Seguintes	1.528.844	6,24	2.176.731	10,67
20 Maiores Devedores Seguintes	1.224.385	5,00	1.108.088	5,43
50 Maiores Devedores Seguintes	1.804.017	7,36	1.491.439	7,31
100 Maiores Devedores Seguintes	1.762.654	7,19	1.484.834	7,28

Notas Explicativas

(iv) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por vencimento.

	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	45.457	(4.360)	41.097
Até 1 ano	45.457	(4.360)	41.097
Não Circulante	60.243	(19.244)	40.999
Entre 1 a 5 anos	59.870	(19.015)	40.855
Acima de 5 anos	373	(229)	144
Total em 2012	105.700	(23.604)	82.096
Total em 2011	118.824	(34.618)	84.206

O valor contabilizado de *impairment* sobre essas operações em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.433 (2011 – R\$3.719).

Outros Ativos Financeiros

	2012	2011
Carteira de Câmbio	642.106	625.318
Créditos Vinculados	681.058	628.418
Carteira Adquirida Pré-fixada - SFH (1)	460.467	435.211
Carteira Adquirida - SFH (2)	217.355	188.275
Carteira Própria - SFH (2)	1.993	1.931
Convênios	1.243	3.001
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito	18.032	37.702
Títulos e Créditos a Receber (3)	299.961	285.050
Transações com Cartões de Crédito	242.919	129.143
(-) Provisão para <i>Impairment</i> de Outros Ativos	(48.253)	(24.200)
Outros	38.705	33.878
Total	1.874.528	1.715.309

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$677.822 (2011 - R\$623.486). O seu valor de face é de R\$841.075 (2011 - R\$804.519). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(1) Refere-se a crédito junto ao FCVS atualizados de acordo com a taxa pré-fixada de 14,07% a.a.

(2) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

(3) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação

Notas Explicativas

de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2012, totalizavam R\$101.390 (2011 - R\$95.282) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

- b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$76.643 (2011 - R\$88.287) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexado à TR e IGPM com vencimento até 2036.

Movimentação da provisão de *Impairment* de Ativos Financeiros classificados como Empréstimos e Recebíveis Avaliados ao Custo Amortizado e Outros Ativos Financeiros

Reconciliação da conta de provisão para perdas em empréstimos e adiantamentos a clientes e outros ativos financeiros:

	2012	2011
Saldo Inicial da Provisão para <i>Impairment</i>	1.073.009	912.362
Provisão para Perda no Valor Recuperável	833.890	589.852
Empréstimos Baixados	(555.080)	(429.205)
Saldo Final da Provisão para <i>Impairment</i>	1.351.819	1.073.009

O Banrisul efetua a baixa operações de crédito inadimplentes contra provisão no prazo de 12 meses após vencimento da parcela inadimplente se o prazo remanescente da operação for de até 36 meses e 18 meses se o prazo remanescente for superior a 36 meses.

10. OUTROS ATIVOS

	2012	2011
Ativos não Circulantes Disponível para Venda	15.185	11.188
Outros	578.453	422.835
Relações Interfinanceiras	44.065	37.374
Relações Interdependências	85.352	45.759
Outros Créditos	425.179	319.095
Rendas a Receber	13.076	10.106
Adiantamentos a Empregados	13.388	12.494
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 16)	173.774	196.336
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	15.329	6.446
Pagamentos a Ressarcir	16.776	15.378
Impostos e Contribuições a Compensar	47.485	6.368
Devedores Diversos - País	145.351	71.967
Outros Valores	23.857	20.607
Total	593.638	434.023

11. INVESTIMENTOS

	2012	2011
Participação em Coligadas no País	41.207	-
Participações em Coligadas	7.258	-
Ágio na Aquisição de Investimentos (*)	33.949	-
Outros Investimentos	12.105	12.780
Provisão para Perdas	(4.891)	(5.266)
Total	48.421	7.514

(*) Em 13 de março de 2012, o Banrisul adquiriu 49,9% (quarenta e nove por cento e nove décimos) das ações de emissão da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. (anteriormente denominada

Notas Explicativas

Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, representando 673.500 ações ordinárias. O ágio de R\$33.949 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição. O valor da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$1.207.

12. IMOBILIZADO

	Imóveis de Uso (*)	Móveis e Equipamentos em Estoque	Instalações	Móveis e Equipamentos em Uso	Outros	Total
Em 1º de Janeiro de 2012						
Custo	148.016	10.945	93.451	78.195	303.088	633.695
Depreciação Acumulada	(109.134)	-	(74.065)	(52.931)	(189.529)	(425.659)
Valor Contábil Líquido em 1º de Janeiro de 2012	38.882	10.945	19.386	25.264	113.559	208.036
Aquisições	9.566	28.040	14.612	1.545	4.874	58.637
Alienações	(3.826)	-	-	(208)	(486)	(4.520)
Depreciação	(417)	-	(1.053)	(2.880)	(22.530)	(26.880)
Transferências	(8)	(11.482)	981	3.690	8.148	1.329
Movimentação Líquida	5.315	16.558	14.540	2.147	(9.994)	28.566
Em 31 de Dezembro de 2012						
Custo	155.892	27.503	108.993	81.390	310.280	684.058
Depreciação Acumulada	(111.695)	-	(75.067)	(53.979)	(206.715)	(447.456)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2012	44.197	27.503	33.926	27.411	103.565	236.602
Taxa Média Ponderada (%)	1,79	-	2,05	5,96	8,39	-

	Imóveis de Uso (*)	Móveis e Equipamentos em Estoque	Instalações	Móveis e Equipamentos em Uso	Outros	Total
Em 1º de Janeiro de 2011						
Custo	144.979	10.728	89.321	73.682	300.649	619.359
Depreciação Acumulada	(105.429)	-	(73.251)	(50.683)	(193.782)	(423.145)
Valor Contábil Líquido em 1º de Janeiro de 2011	39.550	10.728	16.070	22.999	106.867	196.214
Aquisições	3.161	28.471	4.129	2.670	815	39.246
Alienações	(36)	-	-	(178)	(696)	(910)
Depreciação	(3.793)	-	(813)	(2.662)	(22.064)	(29.332)
Transferências	-	(28.254)	-	2.435	28.637	2.818
Movimentação Líquida	(668)	217	3.316	2.265	6.692	11.822
Em 31 de Dezembro de 2011						
Custo	148.016	10.945	93.451	78.195	303.088	633.695
Depreciação Acumulada	(109.134)	-	(74.065)	(52.931)	(189.529)	(425.659)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2011	38.882	10.945	19.386	25.264	113.559	208.036
Taxa Média Ponderada (%)	1,79	-	2,05	5,96	8,39	-

(*) Imóveis de Uso incluem o valor contábil líquido de R\$16.528 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$ 10.822) nos casos em que o Banco é arrendatário em operação de arrendamento financeiro.

Apresentamos a seguir a composição das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro onde o Banrisul é “Arrendatário”. Os contratos são reajustados anualmente conforme Índices de Preços.

	Pagamentos Mínimos Futuros	Despesas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.622	-	3.622
Até 1 ano	3.622	-	3.622
Não Circulante	12.906	-	12.906
Entre 1 a 5 anos	11.226	-	11.226
Acima de 5 anos	1.680	-	1.680
Total em 2012	16.528	-	16.528
Total em 2011	10.822	-	10.822

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

	Direitos de Uso de <i>Softwares</i>	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	Outros	Total
Em 1º de Janeiro de 2012				
Custo	38.595	326.012	2.125	366.732
Amortização Acumulada	(29.855)	(226.702)	(622)	(257.179)
Saldo Contábil Líquido em 1º de Janeiro de 2012	8.740	99.310	1.503	109.553
Aquisições	1.616	113	482	2.211
Alienações	-	-	(293)	(293)
Amortização	(2.517)	(59.866)	(15)	(62.398)
Transferências	(189)	-	-	(189)
Movimentação Líquida	(1.090)	(59.753)	174	(60.669)
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	39.999	326.125	2.316	368.440
Amortização Acumulada	(32.349)	(286.568)	(639)	(319.556)
Saldo Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2012	7.650	39.557	1.677	48.884
Taxa (%)	12	20	4	-

	Direitos de Uso de <i>Softwares</i>	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	Outros	Total
Em 1º de Janeiro de 2011				
Custo	35.639	324.614	1.995	362.248
Amortização Acumulada	(27.521)	(161.913)	(608)	(190.042)
Saldo Contábil Líquido em 1º de Janeiro de 2011	8.118	162.701	1.387	172.206
Aquisições	5.953	1.398	197	7.548
Amortização	(2.513)	(64.789)	(81)	(67.383)
Transferências	(2.818)	-	-	(2.818)
Movimentação Líquida	622	(63.391)	116	(62.653)
Em 31 de dezembro de 2011				
Custo	38.595	326.012	2.125	366.732
Amortização Acumulada	(29.855)	(226.702)	(622)	(257.179)
Saldo Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2011	8.740	99.310	1.503	109.553
Taxa (%)	12	20	4	-

14. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	2012
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 9 (c))	22.933
Dívida Subordinada (**)	1.158.335
Total (*)	1.181.268

(*) A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.2.4.

(**) Em 26 de janeiro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 500 milhões (500 milhões de dólares americanos).

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e possui prazo de 10 anos com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

Conforme descrito na Nota 2.6 (e), os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de valor justo.

Notas Explicativas

O Bannrisul não possuía nenhum passivo financeiro designado a valor justo em 31 de dezembro de 2011.

15. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2012	2011
Captações com Clientes	26.306.275	22.313.427
Depósitos à Vista	3.379.928	3.179.816
Depósitos de Poupança	5.836.236	5.136.228
Depósitos a Prazo (i)	17.090.111	13.997.383
Captações com Banco	440.114	59.543
Depósitos à Vista de Instituições Sistema Financeiro	20.403	15.506
Depósitos Interfinanceiros	419.711	44.037
Captações no Mercado Aberto (ii)	1.627.794	1.331.544
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	315.365	26.755
Obrigações por Repasses no País (iii)	1.643.532	1.212.774
Obrigações por Repasses no Exterior (iii)	25.762	30.452
Obrigações por Empréstimos no Exterior (iv)	1.585.933	912.016
Outros Passivos Financeiros	7.054.513	5.928.637
Câmbio	625.569	567.882
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (v)	5.942.333	5.098.561
Diversos (vi)	486.611	262.194
Total (*)	38.999.288	31.815.148

(*) A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.2.4.

(i) As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixadas, os quais correspondem a 92% e 8% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 70,60% (2011 – 70,04%) da variação do CDI e os pré-fixados 7,08% (2011 – 9,40%) ao ano.

(ii) As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(iii) Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até dezembro de 2028, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,61% (2011 – 0,50% a 8,61%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2011 – 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

(iv) **No Exterior** - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 2,11% a 5,80% (2011 – 2,48% a 5,50%) ao ano, com vencimento máximo em 1.528 dias (2011 – 1.078 dias).

Emissão de Dívidas Subordinadas - Em 26 de novembro de 2012 Bannrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 275 milhões (275 milhões de dólares americanos), e apresenta saldo de R\$618.240 em 31 de dezembro de 2012.

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012 com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Conforme descrito na Nota 32, o Banco Central do Brasil considerou o valor referente à captação nesta emissão, elegível como capital de nível II na categoria de dívida subordinada em 25 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

(v) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$7.995.323 (2011 - R\$7.115.644), do qual R\$2.043.000 (2011 - R\$2.043.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais.

(vi) Do montante de R\$486.611, R\$104.904 refere-se a obrigações por operações vinculadas a cessão conforme descrito na Nota 9 (e).

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Provisões

	2012	2011
Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outros (a)	800.343	712.790
Provisão para Outros Passivos	12.420	15.789
Total	812.763	728.579

(a) Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outros

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e outras.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2012	415.048	134.907	23.514	139.321	712.790
Constituição e Atualização Monetária	15.535	128.167	63.794	4.406	211.902
Reversão da Provisão	-	(768)	(44)	-	(812)
Baixas por Pagamento	-	(88.749)	(31.252)	(3.536)	(123.537)
Saldo Final em 31/12/2012	430.583	173.557	56.012	140.191	800.343
Depósitos em Garantia (Nota 10)	1.583	104.981	59.249	7.961	173.774

Provisões Fiscais - Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. Quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do *déficit* atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade

Notas Explicativas

Sociedade, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 no montante de R\$429.060 (2011 – R\$413.557). O Banrisul, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$67.506 (2011 – R\$59.921). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Provisões Trabalhistas - São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas.

Registra a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$80.257 (2011- R\$89.040). Adicionalmente, o valor de R\$24.724 (2011 – R\$19.913) foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$37.881 (2011 – R\$50.212). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos nas mesmas ações que são consideradas como perda possível, no montante de R\$304.278 (2011 – R\$194.983). De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Provisões Cíveis - Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registra a provisão constituída, quando do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R\$1.000.298 (2011 – R\$138.576) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis, e, portanto não foram provisionadas.

Outros - (i) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometida em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$124.515 (2011 – R\$120.538). **(ii)** Notificação fiscal de débito do INSS referente a cobrança previdenciária sobre verbas que não possuem natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$15.676 (2011 – R\$18.783).

17. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em dezembro, o Banrisul possuía Créditos Tributários e obrigações fiscais diferidas de Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**(a) Créditos Tributários**

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	01/01/2012	Constituição	Realização	31/12/2012
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	412.141	324.530	212.854	523.817
Provisão para Riscos Trabalhistas	53.269	51.285	35.435	69.119
Provisão para Riscos Fiscais	85.433	6.213	-	91.646
Outras Diferenças Temporárias	33.304	22.446	5.303	50.447
Total dos Créditos Tributários				
sobre Diferenças Temporárias	584.147	404.474	253.592	735.029
Obrigações Fiscais Diferidas	(14.353)	-	(440)	(13.913)
Crédito Tributário Líquido				
das Obrigações Diferidas	569.794	404.474	253.152	721.116

	01/01/2011	Constituição	Realização	31/12/2011
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	360.928	231.753	180.540	412.141
Provisão para Riscos Trabalhistas	48.559	38.257	33.547	53.269
Provisão para Riscos Fiscais	77.384	8.306	257	85.433
Outras Diferenças Temporárias	41.976	3.076	11.748	33.304
Total dos Créditos Tributários				
sobre Diferenças Temporárias	528.847	281.392	226.092	584.147
Obrigações Fiscais Diferidas	(11.636)	(2.717)	-	(14.353)
Crédito Tributário Líquido				
das Obrigações Diferidas	517.211	278.675	226.092	569.794

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos estão representados por:

	2012	2011
Superveniência de Depreciação	13.789	13.943
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	75	127
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	49	283
Total	13.913	14.353

Ativos e passivos de imposto diferidos são compensados quando tiver um direito legalmente executável de compensar ativos de imposto corrente contra passivos de imposto, quando impostos diferidos se relacionarem com impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

18. OUTROS PASSIVOS

	2012	2011
Relações Interfinanceiras	14.087	5.823
Relações Interdependências	248.485	211.069
Provisão para Pagamentos a Efetuar (*)	344.002	352.599
Outras Obrigações	414.125	292.254
Total de Outros Passivos	1.020.699	861.745

(*) Provisão para pagamentos a efetuar refere-se principalmente a valores provenientes de aquisição de bens e serviços e outras despesas administrativas cujo pagamento, em virtude de prazo legalmente ou contratualmente previsto, ocorrerá em períodos futuros.

19. ATIVOS EM GARANTIA

Ativos em garantia são bens vinculados a garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros Bancos e para os depósitos de garantia relacionados com a sociedade de bolsas de futuros, opções e outras.

Notas Explicativas

	Ativo		Passivo Relacionado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos Mantidos para Negociação (Nota 9)	484.325	734.311	484.593	664.974
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 9)	1.212.898	685.307	1.143.201	666.570
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 16)	173.774	196.336	246.768	-
Total	1.870.997	1.615.954	1.627.794	1.331.544

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social do Banrisul em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.500.000 (2011 – R\$3.200.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	76,82	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,49	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,76	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	493.698	13,93	174.301.369	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.043.374	100,00	3.542.777	100,00	200.388.326	100,00	408.974.477	100,00

Em 31 de dezembro de 2011	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	76,08	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,45	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,71	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	528.108	14,76	174.266.959	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.043.374	100,00	3.577.187	100,00	200.353.916	100,00	408.974.477	100,00

No exercício de 2012, houve a conversão das ações entre PNA e PNB no montante de 34.410 (2011 – 88.172) ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$300.000 (em 29 de abril de 2011, aprovou aumento de capital em R\$300.000), sem emissão de novas ações, já homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Notas Explicativas

(b) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do Banrisul pelo número de ações durante o ano. O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	2012	2011
Lucro Líquido	833.587	934.021
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações		
Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	417.651	467.947
Aos Detentores de Ações Preferenciais A	7.802	8.929
Aos Detentores de Ações Preferenciais B	408.134	457.145
Lucro por Ação		
Lucro Básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)		
Ações Ordinárias	2,04	2,28
Ações Preferenciais A	2,19	2,47
Ações Preferenciais B	2,04	2,28

(c) Reservas

	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Para			
		Legal	Estatutária	Expansão	Total
Em 1º de Janeiro de 2012	6.171	237.648	689.833	446.358	1.373.839
Aumento de Capital Social	-	-	(25.262)	(274.738)	(300.000)
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	(1.660)	-	-	-	-
Transferência para Reservas	-	40.930	204.647	259.461	505.038
Em 31 de Dezembro de 2012	4.511	278.578	869.218	431.081	1.578.877

	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Para			
		Legal	Estatutária	Expansão	Total
Em 1º de Janeiro de 2011	6.171	192.431	538.080	367.614	1.098.125
Aumento de Capital Social	-	-	(74.334)	(225.666)	(300.000)
Transferência para Reservas	-	45.217	226.087	304.410	575.714
Em 31 de Dezembro de 2011	6.171	237.648	689.833	446.358	1.373.839

Reserva de Capital refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados a sociedade.

Reserva Legal objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(d) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2012, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

Notas Explicativas

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$253.387, referente ao exercício de 2012 (2011 – R\$231.642), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$101.355 (2011 – R\$92.657) (Nota 28).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício Apresentado em BRGAAP	818.590	904.349
Ajuste		
Reserva Legal	(40.930)	(45.217)
Base de Cálculo dos Dividendos	777.660	859.132
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	194.415	214.783
Dividendo Adicional 15%	116.649	128.870
Total dos Dividendos	311.064	343.653
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	237.986	216.988
Ações Ordinárias (R\$619,47501 por lote de mil ações)	127.038	116.119
Ações Preferenciais A (R\$630,07457 por lote de mil ações)	2.201	2.093
Ações Preferenciais B (R\$619,47501 por lote de mil ações)	124.148	113.430
(-) Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(15.401)	(14.654)
B) Dividendos Pagos	40.000	60.000
Ações Ordinárias (R\$97,72096 por lote de mil ações)	20.037	30.055
Ações Preferenciais A (R\$107,49305 por lote de mil ações)	381	577
Ações Preferenciais B (R\$97,72096 por lote de mil ações)	19.582	29.368
C) Dividendos Provisionados	33.078	66.665
Ações Ordinárias (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.570	33.394
Ações Preferenciais A (R\$88,89203 por lote de mil ações)	315	641
Ações Preferenciais B (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.193	32.630
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	311.064	343.653

21. RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES

	2012	2011
Receitas com Juros e Similares	5.973.979	5.711.197
Disponibilidades e Reservas no Bacen	531.226	443.413
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo	261.839	431.593
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	630.730	607.021
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	369.145	321.658
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	4.125.475	3.848.491
Outros Ativos Financeiros	55.564	59.021
Despesas com Juros e Similares	2.507.586	2.578.685
Passivos Financeiros ao Valor Justo	231.811	-
Recursos de Bancos	636.769	784.886
Recursos de Clientes	1.469.494	1.577.580
Captação no Mercado Aberto	169.512	216.219
Total	3.466.393	3.132.512

Notas Explicativas

22. GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	2012	2011
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	(15.473)	-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(699)	(542)
Derivativos	114.745	1
Total	98.573	(541)

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2012	2011
Administração de Fundos	67.610	64.007
Cobrança de Títulos	48.260	46.690
Receita de Serviços em Operações de Câmbio	40.447	31.104
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	21.797	15.709
Rendas de Corretagens e Operações	5.822	4.156
Banricompras	113.220	101.842
Devolução de Cheques	18.033	18.737
Débito em Conta	30.745	23.811
Serviços de Arrecadação	81.980	59.551
Transações com Cheques	13.097	12.766
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	280.026	261.963
Cartão de Crédito	12.684	10.626
Tarifas de Saques	6.736	6.813
Tarifas de Uso de Agência Virtual	6.479	5.426
Tarifas de Fiança Bancária	6.177	4.455
Outras Receitas	75.003	57.671
Total	828.116	725.327

24. DESPESAS DE PESSOAL

	2012	2011
Remuneração Direta	715.875	636.648
Benefícios	196.269	165.370
Encargos Sociais (*)	301.465	265.932
Participação Estatutária no Lucro	75.799	62.180
Outras Despesas de Pessoal	19.892	32.932
Total	1.309.300	1.163.062

(*) Do montante de R\$301.465, R\$18.941 refere-se a contribuição para a Fundação Banrisul de Seguridade Social conforme descrito na Nota 31.

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Processamento de Dados e Telecomunicações	173.190	152.227
Vigilância, Segurança e Transportes de Valores	101.839	83.431
Amortização e Depreciação	89.278	96.715
Aluguéis e Condomínios	58.672	51.624
Materiais	17.063	23.705
Serviços de Terceiros	189.892	144.326
Propaganda, Promoções e Publicidade (*)	75.191	65.606
Manutenção e Conservação de Bens	26.899	22.194
Água, Energia e Gás	19.519	18.384
Serviço do Sistema Financeiro	35.031	23.455
Outras	45.453	41.405
Total	832.027	723.072

(*) É composto principalmente por R\$29.622 (2011 – R\$15.829) de despesa com propaganda institucional e R\$33.482 (2011 – R\$36.587) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Notas Explicativas**26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2012	2011
Recuperação de Encargos e Despesas	50.017	50.792
Reversão de Provisões Operacionais para:		
Trabalhistas	768	80
Cíveis	44	767
Benefícios Pós-Emprego	-	15.159
Perdas de Securitização	4.335	730
Outros (*)	49.267	34.159
Comissão sobre Títulos de Capitalização	1.166	5.664
Tarifas Interbancárias	21.757	20.049
Títulos de Créditos a Receber	6.187	8.244
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	14.077	25.712
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	9.944	2.641
Outras Receitas Operacionais	77.794	77.595
Total	235.356	241.592

(*) Do montante de R\$49.267, R\$40.629 refere-se à recuperação de Imposto de Renda em virtude de decisão judicial em relação ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador.

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Descontos Concedidos de Renegociação	38.842	13.862
Despesas Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR)	15.535	20.132
Despesas com Provisões Trabalhistas	128.167	96.122
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	63.794	15.348
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	1.462	3.064
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	238	3.493
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.076	3.671
Despesas com Indenizações - Processos Administrativos	-	110
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	3.977	5.157
Outras Provisões Tributárias	429	-
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	1.811	2.161
Atualização da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	8.492	7.302
Despesas com Processos Judiciais	3.724	14.895
Despesas com Cartões	9.439	3.650
Bônus Cartão Banrisul de Vantagens	2.917	5.149
Outras Despesas Operacionais	86.487	42.475
Total	368.390	236.591

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2012	2011
Lucro do Exercício Antes da Tributação	1.158.104	1.369.027
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(289.526)	(342.257)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	(12.834)	(12.292)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(160.882)	(193.063)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas	(463.242)	(547.612)
Juros sobre o Capital Próprio	101.355	92.657
Outras Adições Líquidas das Exclusões	37.492	20.099
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(324.395)	(434.856)

Notas Explicativas

29. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. A partir da sua implantação, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O Banrisul contribuiu no exercício para o Plano de Benefício I na modalidade de “benefício definido” o montante de R\$15.967 (2011 – R\$10.633) e para o Banrisulprev na modalidade de “contribuição variável” o montante de R\$2.974 (2011 – R\$1.703), correspondendo em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, a 4,97% (2011 - 3,17%) e 3,215% (2011 – 3,13%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

O Banrisul espera contribuir com R\$36.491 a Fundação Banrisul durante o exercício de 2013.

Principais Premissas e Descrições dos Planos

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

Hipóteses Econômicas	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto Nominal	8,68% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos dos Planos Previdenciários:		
Plano de Benefícios I	8,68% a.a.	13,17% a.a.
Plano Banrisulprev	8,68% a.a.	13,34% a.a.
Plano de Saúde	8,68% a.a.	11,98% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,22% a.a.	7,64% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo do Benefício Odontológico	4,50% a.a.	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2012	31/12/2011
Tábua de Mortalidade de Válido	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desagravada em 50%	Light Forte desagravada em 40%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Idade de Aposentadoria	Ao atingir o benefício Pleno	Primeira idade com direito a um dos benefícios
Idade de Entrada no INSS	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade
% de Participantes Ativos Casados na Data da Aposentadoria	95%	95%
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Notas Explicativas

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Plano de Benefícios I

Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$66.664 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$64.428) registrado na rubrica Outros Passivos Financeiros (Nota 14). Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, através de atualizações e pagamentos mensais, e com prazo final em 2028.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos nos parágrafos 76-81 do IAS 19, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativo ao Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.418.856)	(3.136.522)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.236.083	2.758.557
Perdas Atuariais não Reconhecidas	1.270.001	436.516
Ativo Atuarial (*)	87.228	58.551

(*) O valor do ativo atuarial de R\$87.228 não foi contabilizado pela Administração em virtude de não haver expectativa de que o mesmo venha a abater amortizações de perdas futuras.

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	3.136.522	2.787.358
Custo do Serviço Corrente	30.476	23.470
Custo Financeiro	315.687	290.349
Perdas (Ganhos) Atuariais	1.138.944	206.788
Benefícios Pagos	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	4.418.856	3.136.522

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no período apresentado é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	2.758.557	2.636.530
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	354.814	340.498
Ganhos (Perdas) Atuariais	288.331	(77.974)
Contribuições do Empregador e Empregados	37.154	30.946
Benefícios Pagos	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	3.236.083	2.758.557

Custo do plano de pensão líquido do período:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos Serviços Correntes	30.476	23.470
Custo Financeiro	315.687	290.349
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(354.814)	(340.498)
Contribuição dos Empregados	(17.936)	(21.969)
Resultado de (Ganhos)/Perdas Atuariais, Líquido	11.342	-
Saldo em 31 de Dezembro	(15.245)	(48.648)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$643.145 (2011 – R\$262.524).

A movimentação projetada do Passivo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012 e de acordo com IAS 19 (revisado), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	01/01/2013	01/01/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.418.856)	(3.136.522)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	737.135	230.018
Valor Justo dos Ativos	3.236.083	2.758.557
Superávit/(Déficit)	(445.638)	(147.947)
Passivo Atuarial Líquido	(445.638)	(147.947)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos no IAS 19 (revisado), parágrafo 87, itens “c” e “d”.

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	(758)	7.365
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	34.668	13.088
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	33.910	20.453
Custo Reconhecido no Resultado	33.910	20.453

Quantidade de Participantes Ativos, Aposentados e Pensionistas	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	7.472	7.732
Participantes Aposentados	4.646	4.519
Pensionistas	1.093	1.225
Total	13.211	13.476

Banrisulprev

Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- i) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;
- ii) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

Notas Explicativas

ii) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos ao Plano Banrisulprev apresenta o seguinte resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Valor Justo dos Ativos do Plano	851	309
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidas	1.025	320
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	488	514
Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido	253	(90)

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	1.233	840
Custo do Serviço Corrente	274	153
Custo Financeiro	118	82
Perdas (Ganhos) Atuariais	799	312
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	2.111	1.233

A movimentação do valor justo dos ativos do plano Banrisulprev no período apresentado é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	309	121
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	67	16
Ganhos (Perdas) Atuariais	(30)	101
Contribuições do Empregador e Empregados	818	225
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	851	309

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo dos Serviços Correntes	274	153
Custo Financeiro	118	82
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(67)	(16)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	9	2
Custo do Serviço Passado	26	26
Contribuição dos Empregados	(301)	(94)
Saldo em 31 de Dezembro	59	153

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$37.

A movimentação projetada do Passivo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com o IAS 19 (revisado), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	<u>01/01/2013</u>	<u>01/01/2012</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	629	461
Valor Justo dos Ativos	851	309
Superávit/(Déficit)	(631)	(463)
Passivo Atuarial Líquido	(631)	(463)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos no IAS 19 (revisado), parágrafo 87, itens "c" e "d".

Notas Explicativas

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	52	(31)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	15	16
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	67	(15)
Custo Reconhecido no Resultado	67	(15)

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	2.638	1.635
Total	2.638	1.635

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento

O Banrisul oferece planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento, através da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A avaliação atuarial dos planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento apresentava o seguinte resultado:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos do Plano	167.355	139.176
Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidos	(11.856)	(22.943)
Ativo Atuarial Líquido	6.355	5.635

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	110.598	129.621
Custo do Serviço Corrente	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.238	13.690
Perdas (Ganhos) Atuariais	31.102	(29.937)
Benefícios Pagos	(4.978)	(4.522)
Em 31 de Dezembro	149.144	110.598

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de saúde no período apresentado é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	139.176	110.322
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	17.362	11.111
Ganhos (Perdas) Atuariais	(1.078)	(14.320)
Contribuições do Empregador e Empregados	24.884	21.124
Benefícios Pagos	(32.790)	(8.863)
Reversão do Fundo Ativo Excedente	19.801	19.802
Em 31 de Dezembro	167.355	139.176

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos Serviços Correntes	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.248	13.690
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(17.362)	(11.111)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	(922)	(70)
(Ganho) Perda Reconhecida de Imediato Devido Parágrafo 58(a)	-	(20.527)
Em 31 de Dezembro	(5.852)	(16.272)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de ganho R\$16.284 (2011 – perda R\$3.209).

Notas Explicativas

A movimentação projetada do Ativo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com IAS 19 (revisado), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	01/01/2013	01/01/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos	167.355	139.176
Superávit/(Déficit)	18.211	28.578
Ativo Atuarial Líquido	18.211	28.578

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	1.508	1.184
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	1.006	893
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	2.514	2.077
Custo Reconhecido no Resultado	2.514	2.077

Conforme previsto no IAS 19 (rev. 2011), a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido conforme demonstrado. O efeito da aplicação desta norma no Banrisul estará impactando negativamente o Patrimônio Líquido no montante de R\$379.605.

Visando a diversificação de opções aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Definidos – PBI, o Banrisul em conjunto com a Fundação Banrisul de Seguridade Social está procedendo a implementação de novos planos na modalidade Benefício Definido Saldado e na modalidade de Contribuição Variável para recepcionar os recursos dos participantes e assistidos do PBI que voluntariamente optarem pelo saldamento e migração de suas reservas atuariais. Este procedimento deverá encerrar-se no exercício de 2013.

Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria

O Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão existente para este benefício é de R\$100.398 (2011 - R\$88.487), considerando os encargos incidentes.

Conforme previsto no IAS 19 (revisado), a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido. De acordo com a avaliação dos atuários, o montante desta obrigação acrescida dos encargos legais remonta o valor aproximado de R\$153 milhões e impactará o Patrimônio Líquido do Banrisul no montante aproximado de R\$53 milhões.

Os beneficiários deste prêmio de aposentadoria nos respectivos exercícios estão apresentados a seguir:

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	10.364	9.658
Total	10.364	9.658

30. COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(a) Compromissos para Aquisição de Ativos - O Banrisul não possui compromissos para aquisição de ativos contratados na data do balanço, ainda não incorridos.

(b) Compromissos com Arrendamento Mercantil Operacional - O Banrisul aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito

Notas Explicativas

de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$173.731 sendo R\$46.527 com vencimento até um ano, R\$109.121 de um a cinco anos e R\$18.083 acima de cinco anos. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício totalizavam R\$52.298.

Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do IGP-M.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 398.657 mil títulos de clientes (2011 – 479.704 mil).

(d) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	2012	2011
Fundos de Investimentos (*)	5.307.377	5.170.797
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	103.129	117.429
Fundos de Ações	88.505	83.722
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	19.189	19.881
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da		
Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	65.825	497.382
Carteiras Administradas	1.617.990	1.242.669
Clubes de Investimentos	2.007	3.813
Total	7.204.022	7.135.693

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

Os fundos de investimento administrados pelo Banrisul não são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, já que os respectivos ativos são de propriedades de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” na demonstração consolidada do resultado.

(e) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 163 grupos (135 em 2011) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 33.430 consorciados ativos (26.881 em 2011).

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, Companhia Riograndense de Mineração – CRM, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS e Badesul Desenvolvimento S.A – Agência de Fomento/RS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Em 28 de junho de 2012 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1201/2012, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS), pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à

Notas Explicativas

reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços, de cobrança através de arrecadação e fornecimento de tíquetes/cartão refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, receita no valor de R\$9.644. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 9 (c). Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$679.815.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$1.073.

O Banrisul possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 10 (dez) funcionários e recebeu 11 (onze) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banrisul é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$3.512 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banrisul é também agente arrecadador das contas de consumo emitido pela CORSAN, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$4.680 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por estas Companhias e o fornecimento de tíquetes/cartão refeição e combustível também é de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$304 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

A SULGÁS possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de

Notas Explicativas

liquidez, cartão refeição também são de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$63 sobre estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banrisul cedeu 4 (quatro) funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - Conforme descrito na Nota 29, o Banrisul possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do *déficit* atuarial, no montante de R\$66.664. Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$18.941 conforme descrito na Nota 24.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$23. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$5.441.

Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$26.280.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal e fornecedores. A Cabergs possui fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$13. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. - Como parte do movimento estratégico para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional, em 13 de março de 2012, o Banrisul e a MatoneInvest Holding firmaram contrato de Compra e Venda de Ações e Outras avenças, da Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Bem-Vindo), uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre os serviços prestados de originação de crédito consignado através dos convênios, o Banrisul pagou para a Credimatone o montante de R\$23.730 a título de comissões e taxas de performance.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de março de 2012, foi deliberado e aprovado a alteração da denominação “Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.” para “Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A.”.

Notas Explicativas

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas - O Banrisul é administrador de diversos Fundos, Carteiras Administradas e Clubes de Investimentos, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Banrisul foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas junto dos Fundos que tiveram como lastro títulos públicos federais. Essas operações apresentaram no período um volume médio diário de R\$1.322.297, que representou 18,57% sobre o Patrimônio Líquido médio dos fundos. Estas operações foram realizadas em condições de mercado no que se relaciona a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compras e vendas de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas de 01/01/2012 a 31/12/2012. Essas operações apresentaram um volume de R\$144.070, que representou 167,87% sobre o Patrimônio Líquido médio dos Fundos de Ações no mesmo período e foram realizadas a preço de mercado por meio do pregão eletrônico da BMF&Bovespa. Estas operações incorreram em uma corretagem de R\$208.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e Equivalente de Caixa	17.751	18.794	1.462	2.076
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	17.751	18.794	1.462	2.076
Empréstimos e Recebíveis	15.745	9.403	466	1.056
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	15.745	9.403	466	1.056
Outros Ativos	15.198	13.890	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	15.198	13.890	-	-
Captações com Clientes	(437.246)	(282.244)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(437.246)	(282.244)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Outros Passivos Financeiros	(68.987)	(67.268)	(6.256)	(5.920)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(68.987)	(67.268)	(6.256)	(5.920)
Outros Passivos	(28.517)	(47.930)	(6.514)	(6.524)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(28.021)	(47.402)	(1.073)	(1.005)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(496)	(528)	(5.441)	(5.519)
Total	(551.881)	(852.737)	(60.625)	(106.853)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- (a) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- (b) A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banrisul e controladas. Em 2012, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$403 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as remunerações estão demonstradas a seguir:

	2012	2011
Benefícios de Curto Prazo		
Proventos	3.122	3.213
Gratificações	90	67
Encargos Sociais	669	725
Total	3.881	4.005

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores

Notas Explicativas

que pertencem ao quadro de funcionários. No período findo em 31 de dezembro de 2012 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$15 (2011 – R\$18).

O Banrisul possui seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$85 (2011 - R\$236).

O Banrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- (c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2012.

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	9
Ações Preferenciais	228
Total de Ações	237

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco Central do Brasil, por despacho do senhor Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, de 25 de janeiro de 2013, considerou a captação no exterior no valor total de US\$275 milhões, elegível como capital de nível II do Patrimônio de Referência, na categoria de Dívida Subordinada, na forma da Resolução nº 3.444/07 conforme Nota 15.

Notas Explicativas

DIRETORIA

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
ERINEU CLÓVIS XAVIER
FLAVIO LUIZ LAMMEL
FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA
MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS
OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

Notas Explicativas

Baseado na Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3853/10 e Carta-Circular nº 3447/10 do Banco Central do Brasil, o Banrisul optou por elaborar suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do trimestre de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa e o Valor Adicionado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
ATIVO		
CIRCULANTE	25.997.263	19.229.621
DISPONIBILIDADES	809.093	624.255
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	4.609.386	2.685.991
Aplicações no Mercado Aberto	4.556.509	2.572.549
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.877	113.442
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	5.780.271	2.527.984
Carteira Própria	3.318.814	1.793.667
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.697.223	734.311
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.224	-
Vinculados ao Banco Central	459.083	-
Vinculados à Prestação de Garantias	284.921	-
Moedas de Privatização	6	6
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.920.614	2.918.234
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.814	3.616
Créditos Vinculados (Nota 06)		
Depósitos no Banco Central	2.875.308	2.877.891
Convênios	1.243	3.001
Correspondentes	41.249	33.726
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	85.352	45.759
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.263	2.115
Transferências Internas de Recursos	81.089	43.644
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 07)	9.818.746	8.930.536
Operações de Crédito		
Setor Público	23.835	26.979
Setor Privado	10.258.343	9.376.278
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	10.549	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(473.981)	(472.721)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	35.975	36.074
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	1.612	966
Setor Privado	36.912	38.128
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(2.549)	(3.020)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.869.756	1.438.587
Carteira de Câmbio	621.089	630.688
Rendas a Receber	56.601	38.777
Negociação e Intermediação de Valores	4.874	3.223
Créditos Específicos	16	19
Diversos	1.239.749	794.261
Provisão para Outros Créditos	(52.573)	(28.381)
OUTROS VALORES E BENS	68.070	22.201
Outros Valores e Bens	3.197	2.029
Despesas Antecipadas	64.873	20.172

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
ATIVO	2012	2011
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.311.103	18.076.949
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	6.580.922	7.197.639
Carteira Própria	5.907.550	5.849.841
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	666.479
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.098	-
Vinculados ao Banco Central	259.692	662.491
Vinculados à Prestação de Garantias	191.582	18.828
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	679.815	625.417
Créditos Vinculados (Nota 06)		
Sistema Financeiro da Habitação	679.815	625.417
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 07)	11.860.486	9.547.147
Operações de Crédito		
Setor Público	86.703	91.554
Setor Privado	12.700.228	10.256.731
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	98.002	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(1.024.447)	(801.138)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	38.157	37.733
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	4.046	2.739
Setor Privado	39.526	42.373
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(5.415)	(7.379)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.139.582	659.418
Carteira de Câmbio	35.044	7.646
Diversos	1.184.816	681.013
Provisão para Outros Créditos	(80.278)	(29.241)
OUTROS VALORES E BENS	12.141	9.595
Outros Valores e Bens	21.951	21.464
Provisão para Desvalorização	(9.963)	(12.305)
Despesas Antecipadas	153	436
PERMANENTE	262.408	279.005
INVESTIMENTOS (Nota 09 (a))	48.421	7.514
Participação em Coligadas e Controladas no País (Nota 02 (c))	41.207	-
Outros Investimentos	12.105	12.780
Provisão para Perdas	(4.891)	(5.266)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (b))	167.356	163.831
Imóveis de Uso	129.622	130.504
Outras Imobilizações de Uso	527.530	485.809
Depreciação Acumulada	(489.796)	(452.482)
INTANGÍVEL (Nota 09 (c))	46.631	107.660
Ativos Intangíveis	369.361	367.655
Amortização Acumulada	(322.730)	(259.995)
TOTAL DO ATIVO	46.570.774	37.585.575

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAIS	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	27.046.550	23.887.151
DEPÓSITOS (Nota 10)	16.014.134	14.645.829
Depósitos à Vista	3.400.331	3.195.322
Depósitos de Poupança	5.836.236	5.136.227
Depósitos Interfinanceiros	269.540	10.201
Depósitos a Prazo	6.508.027	6.304.079
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	1.627.794	1.331.544
Carteira Própria	1.627.794	1.331.544
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	27.947	26.755
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	27.947	26.755
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.305	5.823
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5.305	5.822
Correspondentes	-	1
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	248.485	211.069
Recursos em Trânsito de Terceiros	248.429	210.979
Transferências Internas de Recursos	56	90
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	966.266	908.123
Empréstimos no Exterior	966.266	908.123
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	438.994	318.759
Tesouro Nacional	85.752	79.721
BNDES	199.538	111.363
CEF	6.631	9.240
FINAME	147.073	118.435
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12)	25.762	8.674
Repasse do Exterior	25.762	8.674
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	7.691.863	6.430.575
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.953	34.539
Carteira de Câmbio	25.628	30.083
Sociais e Estatutárias	48.054	73.759
Fiscais e Previdenciárias	278.841	329.090
Negociação e Intermediação de Valores	5.696	3.409
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942.333	5.098.561
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.933	-
Dívidas Subordinadas	80.284	-
Diversas	1.243.141	861.134

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.628.317	9.297.299
DEPÓSITOS (Nota 10)	10.732.255	7.715.309
Depósitos Interfinanceiros	150.171	22.005
Depósitos a Prazo	10.582.084	7.693.304
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	287.418	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	287.418	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.782	11.832
Repasse Interfinanceiros	8.782	11.832
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	619.667	3.893
Empréstimos no Exterior	619.667	3.893
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	1.204.538	894.015
Tesouro Nacional	6.248	8.375
BNDES	788.165	558.119
CEF	56.171	46.585
FINAME	353.954	280.936
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12)	-	21.778
Repasse do Exterior	-	21.778
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	1.775.657	650.472
Fiscais e Previdenciárias	429.060	413.557
Dívidas Subordinadas	1.078.051	-
Diversas	268.546	236.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	1.696	1.614
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	4.894.211	4.399.511
Capital Social de Domiciliados no País	3.500.000	3.200.000
Reservas de Capital	4.511	4.512
Reservas de Lucros	1.394.344	1.202.219
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	(4.644)	(7.220)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.570.774	37.585.575

Notas Explicativas

RECEITAS E DESPESAS DO RESULTADO	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.346.393	5.946.731
Operações de Crédito	4.611.383	4.277.061
Operações de Arrendamento Mercantil	13.043	15.988
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.080.604	1.250.075
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	207.479	-
Resultado de Operações de Câmbio	106.742	140.306
Resultado das Aplicações Compulsórias	298.119	263.301
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	29.023	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.468.238)	(3.208.195)
Operações de Captação no Mercado	(1.986.097)	(1.795.233)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(629.696)	(783.452)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (d))	(852.445)	(629.510)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.878.155	2.738.536
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.674.572)	(1.366.244)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	195.562	153.544
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	603.005	548.431
Despesas de Pessoal	(1.233.501)	(1.100.882)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(861.470)	(741.361)
Despesas Tributárias	(258.189)	(232.322)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 02 (c))	1.207	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	249.580	242.937
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(370.766)	(236.591)
RESULTADO OPERACIONAL	1.203.583	1.372.292
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	1.203.583	1.372.292
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22 (a))	(309.072)	(405.613)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(75.799)	(62.180)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO	(122)	(150)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	818.590	904.349

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.371.263	2.252.449
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.203.583	1.372.292
Ajuste ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Depreciação e Amortização	109.449	111.862
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.207)	-
Provisão para Operações de Crédito	852.445	629.510
Provisão para Perdas de Securitização	(4.097)	2.763
Provisão para Contingência	211.090	136.022
Variação de Ativos e Obrigações	(986.839)	(1.365.341)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.576	(1.771)
Aumento (Redução) em Aplicação Depósito Interfinanceiro	49.575	4.793
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(2.393.248)	(1.199.877)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(219.389)	-
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(62.523)	(384.471)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(3.988.571)	(3.607.358)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(1.313)	(3.575)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(809.123)	(277.872)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(48.415)	(1.924)
Aumento (Redução) em Depósitos	4.385.251	3.308.133
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	296.250	20.384
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	288.610	26.755
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.099.985	532.803
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	889.213	706.079
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(475.717)	(487.440)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.384.424	887.108
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Atualização de Ativos em Controladas	(1)	1
Alienação de Investimentos	743	146
Alienação de Imobilizado de Uso	390	507
Aquisição de Investimentos	(40.443)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(50.417)	(36.118)
Aplicação no Intangível	(1.918)	(7.548)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(91.646)	(43.012)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívidas Subordinadas	1.158.335	-
Dividendos Pagos	(40.000)	(60.000)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(253.387)	(231.642)
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	82	(65)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	865.030	(291.707)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.157.808	552.389
Disponibilidades	624.255	403.321
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	2.585.583	2.254.128
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.209.838	2.657.449
Disponibilidades	809.093	624.255
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	4.558.553	2.585.583
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	5.367.646	3.209.838

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Em Milhares de Reais	
	Banrisul Consolidado	
	2012	2011
RECEITAS (a)	6.542.794	6.269.792
Intermediação Financeira	6.347.092	5.947.273
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	798.567	701.975
Constituição de Provisão para Operações de Crédito	(852.445)	(629.510)
Outras	249.580	250.054
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	2.615.793	2.578.688
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	1.067.301	822.052
Materiais, Energia e Outros	870.711	677.184
Serviços de Terceiros	195.891	144.326
Perda/Recuperação de Valores Ativos	699	542
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	2.859.700	2.869.052
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	109.449	111.862
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	2.750.251	2.757.190
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	1.207	-
Resultado de Participações em Controladas	1.207	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f + g)	2.751.458	2.757.190
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.751.458	2.757.190
Pessoal	1.124.433	999.331
Remuneração Direta	855.946	763.920
Benefícios	207.538	177.486
FGTS	60.949	57.925
Impostos, Taxas e Contribuições	752.128	801.666
Federais	709.419	762.810
Estaduais	455	525
Municipais	42.254	38.331
Remuneração de Capitais de Terceiros	56.185	51.694
Aluguéis	56.185	51.694
Remuneração de Capitais Próprios	818.712	904.499
Juros sobre o Capital Próprio	253.387	231.642
Dividendos	73.078	126.665
Lucros Retidos do Exercício	492.125	546.042
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	122	150

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas como segue:

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

NOTA 06 - CRÉDITOS VINCULADOS

NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO

NOTA 08 - OUTROS CRÉDITOS

NOTA 09 - PERMANENTE

NOTA 10 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

NOTA 14 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

NOTA 15 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

NOTA 16 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

NOTA 17 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

NOTA 21 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

NOTA 22 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

NOTA 23 - FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL E CABERGS – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTA 24 – INSTRUMENTOS E GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

NOTA 25 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NOTA 26 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

NOTA 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTA 28 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- (a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.
- (b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (*Miami e Grand Cayman*). Os ativos, os passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>ATIVO</u>		
Operações de Crédito	484.678	150.625
Operações com Sede no Brasil	423.750	79.723
Outras Operações de Crédito	60.928	70.902
Outros Ativos	111.948	36.568
Total do Ativo	596.626	187.193
<u>PASSIVO</u>		
Depósitos	134.919	56.183
Operações com Sede no Brasil	92.739	16.384
Outros Depósitos	42.180	39.799
Outras Obrigações	313.104	403
Outros Passivos	872	47
Patrimônio Líquido	147.731	130.560
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	596.626	187.193
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>		
Receitas da Intermediação Financeira	16.670	7.016
Despesas da Intermediação Financeira	(1.015)	(1.179)
Outras Despesas, Líquidas	(10.156)	(2.299)
Lucro Líquido do Exercício	5.499	3.538

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

- (c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2012, totalizaram R\$393.370 (2011 - R\$358.096), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$39.629 (2011 - R\$40.982) e estão apresentados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS:

	Banrisul Armazéns Gerais <u>S. A.</u>	Banrisul S.A. Corretora de Val.Mobiliários e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de <u>Consórcios</u>	Banrisul Serviços <u>Ltda.</u>	<u>Total</u>
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.500	-	-
Ações Preferenciais	-	19.608	-	-	-
Quotas	-	-	-	2.780	-
Participação no Capital Social Ajustada (%)	99,498	98,957	99,683	99,785	-
Capital Social	26.550	70.000	134.000	77.640	-
Patrimônio Líquido	29.068	75.926	152.617	137.477	-
Lucro Líquido do Exercício	3.272	1.595	13.758	21.126	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldo Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2012	904	(68.879)	(140.948)	(175.179)	(384.102)
31 de dezembro de 2011	732	(68.876)	(132.689)	(156.042)	(356.875)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2012	(1.202)	(1.897)	(7.559)	(8.248)	(18.906)
31 de dezembro de 2011	(1.453)	(4.586)	(10.920)	3.081	(13.878)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2012	28.922	75.134	152.133	137.181	393.370
31 de dezembro de 2011	26.470	73.965	141.560	116.101	358.096
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2012	3.256	1.578	13.714	21.081	39.629
31 de dezembro de 2011	2.343	4.555	14.413	19.671	40.982

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

- (d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

i) **Títulos para Negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

ii) **Títulos Disponíveis para Venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como

Notas Explicativas

resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

iv) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/2002 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 13) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como Ativo ou Passivo não Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como Ativo ou Passivo Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - São classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*".

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em USD com nominal de 775 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito nas Notas 11 e 13. Na data de 31 de dezembro de 2012 os únicos derivativos em aberto referem-se aos *swaps* e termo de moeda emitidos para proteção da dívida subordinada.

Notas Explicativas

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em Títulos e Créditos a Receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos

Notas Explicativas

seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

- **Ágio** - corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- **Depreciação do imobilizado de uso** pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 09; e
- **Os Ativos Intangíveis** são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos permanentes poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda do valor recuperável destes ativos.

(h) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado, deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Contingências Ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências Passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e

Notas Explicativas

quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo:

Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Provisões para Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - Referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança ou avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

iii) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - São registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(l) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% para empresas não financeiras) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(n) Benefício Pós-Emprego

O Banrisul é patrocinador da FBSS- Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários (Nota 23). O reconhecimento contábil no Banrisul segue a regulamentação prevista na Deliberação CVM nº 600/09.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são

Notas Explicativas

reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Quando o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior valor entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Até 31 de dezembro de 2012 o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o “método do corredor” conforme regulamentação prevista na Deliberação CVM nº 600/09. A partir de 2013 será aplicada a norma revisada da IAS 19 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012 onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 23.

(o) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(p) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/2010.

Notas Explicativas**NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações no Mercado Aberto	4.538.758	2.553.755	4.556.509	2.572.549
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.421.236	-	2.421.236
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.741.856	132.519	2.741.856	132.519
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.796.902	-	1.796.902	18.794
Outros	-	-	17.751	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.877	113.442	52.877	113.442
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (*)	52.877	113.442	52.877	113.442
Total	4.591.635	2.667.197	4.609.386	2.685.991

(*) Em 31 de dezembro de 2012, do montante de R\$52.877 (2011 – R\$113.442) de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R\$50.833 (2011 – R\$100.408) possui o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação, e não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.

NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos para Negociação	2.293.093	2.113.511	2.293.093	2.116.540
Títulos Disponíveis para Venda	1.471.723	1.287.394	1.481.659	1.296.883
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.338.007	6.306.567	8.344.119	6.312.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	242.322	-	242.322	-
Total	12.345.145	9.707.472	12.361.193	9.725.623
Ativo Circulante	5.770.335	2.515.466	5.780.271	2.527.984
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.574.810	7.192.006	6.580.922	7.197.639

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.019.764	2.113.511	2.019.764	2.113.511
Cessão Fiduciária - LFT	273.329	-	273.329	-
Ações de Cias. Abertas	-	-	-	3.029
Total	2.293.093	2.113.511	2.293.093	2.116.540

Notas Explicativas

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
De 3 a 12 meses	737.601	737.626	737.601	737.626
De 1 a 3 anos	356.537	356.582	356.537	356.582
De 3 a 5 anos	599.233	599.430	599.233	599.430
De 5 a 15 anos	599.292	599.455	599.292	599.455
Total em 2012	2.292.663	2.293.093	2.292.663	2.293.093
Total em 2011	2.113.205	2.113.511	2.115.453	2.116.540

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.448.397	885.445	1.448.397	885.445
Ações de Cias. Abertas	13.964	9.775	15.406	9.775
Certificados de Privatização	-	-	7	6
Cotas de Fundo de Renda Fixa	9.362	10.211	15.931	19.694
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	1.918	-
Cotas de FIDC (*)	-	381.963	-	381.963
Total	1.471.723	1.287.394	1.481.659	1.296.883

(*) Referem-se a 100% das cotas sênior do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., cuja carteira de créditos era custodiada no Deutsche Bank S.A.

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	31.229	23.326	41.077	33.262
Até 3 meses	18.021	18.021	18.021	18.021
De 3 a 12 meses	840.370	840.399	840.370	840.399
De 1 a 3 anos	92.140	92.157	92.140	92.157
De 5 a 15 anos	497.803	497.820	497.803	497.820
Total em 2012	1.479.563	1.471.723	1.489.411	1.481.659
Total em 2011	1.299.427	1.287.394	1.308.916	1.296.883

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$7.840 (2011 – R\$12.033), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$3.136 (2011 – R\$4.813), além de R\$60, referente a ajuste de marcação à mercado de títulos de empresas controladas, lançados na rubrica Outros Créditos.

Notas Explicativas

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.952.588	7.953.760	7.958.700	7.959.872
Títulos Públicos Federais - CVS	147.923	121.228	147.923	121.228
Letras Hipotecárias - LH	16.033	16.033	16.033	16.033
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	3.581	3.581	3.581	3.581
Nota Promissória Comercial - NPC	25.797	25.797	25.797	25.797
Debêntures	20.786	20.786	20.786	20.786
Letras Financeiras	171.293	171.293	171.293	171.293
Outros	6	6	6	6
Total em 2012	8.338.007	8.312.484	8.344.119	8.318.596
Total em 2011	6.306.567	6.270.294	6.312.200	6.275.927

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Até 3 meses	25.803	6	25.803	6
De 3 a 12 meses	2.549.470	-	2.549.470	-
De 1 a 3 anos	1.824.288	2.349.902	1.824.288	2.349.902
De 3 a 5 anos	1.112.469	1.433.476	1.118.581	1.439.109
De 5 a 15 anos	2.824.565	2.366.392	2.824.565	2.366.392
Acima de 15 anos	1.412	156.791	1.412	156.791
Total	8.338.007	6.306.567	8.344.119	6.312.200
Ativo Circulante	2.575.273	6	2.575.273	6
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.762.734	6.306.561	5.768.846	6.312.194

A Administração declara que possui capacidade financeira de manter estes títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e termo de moeda, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citadas nas Notas 11 e 13, que resultam na conversão destas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, enquanto as operações de termo de moeda são de curto prazo, vencendo à medida em que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP e possuem como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Notas Explicativas

Aplicativas		Banrisul e Banrisul Consolidado		
		2012		
		Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos			
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "Swap"	873.025	142.747	236.344	93.597
Moeda Estrangeira – Dólar	873.025	142.747	236.344	93.597
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (Nota 13)	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)
Moeda Estrangeira – Dólar	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/ (a Pagar) (*)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado (*)	Valor de Mercado (*)
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	179.913	93.209	273.122
Passivo				
% do CDI	(873.025)	(37.166)	388	(36.778)
Ajuste Líquido Swaps		142.747	93.597	236.344
Non Deliverable Forward - NDFs				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(34.188)	(3.237)	(37.425)
Passivo				
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	18.124	2.346	20.470
Ajuste Líquido Non Deliverable Forward - NDFs		(16.064)	(891)	(16.955)
Ajuste Líquido Total		126.683	92.706	219.389

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes.

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado						
	Valor de Referência em 2012	Valor de Mercado em 2012 (*)	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	De 5 a 15 Anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	273.122	8.928	8.828	33.639	30.131	191.596
Passivo							
% do CDI	(873.025)	(36.778)	(1.831)	(1.679)	(6.331)	(5.616)	(21.321)
Ajustes Líquido de Swaps		236.344	7.097	7.149	27.308	24.515	170.275
Non Deliverable Forward - NDFs							
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(37.425)	-	(37.425)	-	-	-
Passivo							
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	20.470	-	20.470	-	-	-
Ajustes Líquido de Non Deliverable Forward - NDFs		(16.955)	-	(16.955)	-	-	-
Ajustes Líquido Total		219.389	7.097	(9.806)	27.308	24.515	170.275

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O Banrisul ou as Contrapartes estão sujeitas à prestação e eventuais suplementações de garantias reais reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

Notas Explicativas

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$273.995.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 – CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2012	2011
Depósitos Compulsórios - Bacen		2.875.308	2.877.891
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	573.201	553.195
Exigibilidade Adicional	SELIC	443.573	496.486
Depósitos de Poupança	Poupança	1.144.897	1.008.770
Outros Depósitos	Sem Remuneração	21.586	51.383
Recursos a Prazo	SELIC	692.051	768.057
Créditos Vinculados ao SFH		679.815	625.417
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	460.467	435.211
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros (*)	217.355	188.275
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros (*)	1.993	1.931
Correspondentes	Sem Remuneração	41.249	33.726
Convênios	SELIC	1.243	3.001
Total		3.597.615	3.540.035
Ativo Circulante		2.917.800	2.914.618
Ativo Realizável a Longo Prazo		679.815	625.417

(*) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$677.822 (2011 - R\$623.486). O seu valor de face é de R\$841.075 (2011 - R\$804.519). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO

As tabelas a seguir, compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio, e de arrendamento mercantil.

Notas Explicativas**(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Banrisul e Banrisul Consolidado	
										2012	2011
Empréstimos e Títulos Descontados	1.822.081	9.117.882	2.412.019	1.828.216	459.680	428.447	454.450	129.245	504.142	17.156.162	14.801.677
Financiamentos	601.377	492.211	568.323	138.793	33.883	6.059	5.104	8.079	27.105	1.880.934	1.430.232
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	197.404	594.923	583.509	190.119	81.617	48.779	50.796	18.028	46.773	1.811.948	1.705.091
Financiamentos Imobiliários	654.174	843.896	408.146	99.351	37.276	30.480	33.745	3.713	26.522	2.137.303	1.740.989
Créditos Vinculados a Cessão (1)	48.092	41.553	12.483	2.995	1.140	948	1.093	-	247	108.551	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	82.762	-	-	-	-	-	-	-	82.762	73.553
Total de Operações de Crédito	3.323.128	11.173.227	3.984.480	2.259.474	613.596	514.713	545.188	159.065	604.789	23.177.660	19.751.542
Operações de Arrendamento Mercantil	12.309	24.460	14.745	16.466	4.479	3.056	2.588	482	3.511	82.096	84.206
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (2)	13.074	219.589	206.218	102.178	16.232	3.627	15.702	22	23.298	599.940	537.799
Outros Créditos - Câmbio (3)	42	2.177	5.896	1.070	3.171	400	642	893	33.866	48.157	19.627
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	419.177	-	-	-	-	-	-	-	419.177	-
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	24.327.030	-
Total em 2011	3.386.724	9.178.255	3.895.132	1.708.802	533.183	500.213	589.142	108.128	493.595	-	20.393.174

(1) Créditos Vinculados a Cessão referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu a CIBRASEC operações de crédito imobiliário.

(2) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de “Outras Obrigações - Carteira de Câmbio” (Nota 13).

(3) Outros Créditos - Câmbio compreendem créditos referentes a Rendas a Receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Banrisul e Banrisul Consolidado	
										2012	2011
Parcelas Vencidas (*)	3.343.092	11.797.383	4.181.881	2.313.255	606.933	491.096	509.374	117.791	413.978	23.774.783	20.083.797
Até 180 dias	1.217.922	2.986.495	1.633.944	930.639	258.476	206.535	183.098	32.559	105.833	7.555.501	6.862.014
181 a 360 dias	491.113	1.948.253	726.726	365.165	88.235	83.118	74.339	17.465	80.643	3.875.057	3.211.692
Acima de 360 dias	1.634.057	6.862.635	1.821.211	1.017.451	260.222	201.443	251.937	67.767	227.502	12.344.225	10.010.091
Parcelas Vencidas	5.461	41.247	29.458	65.933	30.545	30.700	54.746	42.671	251.486	552.247	309.377
Até 180 dias	5.461	41.247	29.458	65.933	30.545	30.498	53.623	41.189	152.931	450.885	252.247
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	202	1.123	1.475	86.081	88.881	46.661
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	7	12.474	12.481	10.469
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	24.327.030	-
Total em 2011	3.386.724	9.178.255	3.895.132	1.708.802	533.183	500.213	589.142	108.128	493.595	-	20.393.174

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vencidas.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2012	2011
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	116.196	122.238
Total Setor Público	116.196	122.238
Setor Privado		
Rural	1.811.948	1.705.091
Indústria	4.615.012	4.032.261
Comércio	2.804.332	2.486.504
Serviços e Outros	3.055.162	2.220.598
Pessoa Física (*)	9.678.526	8.085.493
Habitação	2.137.303	1.740.989
Créditos Vinculados a Operações de Cessão	108.551	-
Total Setor Privado	24.210.834	20.270.936
Total	24.327.030	20.393.174

(*) Inclui R\$1.514.604 (R\$2.201.005 em 2011) de operações de compra de carteira de crédito consignado, com coobrigação de outras instituições financeiras.

Do montante total de créditos consignados adquiridos, o Banco é detentor de créditos no valor de R\$357.969 a receber em 31 de dezembro de 2012 junto aos devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012. O Banco Cruzeiro do Sul –

Notas Explicativas

Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012 o Banrisul recebeu R\$19.203 do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial por conta destes contratos.

Por dificuldades operacionais e, especialmente nas situações de compartilhamento de operações com outros bancos, o repasse dos créditos, na sua totalidade, depende da finalização do processo de identificação/conciliação por parte do liquidante, que envolve cruzamento de diversos contratos, instituições financeiras e repasses de convênios. Tão logo seja concluído, as carteiras e os valores a receber de propriedade do Banrisul serão repassados.

As operações que se encontram nesta condição no Banco, estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos e estão provisionados de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária – RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2012	2011
Saldo da Provisão para Perdas em Operações de Crédito em 1º de janeiro	1.317.679	1.101.923
Constituição Líquida do Exercício	839.186	628.862
Baixas para Contas de Compensação	(565.875)	(413.106)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	1.590.990	1.317.679
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	473.981	472.721
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.024.447	801.138
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	2.549	3.020
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.415	7.379
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 08)		
Ativo Circulante	50.414	26.436
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.184	6.985

A despesa com a provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.803.

Notas Explicativas**(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com característica de crédito por Níveis de Risco:**

Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional (Nota 03(f))	Total
AA	3.348.553	0,0%	-	6.575	6.575
A	11.838.630	0,5%	59.193	23.677	82.870
B	4.211.339	1,0%	42.113	21.057	63.170
C	2.379.188	3,0%	71.376	47.583	118.959
D	637.478	10,0%	63.748	12.750	76.498
E	521.796	30,0%	156.539	10.436	166.975
F	564.120	50,0%	282.060	11.282	293.342
G	160.462	70,0%	112.323	4.814	117.137
H	665.464	100,0%	665.464	-	665.464
Total em 2012	24.327.030		1.452.816	138.174	1.590.990
Total em 2011	20.393.174		1.203.345	114.334	1.317.679

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação montavam R\$565.875 (2011 - R\$413.106).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$157.605 (2011 - R\$126.384) no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 montavam R\$593.678 (2011 – R\$331.020).

Notas Explicativas

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Carteira de Câmbio	656.133	638.334	656.133	638.334
Câmbio Comprado a Liquidar	633.727	613.041	633.727	613.041
Cambiais e Documentos a Prazo - Moedas Estrangeiras	-	186	-	186
Direitos sobre Vendas de Câmbio	23.848	17.912	23.848	17.912
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(15.469)	(5.821)	(15.469)	(5.821)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.027	13.016	14.027	13.016
Rendas a Receber	61.326	44.176	56.601	38.777
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	4.725	5.399	-	-
Serviços Prestados a Receber	56.369	38.597	56.369	38.597
Outros	232	180	232	180
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.874	3.223
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.874	3.223
Créditos Específicos	-	-	16	19
Créditos Específicos	-	-	16	19
Diversos	2.345.560	1.404.849	2.424.565	1.475.274
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito	18.032	37.702	18.032	37.702
Adiantamentos a Empregados	13.241	12.362	13.388	12.494
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	11.842	539	15.329	6.446
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b))	868.963	700.911	871.987	705.782
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 14 (b))	164.184	184.704	173.774	196.336
Impostos e Contribuições a Compensar	46.513	5.165	47.485	6.368
Pagamentos a Ressarcir	50.789	42.960	50.839	42.966
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (*)	135.965	-	135.965	-
Títulos e Créditos a Receber (**)	361.372	227.762	420.984	230.281
Transações com Cartões de Crédito	175.025	117.179	175.025	117.179
Devedores Diversos - País	80.457	75.565	82.580	119.720
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 07 (a))	419.177	-	419.177	-
Provisão para Outros Créditos	(130.692)	(55.677)	(132.851)	(57.622)
Com Característica de Crédito (Nota 07 (d))	(84.598)	(33.421)	(84.598)	(33.421)
Sem Característica de Crédito	(46.094)	(22.256)	(48.253)	(24.201)
Total de Outros Créditos	2.932.327	2.031.682	3.009.338	2.098.005
Ativo Circulante	1.809.552	1.390.488	1.869.756	1.438.587
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.122.775	641.194	1.139.582	659.418

(*) Operações de Crédito Vinculadas a Cessão – Este valor refere-se aos custos de compra de cessão de créditos sem coobrigação e produção de novas operações efetuadas pela Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A.

(**) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

- a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2012, totalizavam R\$101.390 (2011 - R\$95.282) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.
- b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$76.643 (2011 - R\$88.287) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexado à TR e IGPM com vencimento até 2036.

Notas Explicativas**NOTA 09 - PERMANENTE****(a) Investimentos**

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participação em Controladas e Coligadas no País	434.577	358.096	41.207	-
Participações em Controladas (Nota 02 (c))	393.370	358.096	-	-
Participações em Coligadas (*)	7.258	-	7.258	-
Ágio na Aquisição de Investimentos (*)	33.949	-	33.949	-
Outros Investimentos	11.455	11.599	12.105	12.780
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.793)	(4.891)	(5.266)
Total	441.247	364.902	48.421	7.514

(*) Em 13 de março de 2012, o Banrisul adquiriu 49,9% (quarenta e nove por cento e nove décimos) das ações de emissão da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A (anteriormente denominada Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S/A), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, representando 673.500 ações ordinárias. O ágio de R\$33.949 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição. O valor da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$1.207.

(b) Imobilizado

		Banrisul			
		Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011
Imobilizado de Uso	Taxa				
Imóveis de Uso	4%	119.005	(97.756)	21.249	21.940
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	27.503	-	27.503	10.945
Imobilizações em Curso	-	56	-	56	56
Instalações	10%	104.695	(84.813)	19.882	11.595
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	78.930	(56.501)	22.429	21.191
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.351	(3.976)	375	472
Sistema de Processamento de Dados	20%	287.907	(227.557)	60.350	87.595
Sistema de Segurança	10%	10.308	(7.543)	2.765	2.386
Sistema de Transportes	20%	3.845	(2.101)	1.744	162
Total em 2012		636.600	(480.247)	156.353	
Total em 2011		599.939	(443.597)		156.342

		Banrisul Consolidado			
		Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011
Imobilizado de Uso	Taxa				
Imóveis de Uso	4%	129.622	(102.941)	26.681	27.243
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	27.503	-	27.503	10.945
Imobilizações em Curso	-	808	-	808	56
Instalações	10%	108.028	(85.488)	22.540	12.328
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	83.922	(59.464)	24.458	22.465
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.362	(3.978)	384	472
Sistema de Processamento de Dados	20%	288.689	(228.238)	60.451	87.739
Sistema de Segurança	10%	10.308	(7.543)	2.765	2.386
Sistema de Transportes	20%	3.910	(2.144)	1.766	197
Total em 2012		657.152	(489.796)	167.356	
Total em 2011		616.313	(452.482)		163.831

Notas Explicativas

					Banrisul	Banrisul Consolidado	
Ativos Intangíveis	Taxa	Custo Original	Amortização	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*)							
Setor Público	20%	298.285	(269.515)	28.770	83.386	28.770	83.386
Setor Privado	20%	27.840	(17.055)	10.785	15.925	10.785	15.925
Aquisição de <i>Software</i>	20%	39.407	(34.600)	4.807	6.847	5.400	7.424
Outros	-	1.718	(638)	1.080	345	1.676	925
Total em 2012		367.250	(321.808)	45.442		46.631	
Total em 2011		365.576	(259.073)		106.503		107.660

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Banrisul				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2012
Depósitos					2011
À Vista (a)	3.401.968	-	-	-	3.401.968
Poupança (a)	5.836.236	-	-	-	5.836.236
Interfinanceiros	-	26.902	242.638	150.171	419.711
A Prazo (b)	2.633	1.735.080	5.077.018	10.582.084	17.396.815
Total	9.240.837	1.761.982	5.319.656	10.732.255	27.054.730
Passivo Circulante					16.322.475
Passivo Exigível a Longo Prazo					10.732.255
Captação no Mercado Aberto					
Carteira Própria	-	1.697.357	-	-	1.697.357
Total	-	1.697.357	-	-	1.697.357

	Banrisul Consolidado				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2012
Depósitos					2011
À Vista (a)	3.400.331	-	-	-	3.400.331
Poupança (a)	5.836.236	-	-	-	5.836.236
Interfinanceiros	-	26.902	242.638	150.171	419.711
A Prazo (b)	2.633	1.735.080	4.770.314	10.582.084	17.090.111
Total	9.239.200	1.761.982	5.012.952	10.732.255	26.746.389
Passivo Circulante					16.014.134
Passivo Exigível a Longo Prazo					10.732.255
Captação no Mercado Aberto					
Carteira Própria	-	1.627.794	-	-	1.627.794
Total	-	1.627.794	-	-	1.627.794

(a) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(b) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 92% e 8% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 70,60% (2011 – 70,04%) da variação do CDI e os pré-fixados 7,08% (2011 – 9,40%) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

Notas Explicativas

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 2,11% a 5,80% (2011 – 2,48% a 5,50%) ao ano, com vencimento máximo em 1.528 dias (2011 – 1.078 dias), e apresenta saldo de R\$1.585.933 (2011 – R\$ 912.016).

Emissão de Dívidas Subordinadas - Em 26 de novembro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 275 milhões (275 milhões de dólares americanos) e apresenta saldo de R\$618.240 em 31 de dezembro de 2012.

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012 com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Conforme descrito na Nota 27, o Banco Central do Brasil considerou o valor referente à captação nesta emissão, elegível como capital de nível II na categoria de dívida subordinada.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Banrisul e Banrisul Consolidado						
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Até 90 dias	127.790	94.560	979	8.248	128.769	102.808
De 91 a 360 dias	311.204	224.199	24.783	426	335.987	224.625
De 1 a 3 anos	584.307	383.234	-	21.510	584.307	404.744
De 3 a 5 anos	294.492	234.902	-	268	294.492	235.170
Acima de 5 anos	325.739	275.879	-	-	325.739	275.879
Total	1.643.532	1.212.774	25.762	30.452	1.669.294	1.243.226
Passivo Circulante	438.994	318.759	25.762	8.674	464.756	327.433
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.204.538	894.015	-	21.778	1.204.538	915.793

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até dezembro de 2028, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,61% (2011 – 0,50% a 8,61%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2011 - 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

Notas Explicativas

NOTA 19 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.953	34.539	44.953	34.539
Recebimento de Tributos Federais	44.641	34.310	44.641	34.310
Outros	312	229	312	229
Carteira de Câmbio	25.628	30.083	25.628	30.083
Câmbio Vendido a Liquidar	16.561	18.037	16.561	18.037
Obrigações por Compras de Câmbio	609.007	549.845	609.007	549.845
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(599.940)	(537.799)	(599.940)	(537.799)
Sociais e Estatutárias	47.860	73.684	48.054	73.759
Dividendos e Bonificações a Pagar	33.841	67.345	33.908	67.420
Gratificações e Participações a Pagar	14.019	6.339	14.146	6.339
Fiscais e Previdenciárias	701.034	731.861	707.901	742.647
Impostos e Contribuições a Recolher	63.813	53.967	65.565	55.431
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	194.297	250.267	197.840	257.815
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2))	13.864	14.070	13.913	14.353
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (b))	429.060	413.557	430.583	415.048
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	5.696	3.409
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	5.696	3.409
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942.333	5.098.561	5.942.333	5.098.561
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21(a))	5.920.960	5.078.198	5.920.960	5.078.198
Outros	21.373	20.363	21.373	20.363
Dívidas Subordinadas	1.158.335	-	1.158.335	-
Dívidas Subordinadas (*)	1.160.828	-	1.160.828	-
Deságio e Despesas de Encargos a Incorporar com Dívida Externa	(2.493)	-	(2.493)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.933	-	22.933	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.933	-	22.933	-
Diversas	1.417.589	1.006.117	1.511.687	1.098.049
Cheques Administrativos	79	13.343	79	13.343
Credores por Recursos a Liberar	109.905	101.062	110.157	101.289
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	104.904	-	104.904	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.851	8.530	5.949	8.626
Obrigações por Convênios Oficiais	187	32.499	187	32.499
Provisões para Férias e Outros Encargos	268.650	239.232	258.253	230.542
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23)	66.664	64.428	66.664	64.428
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	167.264	122.845	173.557	134.907
Multas Câmbio Bacen (Nota 14(f)(i))	124.515	120.538	124.515	120.538
Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 14 (f)(iii))	15.676	18.783	15.676	18.783
Provisão para Perdas de Securitização (**)	3.573	7.670	3.573	7.670
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 14 (b))	55.795	23.426	56.012	23.514
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	8.846	8.120	8.846	8.120
Recursos de FGTS para Amortizações	3.576	3.636	3.576	3.636
Credores Diversos - País	233.778	72.746	330.069	159.573
Transações de Cartões a Pagar	153.989	104.478	153.989	104.478
Outros	94.337	64.781	95.681	66.103
Total de Outras Obrigações	9.360.665	6.974.845	9.467.520	7.081.047
Passivo Circulante	7.585.008	6.324.373	7.691.863	6.430.575
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.775.657	650.472	1.775.657	650.472

(*) Em 26 de janeiro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 500 milhões (500 milhões de dólares americanos).

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e possui prazo de 10 anos com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

Conforme descrito na Nota 03 (c), os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(**) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$23.926 (2011 - R\$25.776), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

Notas Explicativas

NOTA 14 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

(b) Movimentação das Provisões

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2012	413.557	122.845	23.426	139.321
Constituição e Atualização Monetária	15.503	127.717	63.665	4.406
Reversão da Provisão	-	-	(44)	-
Baixas por Pagamento	-	(83.298)	(31.252)	(3.536)
Saldo Final em 31/12/2012	429.060	167.264	55.795	140.191
Depósitos em Garantia (Nota 08)	-	101.895	54.328	7.961

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2012	415.048	134.907	23.514	139.321
Constituição e Atualização Monetária	15.535	128.167	63.794	4.406
Reversão da Provisão	-	(768)	(44)	-
Baixas por Pagamento	-	(88.749)	(31.252)	(3.536)
Saldo Final em 31/12/2012	430.583	173.557	56.012	140.191
Depósitos em Garantia (Nota 08)	1.583	104.981	59.249	7.961

(c) Provisões Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. Quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 no montante de R\$429.060 (2011 - R\$413.557). O Banrisul, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$44.199 (2011 - R\$41.835) e no Consolidado R\$67.506 (2011 - R\$59.921). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

(d) Provisões Trabalhistas

São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a

Notas Explicativas

Estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$78.039 (2011 - R\$81.280) e no Consolidado R\$80.257 (2011 - R\$89.040). Adicionalmente, o valor de R\$23.856 (2011 - R\$19.114) e no Consolidado R\$24.724 (2011 - R\$19.913) foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$37.795 (2011 - R\$49.253) e no Consolidado R\$37.881 (2011 - R\$50.212). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$298.468 (2011 - R\$188.722) e no Consolidado R\$304.278 (2011 - R\$194.983). De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para estas contingências.

(e) Provisões Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registra-se a provisão constituída, quando do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R\$976.408 (2011 - R\$136.467) e no Consolidado R\$1.000.298 (2011 - R\$138.576) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis, e, portanto não foram provisionadas.

(f) Outros

i) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$124.515 (2011 - R\$120.538).

ii) Notificação fiscal de débito do INSS referente a cobrança previdenciária sobre verbas que não possuem natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$15.676 (2011 - R\$18.783).

NOTA 15 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Administração de Fundos	67.610	61.416	67.610	64.007
Cobrança de Títulos	48.217	46.690	48.217	46.690
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	21.797	15.709
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	5.823	4.156
Outras Receitas de Serviços	1.774	1.261	52.115	22.982
Total	117.601	109.367	195.562	153.544
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	603.023	533.225	603.005	548.431
Total	720.624	642.592	798.567	701.975

Notas Explicativas**NOTA 16 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS**

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Banricompras	113.221	101.842	113.221	101.842
Devolução de Cheques	18.033	18.737	18.033	18.737
Débitos em Conta	27.926	23.811	27.926	23.811
Serviços de Arrecadação	81.980	59.551	81.980	59.551
Transações com Cheques	13.097	12.766	13.097	12.766
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	287.162	270.776	287.162	270.776
Cartão de Crédito	12.684	9.684	12.684	9.684
Tarifas de Saques	6.736	6.813	6.736	6.813
Tarifas de Uso da Agência Virtual	6.479	5.426	6.479	5.426
Tarifas de Fiança Bancária	6.177	4.455	6.177	4.455
Outras Receitas de Tarifas	29.528	19.364	29.510	34.570
Total	603.023	533.225	603.005	548.431

Do montante de R\$603.023 de rendas do exercício, R\$274.053 (2011 - R\$254.750) são provenientes de operações com pessoas físicas e R\$328.970 (2011 - R\$278.475) com pessoas jurídicas.

NOTA 17 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processamento de Dados e Telecomunicações	163.121	146.015	173.190	152.227
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	101.839	83.431	101.839	83.431
Amortização e Depreciação	108.707	111.293	109.449	111.862
Aluguéis e Condomínios	63.348	58.077	62.509	56.941
Materiais	16.951	23.655	17.063	23.705
Serviços de Terceiros	191.858	140.933	195.891	144.326
Propaganda, Promoções e Publicidade (*)	74.193	64.885	75.191	65.606
Manutenção e Conservação	26.455	21.937	26.899	22.194
Água, Energia e Gás	19.235	18.145	19.519	18.384
Serviços do Sistema Financeiro	32.349	21.892	35.038	23.455
Outras	40.146	36.249	44.882	39.230
Total	838.202	726.512	861.470	741.361

(*) É composto principalmente por R\$29.622 (2011 - R\$15.829) de despesa com propaganda institucional e R\$33.482 (2011 - R\$36.587) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Notas Explicativas

NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recuperação de Encargos e Despesas	60.266	55.719	50.017	50.792
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	768	80
Cíveis	44	767	44	767
Outros (*)	49.267	34.159	49.267	34.159
Perdas de Securitização	4.335	730	4.335	730
Comissão sobre Títulos de Capitalização	1.166	5.664	1.166	5.664
Tarifas Interbancárias	21.757	20.049	21.757	20.049
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	11.672	14.193	11.672	14.193
Títulos de Créditos a Receber	6.187	8.244	6.187	8.244
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	14.077	25.712	14.077	25.712
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	9.944	2.641	9.944	2.641
Outras Receitas Operacionais	77.854	77.653	80.346	79.906
Total	256.569	245.531	249.580	242.937

(*) Do montante de R\$49.267, R\$40.629 refere-se à recuperação de Imposto de Renda em virtude de decisão judicial em relação ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador.

NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Descontos Concedidos de Renegociações	38.842	13.862	38.842	13.862
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b))	127.717	92.920	128.167	96.122
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	1.462	3.064	1.462	3.064
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	238	3.493	238	3.493
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 14 (b))	63.665	15.260	63.794	15.348
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.076	3.671	3.076	3.671
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (b))	15.503	20.087	15.535	20.132
Despesas com Indenizações - Processos Administrativos	-	110	-	110
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (b))	3.977	5.157	3.977	5.157
Outras Provisões Tributárias	429	-	429	-
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	8.492	7.302	8.492	7.302
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	1.811	2.161	1.811	2.161
Despesas com Processos Judiciais	3.724	14.895	3.724	14.895
Despesas com Cartões	9.439	3.650	9.439	3.650
Bônus Cartão Banrisul de Vantagens	2.917	5.149	2.917	5.149
Outras Despesas Operacionais	88.866	41.736	88.863	42.475
Total	370.158	232.517	370.766	236.591

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.500.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	76,82	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,49	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,76	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	493.698	13,93	174.301.369	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.043.374	100,00	3.542.777	100,00	200.388.326	100,00	408.974.477	100,00

No período de janeiro a dezembro de 2012, houve a conversão das ações entre PNA e PNB no montante de 34.410 ações.

Notas Explicativas

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$300.000, sem emissão de novas ações, já homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2012, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$253.387, referente ao exercício de 2012 (2011 - R\$231.642), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$101.355 (2011 - R\$92.657) (Nota 22 (a)).

Notas Explicativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício	818.590	904.349
Ajuste		
Reserva Legal	(40.930)	(45.217)
Base de Cálculo dos Dividendos	777.660	859.132
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	194.415	214.783
Dividendo Adicional 15%	116.649	128.870
Total dos Dividendos	311.064	343.653
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	237.986	216.988
Ações Ordinárias (R\$619,47501 por lote de mil ações)	127.038	116.119
Ações Preferenciais A (R\$630,07457 por lote de mil ações)	2.201	2.093
Ações Preferenciais B (R\$619,47501 por lote de mil ações)	124.148	113.430
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Proprio	(15.401)	(14.654)
B) Dividendos Pagos	40.000	60.000
Ações Ordinárias (R\$97,72096 por lote de mil ações)	20.037	30.055
Ações Preferenciais A (R\$107,49305 por lote de mil ações)	381	577
Ações Preferenciais B (R\$97,72096 por lote de mil ações)	19.582	29.368
C) Dividendos Provisionados	33.078	66.665
Ações Ordinárias (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.570	33.394
Ações Preferenciais A (R\$88,89203 por lote de mil ações)	315	641
Ações Preferenciais B (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.193	32.630
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	311.064	343.653

NOTA 21 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

- (a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$7.995.323 (2011 - R\$7.115.644), do qual R\$2.043.000 (2011 - R\$2.043.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).
- (b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$774.737 (2011 - R\$598.698), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.
- (c) O Banrisul é responsável pela custódia de 398.657 mil títulos de clientes (2011 – 479.704 mil).
- (d) O Banrisul possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$69.589 (2011 - R\$56.840).
- (e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

Notas Explicativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de Investimentos (*)	5.307.377	5.170.797	5.307.377	5.170.797
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	103.129	117.429	103.129	117.429
Fundos de Ações	88.505	83.722	88.505	83.722
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	19.189	19.881	19.189	19.881
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	65.825	497.382	65.825	497.382
Carteiras Administradas	1.617.990	1.242.669	1.617.990	1.242.669
Clubes de Investimentos	-	-	2.007	3.813
Total	7.202.015	7.131.880	7.204.022	7.135.693

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 163 grupos (135 em 2011) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 33.430 consorciados ativos (26.881 em 2011).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$186.625, sendo R\$50.548 com vencimento até um ano, R\$116.439 de um a cinco anos e R\$19.638 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$57.024.

NOTA 22 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	1.182.832	1.349.375	1.203.583	1.372.292
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(295.708)	(337.344)	(300.896)	(343.073)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(12.834)	(12.292)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(177.425)	(202.406)	(159.147)	(186.644)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas	(473.133)	(539.750)	(472.877)	(542.009)
Ajuste Multa Câmbio	(1.591)	(2.063)	(1.591)	(2.063)
Participação dos Empregados nos Resultados	30.233	24.851	30.233	24.851
Juros sobre o Capital Próprio	101.355	92.657	101.355	92.657
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	23.202	23.485	4.928	7.483
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	31.274	17.923	28.880	13.468
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(288.660)	(382.897)	(309.072)	(405.613)
Corrente	(456.918)	(464.470)	(475.717)	(487.440)
Diferido	168.258	81.573	166.645	81.827

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 o Banrisul possuía Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em		Saldo em
	31/12/2011	Constituição	31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	519.456	331.729	638.564
Provisão para Riscos Trabalhistas	49.138	51.087	66.905
Provisão para Riscos Fiscais	84.926	6.202	91.128
Outras Provisões Temporárias	47.414	30.278	72.389
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	700.934	419.296	868.986
Créditos não Registrados	(23)	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	700.911	419.296	868.963
Obrigações Fiscais Diferidas	(14.070)	-	(13.864)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	686.841	419.296	855.099

	Banrisul Consolidado		
	Saldo em		Saldo em
	31/12/2011	Constituição	31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	519.689	331.952	638.787
Provisão para Riscos Trabalhistas	53.269	51.285	69.119
Provisão para Riscos Fiscais	85.433	6.213	91.646
Outras Provisões Temporárias	47.414	30.347	72.458
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	705.805	419.797	872.010
Créditos não Registrados	(23)	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	705.782	419.797	871.987
Obrigações Fiscais Diferidas	(14.353)	-	(13.913)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	691.429	419.797	858.074

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	Banrisul			Banrisul Consolidado
	Diferenças Temporárias			
	Imposto de	Contribuição	Totais	
Ano	Renda	Social	Registrados	Totais Registrados
2013	198.155	118.893	317.048	317.329
2014	103.548	62.129	165.677	165.956
2015	88.753	53.252	142.005	142.284
2016	72.226	43.336	115.562	115.841
2017	30.816	18.490	49.306	49.585
2018 a 2020	37.365	22.419	59.784	60.967
2021 a 2022	12.238	7.343	19.581	20.025
2023	14	9	23	-
Total em 31/12/2012	543.115	325.871	868.986	871.987
Total em 31/12/2011	438.084	262.850	700.934	705.782

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$668.583, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Superveniência de Depreciação	(13.789)	(13.943)	(13.789)	(13.943)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(75)	(127)	(75)	(127)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(49)	(283)
Total	(13.864)	(14.070)	(13.913)	(14.353)

Notas Explicativas

NOTA 23 - FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL E CABERGS – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme descrito na Nota 03 (n), o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. A partir da sua implantação, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O Banrisul contribuiu no exercício para o Plano de Benefício I na modalidade de “benefício definido” o montante de R\$15.967 (2011 – R\$10.633) e para o Banrisulprev na modalidade de “contribuição variável” o montante de R\$2.974 (2011 – R\$1.703), correspondendo em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, a 4,97% (2011 - 3,17%) e 3,215% (2011 – 3,13%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

O Banrisul espera contribuir com R\$36.491 a Fundação Banrisul durante o exercício de 2013.

Principais Premissas e Descrições dos Planos

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

Hipóteses Econômicas	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto Nominal	8,68% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos dos Planos Previdenciários:		
Plano de Benefícios I	8,68% a.a.	13,17% a.a.
Plano Banrisulprev	8,68% a.a.	13,34% a.a.
Plano de Saúde	8,68% a.a.	11,98% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,22% a.a.	7,64% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo do Benefício Odontológico	4,50% a.a.	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2012	31/12/2011
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desagravada em 50%	Light Forte desagravada em 40%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Idade de Aposentadoria	Ao atingir o benefício Pleno	Primeira idade com direito a um dos benefícios
Idade de Entrada no INSS	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade
% de Participantes Ativos Casados na Data da Aposentadoria	95%	95%
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de

Notas Explicativas

atuais, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Plano de Benefícios I

Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$66.664 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$64.428) registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13). Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, através de atualizações e pagamentos mensais, e com prazo final em 2028.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos nos parágrafos 76-81 da Deliberação CVM nº 600/09, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativo ao Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.418.856)	(3.136.522)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.236.083	2.758.557
Perdas Atuariais não Reconhecidas	1.270.001	436.516
Ativo Atuarial (*)	87.228	58.551

(*) O valor do ativo atuarial de R\$87.228 não foi contabilizado pela Administração em virtude de não haver expectativa de que o mesmo venha a abater amortizações de perdas futuras.

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	3.136.522	2.787.358
Custo do Serviço Corrente	30.476	23.470
Custo Financeiro	315.687	290.349
Perdas (Ganhos) Atuariais	1.138.944	206.788
Benefícios Pagos	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	4.418.856	3.136.522

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no período apresentado é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	2.758.557	2.636.530
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	354.814	340.498
Ganhos (Perdas) Atuariais	288.331	(77.974)
Contribuições do Empregador e Empregados	37.154	30.946
Benefícios Pagos	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	3.236.083	2.758.557

Custo do plano de pensão líquido do período:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos Serviços Correntes	30.476	23.470
Custo Financeiro	315.687	290.349
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(354.814)	(340.498)
Contribuição dos Empregados	(17.936)	(21.969)
Resultado de (Ganhos)/Perdas Atuariais, Líquido	11.342	-
Saldo em 31 de Dezembro	(15.245)	(48.648)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$643.145 (2011 – R\$262.524).

A movimentação projetada do Passivo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	1/1/2013	1/1/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.418.856)	(3.136.522)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	737.135	230.018
Valor Justo dos Ativos	3.236.083	2.758.557
Superávit/(Déficit)	(445.638)	(147.947)
Passivo Atuarial Líquido	(445.638)	(147.947)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos na Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1), parágrafo 87, itens “c” e “d”.

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	(758)	7.365
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	34.668	13.088
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	33.910	20.453
Custo Reconhecido no Resultado	33.910	20.453

Quantidade de Participantes Ativos, Aposentados e Pensionistas	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	7.472	7.732
Participantes Aposentados	4.646	4.519
Pensionistas	1.093	1.225
Total	13.211	13.476

Banrisulprev

Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- i) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;

Notas Explicativas

- ii) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- iii) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos ao Plano Banrisulprev apresenta o seguinte resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Valor Justo dos Ativos do Plano	851	309
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidas	1.025	320
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	488	514
Ativo/(Passivo) Actuarial Líquido	253	(90)

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	1.233	840
Custo do Serviço Corrente	274	153
Custo Financeiro	118	82
Perdas (Ganhos) Atuariais	799	312
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	2.111	1.233

A movimentação do valor justo dos ativos do plano Banrisulprev no período apresentado é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	309	121
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	67	16
Ganhos (Perdas) Atuariais	(30)	101
Contribuições do Empregador e Empregados	818	225
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	851	309

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo dos Serviços Correntes	274	153
Custo Financeiro	118	82
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(67)	(16)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	9	2
Custo do Serviço Passado	26	26
Contribuição dos Empregados	(301)	(94)
Saldo em 31 de Dezembro	59	153

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$37.

A movimentação projetada do Passivo Actuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	1/1/2013	1/1/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	629	461
Valor Justo dos Ativos	851	309
Superávit/(Déficit)	(631)	(463)
Passivo Atuarial Líquido	(631)	(463)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos na Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1), parágrafo 87, itens "c" e "d".

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	52	(31)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	15	16
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	67	(15)
Custo Reconhecido no Resultado	67	(15)

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	2.638	1.635
Total	2.638	1.635

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento

O Banrisul oferece planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento, através da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A avaliação atuarial dos planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento apresentava o seguinte resultado:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos do Plano	167.355	139.176
Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidos	(11.856)	(22.943)
Ativo Atuarial Líquido	6.355	5.635

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	110.598	129.621
Custo do Serviço Corrente	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.238	13.690
Perdas (Ganhos) Atuariais	31.102	(29.937)
Benefícios Pagos	(4.978)	(4.522)
Em 31 de Dezembro	149.144	110.598

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de saúde no período apresentado é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	139.176	110.322
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	17.362	11.111
Ganhos (Perdas) Atuariais	(1.078)	(14.320)
Contribuições do Empregador e Empregados	24.884	21.124
Benefícios Pagos	(32.790)	(8.863)
Reversão do Fundo Ativo Excedente	19.801	19.802
Em 31 de Dezembro	167.355	139.176

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos Serviços Correntes	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.248	13.690
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(17.362)	(11.111)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	(922)	(70)
(Ganho) Perda Reconhecida de Imediato Devido Parágrafo 58(a)	-	(20.527)
Em 31 de Dezembro	(5.852)	(16.272)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de ganho R\$16.284 (2011 – perda R\$3.209).

A movimentação projetada do Ativo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	1/1/2013	1/1/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos	167.355	139.176
Superávit/(Déficit)	18.211	28.578
Ativo Atuarial Líquido	18.211	28.578

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	1.508	1.184
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	1.006	893
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	2.514	2.077
Custo Reconhecido no Resultado	2.514	2.077

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido conforme demonstrado. O efeito da aplicação desta norma no Banrisul estará impactando negativamente o Patrimônio Líquido no montante de R\$379.605.

Visando a diversificação de opções aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Definidos – PB1, o Banrisul em conjunto com a Fundação Banrisul de Seguridade Social está procedendo a implementação de novos planos na modalidade Benefício Definido Saldado e na modalidade de Contribuição Variável para recepcionar os recursos dos participantes e assistidos do PB1 que voluntariamente optarem pelo saldamento e migração de suas reservas atuariais. Este procedimento deverá encerrar-se no exercício de 2013.

Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria

O Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão existente para este benefício é de R\$100.398 (2011 - R\$88.487), considerando os encargos incidentes.

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido. De acordo com a avaliação dos atuários, o montante desta obrigação acrescida dos encargos legais remonta o valor aproximado de R\$153 milhões e impactará o Patrimônio Líquido do Banrisul no montante aproximado de R\$53 milhões.

Os beneficiários deste prêmio de aposentadoria nos respectivos exercícios estão apresentados a seguir:

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	10.364	9.658
Total	10.364	9.658

Notas Explicativas

NOTA 24 - INSTRUMENTOS E GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Gestão de Riscos é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Os riscos intrínsecos abrangem desde aqueles facilmente identificáveis, como os Riscos de Mercado, de Liquidez, de Crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, tais como Risco Operacional e de Imagem, dentre outros.

Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas pela Instituição, associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada e em metodologias estatísticas de *Credit* e *Behaviour Score*, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo o binômio risco x retorno. A descrição desta estrutura está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito".

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção de sistemas de *Credit Score* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob os prismas: financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao Risco de Crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros – O Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso.

Notas Explicativas

ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são monitoradas mensalmente.

iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos Relacionados a Crédito representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

Risco de Mercado - O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito nas Notas 11 e 13. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (c).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

Notas Explicativas

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475/2008, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$2,0435 de 31/12/2012 (PTAX - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Fatores de Risco					
Cenários		Taxa de Juros	Moedas	Ações	Total
1	1%	191	913	156	1.260
2	25%	4.727	22.818	3.904	31.449
3	50%	9.368	45.637	7.807	62.812

Definições:

Taxa de Juros – Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 72,7% de toda a perda esperada para os três cenários. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 99,7%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (50%), no valor total de R\$ 62.812.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - O Banrisul realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e da operação de captação externa realizada em 02/02/2012 no valor de USD 500 milhões, com vencimento em

Notas Explicativas

02/02/2022, contabilizada na Carteira *Banking* (Nota 13). Foram aplicados choques para mais e para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$2,0435 de 31/12/2012 (PTAX - Bacen).

O cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475 da CVM, que determina que os cenários de alta devem contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2012.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2012.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(3.536)	(80.919)	(148.828)
NDF	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(8)	(774)	(2.106)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	3.502	80.294	147.916
Efeito Líquido			(42)	(1.399)	(3.018)

Cupom de Dólar Americano (USD): todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez – O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo financeiro e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O risco de liquidez do Banrisul é gerenciado através da análise da projeção do Fluxo de Caixa, contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações menor do que o previsto.

A Gestão Consolidada do Risco de Liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Esta gestão tem por objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações e alocações, maturidade dos negócios e referenciais, a fim de evitar desajustes significativos, que possam comprometer a liquidez da Instituição e o planejamento orçamentário. A Instituição mantém seus controles sob o ponto de vista

Notas Explicativas

prudencial, calculados segundo as regras da Resolução nº 2.804/00, do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Circular nº 3.393/07 do Bacen, que estabelece acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez decorrente dessas exposições.

Mensalmente é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos ocorridos no mês. Este procedimento tem como propósito evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de liquidez, através do referendo dos Comitês de Riscos Corporativos, de Gestão Bancária, Comitê Econômico, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

(d) Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência seja igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional. O Banrisul está enquadrado nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2012.

Banrisul Consolidado	2012
Patrimônio de Referência Nível I	4.877.196
Patrimônio Líquido	4.655.482
Contas de Resultado Credoras	4.026.872
Contas de Resultado Devedoras	3.750.761
Ativo Permanente Diferido	10.124
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	10.365
Dividendos e Bonificações a Distribuir	33.908
Patrimônio de Referência Nível II	1.168.700
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	10.365
Instrumentos de Dívida Subordinada	1.158.335
Patrimônio de Referência (PR)	6.045.896
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.562.539
Parcela Referente ao:	
Risco de Crédito (PEPR)	3.021.494
Risco de Câmbio (PCAM)	59.291
Risco de Juros (PJUR)	3.647
Risco de Ações (PACS)	2.461
Risco Operacional (POPR)	475.646
Parcela Referente Risco da Carteira Banking (RBAN)	261.462
Valor da Margem ou Insuficiência (PR-PRE-RBAN)	2.221.895
Índice de Basileia (Fator de Risco/PRE)	18,67%
Índice de Imobilização	3,77%
Margem de Imobilização	2.794.807

NOTA 25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS e Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Em 28 de junho de 2012 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1201/2012, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos

Notas Explicativas

serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS), pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços de cobrança através de arrecadação e fornecimento de cartão refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, receita no valor de R\$9.644. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06. Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$679.815.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$1.073.

O Banrisul possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 10 (dez) funcionários e recebeu 11 (onze) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banrisul é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$3.512 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line.

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banrisul é também agente arrecadador das contas de consumo emitido pela CORSAN, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$4.680 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta Companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal com as empresas acima mencionadas e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural

Notas Explicativas

entida por estas Companhias e o fornecimento de cartão refeição e combustível também é de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$304 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line.

A SULGÁS possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta Companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de cartão refeição também são de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$63 sobre estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line.

O Banrisul possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banrisul cedeu 4(quatro) funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social

Conforme descrito na Nota 23, o Banrisul possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do déficit atuarial, no montante de R\$66.664. Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$18.941 conforme descrito na Nota 23.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$23. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$5.441.

Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$26.280.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e fornecedores. A Cabergs possui fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$13. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

Notas Explicativas

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão On Line e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A

Como parte do movimento estratégico para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional, em 13 de março de 2012, o Banrisul e a MatoneInvest Holding firmaram contrato de Compra e Venda de Ações e Outras avenças, da Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S/A (Bem-Vindo), uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro (Nota 09).

Sobre os serviços prestados de originação de crédito consignado através dos convênios, o Banrisul pagou para a Credimatone o montante de R\$23.730 a título de comissões e taxas de performance.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de março de 2012, foi deliberado e aprovado a alteração da denominação "Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S/A" para "Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A".

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas

O Banrisul é administrador de diversos Fundos e Carteiras Administradas, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Administrador foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas dos Fundos que tiveram como lastro títulos públicos federais. Essas operações apresentaram no período um volume médio diário de R\$1.322.297, que representou 18,57% sobre o Patrimônio Líquido médio dos fundos. Estas operações foram realizadas em condições de mercado no que se relaciona a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compra e venda de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas de 01/01/2012 a 31/12/2012. Essas operações apresentaram um volume de R\$144.070, que representou 167,87% sobre o Patrimônio Líquido médio dos Fundos de Ações no mesmo período e foram realizadas a preço de mercado por meio de pregão eletrônico da BM&FBovespa. Estas operações incorreram em uma corretagem de R\$208.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

Banrisul	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	20.293	19.111	11.771	9.472
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	15.198	13.890	-	-
Empresas Controladas	5.095	5.221	11.771	9.472
Depósitos à Vista	(438.884)	(286.045)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(437.246)	(282.244)	-	-
Empresas Controladas	(1.638)	(3.801)	-	-
Depósitos a Prazo	(306.704)	(279.346)	(23.334)	(14.233)
Empresas Controladas	(306.704)	(279.346)	(23.334)	(14.233)
Captações no Mercado Aberto	(135.388)	(567.121)	(55.325)	(105.098)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Empresas Controladas	(69.563)	(69.739)	(5.542)	(7.557)
Outras Obrigações	(106.473)	(121.568)	(14.571)	(14.004)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(28.021)	(47.402)	(1.073)	(1.005)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.160)	(64.956)	(11.697)	(11.439)
Empresas Controladas	(11.292)	(9.210)	(1.801)	(1.560)
Total	(962.084)	(1.229.897)	(81.459)	(123.863)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Notas Explicativas

Banrisul Consolidado	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades	17.751	18.794	1.462	2.076
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	17.751	18.794	1.462	2.076
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	25.871	18.221	466	1.056
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	25.871	18.221	466	1.056
Depósitos à Vista	(437.246)	(282.244)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(437.246)	(282.244)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Outras Obrigações	(95.181)	(112.358)	(12.770)	(12.444)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(28.021)	(47.402)	(1.073)	(1.005)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.160)	(64.956)	(11.697)	(11.439)
Total	(549.558)	(849.897)	(60.625)	(106.853)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- a) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- b) A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banrisul e controladas.

Em 2012, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$403 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro as remunerações estão demonstradas a seguir:

Benefícios de Curto Prazo	2012	2011
Proventos	3.122	3.213
Gratificações	90	67
Encargos Sociais	669	725
Total	3.881	4.005

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$15 (2011 – R\$18).

O Banrisul possui seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$85.

O Banrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras Informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- (c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Notas Explicativas

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2012:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	9
Ações Preferenciais	228
Total de Ações	237

NOTA 26 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 – Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma revisada foi aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012, onde, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ativos ou passivos passarão a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido. Os impactos financeiros e patrimoniais, bem como as medidas que estão sendo adotadas pela Administração visando a minimização desses efeitos nas Demonstrações Financeiras dos Patrocinadores estão descritos na Nota 23.

O Banrisul, em 29 de março de 2012, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as IFRS. Na avaliação da Administração, as reconciliações entre o lucro líquido e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 são consistentes com os valores apresentados nas reconciliações de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

NOTA 27 - EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco Central do Brasil, por despacho do senhor Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, de 25 de janeiro de 2013, considerou a captação no exterior no valor total de US\$275 milhões, elegível como capital de nível II do Patrimônio de Referência, na categoria de Dívida Subordinada, na forma da Resolução nº 3.444/07 conforme Nota 11.

NOTA 28 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2013.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
ERINEU CLÓVIS XAVIER
FLAVIO LUIZ LAMMEL
FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA
MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS
OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros

DIRETORIA

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

Proposta de Orçamento de Capital

Demonstração da Destinação do Capital para Investimentos

Conforme planejamento estratégico de longo prazo e considerando as variações patrimoniais projetadas para o período 2013/2017, a parcela do resultado retida para investimentos está demonstrada no quadro abaixo.

Projetam-se para o período 2013/2017, variações patrimoniais cujo incremento soma R\$35,1 bilhões. A alocação de capital do Banrisul abrange ativos de crédito, tesouraria e ativos fixos. A parcela do capital direcionada a investimentos em expansão e modernização tecnológica, reformas e ampliações e aquisições de participações societárias soma R\$810,5 milhões.

Orçamento de Capital para Investimentos de 2013 a 2017

	R\$ milhões					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total
ORIGENS	3.811	7.025	7.164	7.950	9.183	35.133
Depósitos	4.247	4.829	5.718	6.337	7.244	28.375
Outros Recursos/Fundo Res. Dep. Judicial	(703)	1.900	1.103	1.237	1.494	5.030
Retenção de Lucros no ano anterior	267	296	344	377	444	1.728
Para Investimentos	254	178	141	113	125	811
Para Capital de Giro	13	119	202	263	320	917
ALOCAÇÕES	3.811	7.025	7.164	7.950	9.183	35.133
Operações de Crédito	3.556	4.906	5.112	5.745	6.151	25.470
Títulos e Valores Mobiliários	1	1.942	1.911	2.092	2.907	8.853
Expansão / Modernização Tecnológica	178	157	131	103	114	682
Reformas e Ampliações	76	21	11	11	11	128

1 Valores Realizados até Novembro / 2012.

A política de alocação de recursos contempla as seguintes premissas:

✓ **Operações de Crédito**

O Banrisul manterá rigorosos procedimentos de gestão de risco, preservando a postura seletiva e conservadora da Instituição. A meta é continuar avançando no crescimento da carteira de crédito de forma prudente e sustentável, mantendo níveis atrativos de rentabilidade. Espera-se aplicar R\$25,5 bilhões nesses ativos em cinco anos.

✓ **Operações de Tesouraria**

Devido à expectativa de crescimento do crédito, do Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais e das projeções de investimentos no Banco a expectativa de crescimento do valor alocado em operações de tesouraria é de R\$8,9 bilhões nos próximos cinco anos.

✓ **Expansão / Modernização Tecnológica**

A Administração pretende também manter e reforçar os investimentos na área de tecnologia da informação, além de ampliar sua rede de atendimento. Esse propósito reflete a posição de vanguarda que o Banco ocupa no mercado nacional e que vem garantindo inúmeras premiações e reconhecimentos internacionais no setor de tecnologia bancária.

Proposta de Orçamento de Capital

✓ Reformas e Ampliações

Atualização e conservação da estrutura física do Banrisul e expansão da rede de distribuição, oferecendo melhores condições de trabalho através de reformas e ampliações em edificações, CFTV's (Circuito Fechado de Televisão), portas detectoras de metais, alarme, condicionamento térmico, infraestrutura de automação e elétrica, mobiliário, mudanças de leiaute, e modernização visual.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Atendendo ao disposto nas Práticas de Governança Corporativa Nível 1, apresentamos a seguir, a posição acionária atualizada.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA								
Companhia: Banco do Estado do Rio Grande do Sul				Posição em 31/01/2013 Em [Unidades] Ações				
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais (Classe A)		Ações Preferenciais (Classe B)		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO	204.199.859	99,59%	2.721.484	76,83%	26.086.957	13,02%	233.008.300	56,97%
SKAGEN AS ⁽¹⁾					31.444.900	15,69%	31.444.900	7,69%
BlackRock					10.037.896	5,01%	10.037.896	2,45%
Ações em Tesouraria								
Outros	843.515	0,41%	820.893	23,17%	132.818.973	66,28%	134.483.381	32,89%
Total	205.043.374	100,00%	3.542.377	100,00%	200.388.726	100,00%	408.974.477	100,00%

(1) Administradora de Fundos de Investimentos Mútuos - Noruega

Fundos: SKAGEN KON-TIKI VERDIPAPIRFOND, AKSJEFONDET SKAGEN GLOBAL, VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL II e VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL III

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							Posição em 31/01/2013	
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe A (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe B (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	204.199.859	99,59%	2.721.484	70,52%	26.086.957	13,04%	233.008.300	56,97%
Administradores	9	0,00%	6	0,00%	100	0,00%	115	0,00%
Conselho de Administração	7		2		100			
Diretoria	2		4		0			
Conselho Fiscal	0	0,00%	122	0,00%	0	0,00%	122	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros Acionistas	843.506	0,41%	820.765	29,48%	174.301.669	86,96%	175.965.940	43,03%
Total	205.043.374	100,00%	3.542.377	100,00%	200.388.726	100,00%	408.974.477	100,00%
Ações em Circulação	843.506	0,41%	820.887	29,48%	174.301.669	86,96%	175.966.062	43,03%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINSTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							Posição em 08/02/2012	
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe A (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe B (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	204.199.859	99,59%	2.721.484	70,52%	26.086.957	13,04%	233.008.300	56,97%
Administradores	9	0,00%	6	0,00%	0	0,00%	15	0,00%
Conselho de Adminstração	7		2		0			
Diretoria	2		4		0			
Conselho Fiscal	1	0,00%	90	0,00%	0	0,00%	91	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros Acionistas	843.505	0,41%	845.059	29,48%	174.277.507	86,96%	175.966.071	43,03%
Total	205.043.374	100,00%	3.566.639	100,00%	200.364.464	100,00%	408.974.477	100,00%
Ações em Circulação	843.506	0,41%	845.149	29,48%	174.277.507	86,96%	175.966.162	43,03%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 08 de fevereiro de 2013.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC 1SP192685/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, bem como as propostas da Administração relativas ao orçamento de capital, destinação de resultados e distribuição de dividendos.

Dessa forma, com base em nossas análises e revisões realizadas, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que os mencionados documentos e as propostas da administração merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

Cláudio Morais Machado
Presidente

André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente

Conselheiros
Eduardo Ludovico Silva
João Victor Oliveira Domingues
Rubens Lahude

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA Nº 7489

Reunião da Diretoria realizada no dia 04 de fevereiro de 2013, às 08h30min, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foi examinado o seguinte assunto:

GABINETE DA DIRETORIA

Demonstrações Financeiras – 31-12-2012

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pelo Secretário-Geral. Ass.: Túlio Luiz Zamin – Presidente, Flavio Luiz Lammel – Vice-Presidente, Guilherme Cassel, Ivandre de Jesus Medeiros, João Emílio Gazzana, Joel dos Santos Raymundo, Jone Luiz Hermes Pfeiff e Luiz Carlos Morlin - Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 7489, de 04-02-2013, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

Túlio Luiz Zamin
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA Nº 7496

Reunião da Diretoria realizada no dia 08 de fevereiro de 2013, às 14 horas, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foi examinado o seguinte assunto:

GABINETE DA DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pelo Secretário-Geral. Ass.: Túlio Luiz Zamin – Presidente, Flavio Luiz Lammel – Vice-Presidente, Guilherme Cassel, Ivandre de Jesus Medeiros, João Emílio Gazzana, Joel dos Santos Raymundo, Jone Luiz Hermes Pfeiff e Luiz Carlos Morlin - Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 7496, de 08-02-2013, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

Túlio Luiz Zamin
Presidente